

20
23

Relatório de Gestão



Ministério
da Defesa

Relatório de Gestão

Ministério da Defesa

20
23

MINISTÉRIO DA
DEFESA



Sumário

Mensagem do Ministro da Defesa	5
Escopo e Abrangência	9

1 Quem Somos	13
Identificação da UPC	14
Visão geral da Defesa	15
O que defender e controlar	15
Quem atua para defender e controlar	16
Pessoal do MD, incluídas as Forças	16
O custo para defender e controlar	17
Estrutura organizacional	19
Principais normas direcionadoras de sua atuação	22
Estruturas de Governança	24
Órgãos Colegiados	25
Principais Instâncias de Apoio à Governança	27
Resumo da Programação do MD no Programa Plurianual (PPA 2020/2023)	29
PPA 2020/2023	29
PPA 2024 – 2027	30
O novo programa de investimentos do governo federal – O MD no Novo PAC	33
Planejamento Estratégico	35
Plano de Gestão do Ministério da Defesa 2020 – 2023 (PG-MD 2020 – 2023)	35
Cadeia de Valor (PG-MD 2020 – 2023)	37

Mapa Estratégico	38
Plano Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa 2024 – 2027 (PEO-MD 2024 – 2027)	39
Cadeia de Valor (PEO-MD 2024–2027)	40
Mapa Estratégico (PEO-MD 2024–2027)	41
Ambiente externo, desafios e oportunidades	42
Ambiente externo	42
Desafios e riscos	43
Oportunidades e perspectivas	49
2 Principais resultados	52
Introdução	53
O Programa 6012 — Defesa Nacional	54
Caracterização do Programa	54
Resultado Do Programa	54
Resultados Intermediários do Programa 6012	55
Considerações sobre as Metas Intermediárias do Programa 6012 em 2023	56
Alguns resultados a destacar do Programa 6012 em 2023	57
Balanço Final do Programa 6012 no PPA 2020 – 2023 — síntese.	58
Projetos Estratégicos de Defesa	59
Outros projetos relevantes para a construção de capacidades de defesa	65
Detalhamento das Operações Militares Realizadas	67
Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID)	77
Outros Resultados Relevantes no Eixo do Programa 6012	79
O Programa 6011 — Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	86
Caracterização do Programa	86
Principais Resultados do Programa	86
Evolução dos Resultados Intermediários do Programa	87
Considerações Sobre as Metas Intermediárias do Programa 6011 em 2023	88

Balanco Final do Programa 6011 no PPA 2020 – 2023 — Síntese.....	89
Proteção e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal.....	90
Outros resultados relevantes no eixo do Programa 6011	97
O Programa 6013 — Oceanos, Zona Costeira e Antártica.....	109
Caracterização do Programa.....	109
Resultados do Programa.....	109
Evolução dos Resultados Intermediários do Programa 6013	111
Considerações sobre as Metas Intermediárias do Programa 6013 em 2023	112
Balanco Final do Programa 6013 no PPA 2020 – 2023 — Síntese.....	113
Pesquisa na Antártica	114
Outros Resultados Relevantes.....	117
Hospital das Forças Armadas (HFA)	117
 3 Nossos Recursos.....	 118
Introdução.....	119
Gestão Orçamentária e Financeira	120
Execução orçamentária do triênio 2021 – 2023.....	120
Comparativo entre despesas obrigatórias e discricionárias	120
Comparativo entre grupos de natureza de despesa (GND) — Despesas discricionárias.....	121
Execução das despesas agrupadas por tipo de despesa.....	122
Execução das despesas agrupadas por função de governo.....	124
Formação do orçamento por Comando e MD, em 2023.....	126
Comparativo das despesas pagas por finalidade (GND e Natureza da Despesa).....	127
Despesas pagas em 2023 por finalidade — Discricionárias RP 2	128
Desempenho Orçamentário 2023 — Despesas Discricionárias — RP 2	128
Execução dos Créditos Extraordinários no Triênio 2021 – 2023.....	129

Execução Financeira e Restos a Pagar (RAP) – Visão Geral.....	130
Principais Realizações em 2023	131
Gestão de Bens Imóveis	132
Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas	133
Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas.....	133
Evidenciação da situação e do desempenho patrimonial no exercício.....	134
Ativo	135
Passivo.....	143
Declaração do Contador	146
Pessoal – Visão Geral	147
Despesas com pessoal ativo, inativos e pensionistas, em 2023	148
Visão geral do quadro de pessoal	148
Pessoal das Forças Armadas	150
Força de Trabalho do MD, com todos os Órgãos que o integram, exceto As Forças Armadas	151
Sistema de Proteção Social do Militares da Forças Armadas (SPSMFA).....	152
 4 Glossário	 154

Mensagem do Ministro da Defesa

Criado em 1999, o Ministério da Defesa (MD) atua no sentido de promover o fortalecimento da Defesa Nacional e a integração entre as Forças Singulares, bem como a cooperação com outros entes públicos e privados nas ações voltadas ao desenvolvimento do país, à defesa civil e à melhoria das condições de vida da população brasileira.

O Relatório de Gestão referente ao exercício de 2023 apresenta os principais resultados obtidos por esta Pasta no primeiro ano do atual Governo, inclusive quanto aos programas e projetos estratégicos e às missões atribuídas tanto a este Órgão quanto às Forças Armadas, quando estas atuaram sob coordenação do MD.

Adicionalmente, este Relatório traz informações relevantes acerca da gestão do Ministério, tais como sua organização, o contexto de sua atuação, os principais desafios e oportunidades e uma visão geral dos recursos disponíveis e utilizados no exercício, de forma a prestar contas à sociedade do trabalho realizado no ano passado.

Na constante evolução de sua organização e de seu funcionamento, a Pasta tem buscado promover a interoperabilidade e a integração entre as Forças Armadas, assim como o desenvolvimento das capacidades de defesa.

No plano operacional, as ações do MD refletem não apenas a sua atuação, mas também a das Forças Singulares que, em diversas ocasiões, auxiliaram a segurança pública no estabelecimento de postos de bloqueio, no controle de rios e estradas, em revistas de pessoas, embarcações, veículos e aeronaves, e na execução de patrulhas fluviais, terrestres e aéreas.

Exemplo de tal colaboração pôde ser visto nas denominadas Operações Ágata, que intensificaram a presença estatal nas faixas de fronteira terrestre e marítima, nas águas interiores e no espaço



José Múcio Monteiro Filho
Ministro da Defesa

aéreo, com vistas a combater delitos transfronteiriços e ambientais. Em 2023, essas operações empregaram acima de 30.000 militares, que resultaram em apreensões de drogas, armamentos, explosivos, embarcações, veículos, aeronaves, minérios, dinheiro e outros itens, além da detenção dos envolvidos.

Também estiveram envolvidos cerca de 3.700 militares em operações de Garantia da Lei e da Ordem, em portos e aeroportos dos Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, para ações preventivas e repressivas contra o tráfico de drogas e de armas, e contra outros ilícitos.

Igualmente relevante foi a atuação do MD no estímulo à indústria nacional de defesa, que contribui para o crescimento do país na medida em que gera divisas, cria milhares de empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos com utilidade para o setor civil. Graças a tal incentivo, o Brasil tem se firmado, nos contextos global e regional, como provedor de produtos de defesa de qualidade, o que permitiu que o volume de exportações autorizadas de tais bens, em 2023, fosse de US\$ 1,451 bilhão, superior em 123% ao consignado no exercício anterior.

No tocante a equipamentos de defesa, a Pasta priorizou investimentos em projetos estratégicos, destinados a fortalecer as capacidades militares e de dissuasão das Forças Armadas. Em 2023, os principais acréscimos foram: 1 Submarino Convencional, denominado Humaitá (SBR-2), 84 Viaturas Blindadas sobre rodas, 4 aeronaves HM-1A (Aviação do Exército), 3 aeronaves de caça multiemprego (Gripen), 1 aeronave do tipo cargueiro (C-390 Millennium), 1 helicóptero de médio porte de emprego geral (Projeto H-XBR) e a disponibilização do Estaleiro de Manutenção Especializada para submarinos.

No campo da Ciência, Tecnologia & Inovação, o Programa Nuclear da Marinha, que tem como um dos seus objetivos o domínio do ciclo do combustível nuclear, atingiu, em 2023, 63% de seu desenvolvimento. Na mesma linha, foi implantada a 1ª fase do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber) do Programa da Defesa Cibernética.

Durante o ano de 2023, o MD foi requisitado a dar apoio logístico para ações da defesa civil em sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), com o propósito de dar pronta-resposta a impactos causados por catástrofes naturais como estiagem, seca de rios, inundações, deslizamentos de terra e destruições causadas por ciclones.

Ganha relevância, nesse contexto, a Operação Yanomami, voltada à prestação de assistência à população indígena e ao combate ao garimpo ilegal na região das Terras Indígenas Yanomami. As principais ações executadas no âmbito daquela iniciativa foram: bloqueio de rios, apoio logístico às agências de segurança pública e órgãos do Estado, evacuações aeromédicas de indígenas, transporte e distribuição de alimentos e atendimento em hospitais de campanha. Em sequência, foi estabelecido o Comando Conjunto da Operação Ágata Fronteira Norte, que intensificou ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais na Região Norte. As duas operações realizaram 205 evacuações médicas, 3.029 atendimentos médicos e distribuição de 36.645 cestas de alimentos, e tiveram o apoio de informações por meio de imagens fornecidas pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM).

A Operação Acolhida, que foi desenvolvida em conjunto com múltiplos órgãos públicos para fornecimento de assistência emergencial a refugiados e imigrantes venezuelanos que se encontravam

em situação de vulnerabilidade em Roraima, registrou, em 2023, a oferta de abrigo a cerca de sete mil pessoas por mês, com o oferecimento de quatro refeições diárias, bem como a interiorização de 28.270 venezuelanos para 1.016 municípios brasileiros.

No tocante ao apoio à saúde, merecem destaque as seguintes ações: (i) realização de dez missões, em quatro estados (Operação Gota), para transporte de materiais e de funcionários de saúde, de modo a possibilitar a vacinação de cerca de 16 mil pessoas; (ii) operações de Transporte de Órgãos, Tecidos e Equipes (TOTEQ), voltadas ao deslocamento de profissionais de saúde e de equipamentos necessários à captação de órgãos e tecidos, além do atendimento tempestivo dos receptores, quando não existia a possibilidade de apoio das linhas regulares da aviação comercial. Assim, foram transportados 259 órgãos para transplantes, realizados pelo SUS; e (iii) milhares de atendimentos e procedimentos médicos, odontológicos e de enfermagem realizados por Navios Hospitalares da Marinha, principalmente em localidades da Região Norte do país.

No campo social, o Programa Forças no Esporte (PROFESP) e o Projeto João do Pulo (PJP) têm promovido, com o apoio das Forças Armadas, a valorização do indivíduo, a redução de riscos sociais, o fortalecimento da cidadania e a inclusão e integração social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, inclusive pessoas com deficiência, por meio do acesso à prática de atividades educacionais, esportivas e físicas e de atividades socialmente inclusivas realizadas, no contraturno escolar, dentro de organizações militares. Em 2023, apesar da redução drástica dos recursos, foram beneficiadas 20.184 pessoas.

No âmbito do Programa Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR), que tem entre seus objetivos cooperar com o de-

envolvimento do desporto nacional de alto rendimento e fortalecer a equipe desportiva militar brasileira, nossas delegações nacionais alcançaram, em 2023, resultados expressivos nos Campeonatos Mundiais Militares em diversos esportes, mantendo o Brasil como potência do esporte militar no cenário mundial.

Sobressai-se, também, o Projeto Rondon que, em parceria com governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior públicas e privadas, contribui para formação da consciência cidadã do jovem universitário e para o desenvolvimento sustentável de comunidades menos assistidas, mediante emprego de soluções sustentáveis para inclusão social e redução de desigualdades regionais. Em 2023, 1.000 universitários participaram das atividades do Projeto, realizadas nos estados do Amapá, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rondônia e Mato Grosso do Sul, e foram alcançados 117.735 beneficiários diretos.

No campo da qualificação profissional, o Projeto Soldado Cidadão capacitou profissionalmente 14.174 jovens, com a complementação de sua formação cívica-cidadã e a facilitação de seu ingresso no mercado de trabalho após a prestação do Serviço Militar. Enquanto o Ensino Profissional Marítimo (EPM) promoveu a formação de 15.516 aquaviários e portuários.

O MD também tem prestado significativa contribuição para melhorar a infraestrutura nacional. O Programa Calha Norte (PCN), que apoia ações de governo na promoção do desenvolvimento regional mediante implementação de infraestrutura básica em municípios localizados em sua área de atuação, realizou, em 2023, 262 obras em 7 estados. Ainda nessa seara, as Unidades de Engenharia do Exército Brasileiro, em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais, executaram 19 obras de infraestrutura e trabalhos emergenciais no período.

No âmbito internacional, merecem destaque: (i) a participação de 166 militares em missões de paz, em diversos países, sob a égide das Nações Unidas; (ii) o apoio às ações de busca e salvamento e de atendimento médico na região da Turquia, abalada por terremotos; e (iii) a repatriação de brasileiros que estavam em área de conflito no Oriente Médio, que repatriou 1.555 pessoas em menos de 48 horas após o início das hostilidades.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM) aperfeiçoou ações voltadas à proteção e ao desenvolvimento da Amazônia, em especial mediante: (i) produção de boletins e alertas que auxiliam os órgãos públicos na preparação e na mitigação dos impactos de alagamentos e inundações em comunidades ribeirinhas; e (ii) fornecimento de informações sobre o monitoramento do desmatamento na região, sobre incêndios e queimadas no país (Painel de Fogo), e sobre atos ambientais ilícitos (garimpos ilegais, pistas de pouso irregulares, movimentos aéreos desconhecidos e cultivo de ilícitos). Além disso, apoia órgãos, instituições parceiras, comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, pelotões de fronteira e órgãos da justiça, por meio do fornecimento de terminais de comunicação, via satélite, em localidades isoladas na Amazônia.

Essas ações e produtos mostram que o MD, com participação das Forças Armadas, contribui para o incremento das potencialidades nacionais e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro, o que o torna importante parceiro do esforço de desenvolvimento do país.

O principal desafio da Pasta é garantir condições e recursos para preparar as Forças Armadas para pronto emprego na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais, de modo a

que possam cumprir suas missões constitucionais e executar, com eficiência e tempestividade, as demais atribuições subsidiárias a elas atribuídas, entre as quais se inclui a cooperação com a defesa civil e com o desenvolvimento nacional.

Boa leitura.

Escopo e Abrangência

O presente Relatório de Gestão, no formato de relato integrado, busca atender às orientações do Tribunal de Contas da União (TCU), mediante a apresentação de informações concisas, relevantes e estratégicas sobre a organização, a gestão e a produção de resultados (geração de valor) da Unidade Prestadora de Contas Ministério da Defesa (UPC-MD). Ele consolida informações significativas sobre a gestão da UPC-MD, considerando todos os órgãos que o integram, contemplando também informações relevantes e agregadas, na perspectiva de órgão supervisor, referentes aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.

Cabe ressaltar que compete aos Comandos, da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em seus respectivos âmbitos de atuação, na condição de Unidades Prestadoras de Contas, definir diretrizes, procedimentos e elaborar e divulgar as suas prestações de contas, observando os normativos do TCU e as especificidades das suas organizações.

Consideram-se integrantes da UPC-MD os seguintes órgãos: a Secretaria-Geral (SG); o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA); a Escola Superior de Guerra (ESG); a Escola Superior de Defesa (ESD); o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da

Amazônia (Censipam); e o Hospital das Forças Armadas (HFA). Cabe esclarecer que a SG é o órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte - DPCN e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Censipam, a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais (SEPESD).

Este item apresenta um resumo do escopo e abrangência das informações que integram o relatório ora em comento, de modo a facilitar sua leitura e entendimento e torná-lo mais útil para a sociedade, para os gestores e para os órgãos de controle.

De acordo com a Instrução Normativa TCU nº 84/2020 e a Decisão Normativa TCU nº 198/2022, que estabelecem normas para a tomada e prestação de contas dos administradores e responsáveis da administração pública federal, integram a prestação de contas da UPC:

- I – Relatório de gestão, na forma de relato integrado;
- II – Disponibilização de um conjunto de informações na seção “Transparência e Prestação de Contas” no sítio do órgão na internet, com chamada na página inicial;
- III – Demonstrações contábeis, acompanhadas das respectivas notas explicativas; e
- IV – Rol de responsáveis.

Este documento foi organizado em três capítulos, além da mensagem do Ministro e deste item, que trata do “Escopo e Abrangência”, cujos conteúdos são apresentados a seguir, procurando demonstrar a relação entre planejamento, organização (governança), gestão de recursos, resultados e conformidade contábil.

O Capítulo 1, “Quem somos” traz a identificação da UPC; uma Visão Geral da Defesa (o que defender e controlar; quem atua para defender e controlar; e o custo para defender e controlar); a estrutura da organização; as principais normas direcionadoras de sua atuação; as estruturas de governança (órgãos colegiados e principais instâncias de apoio à governança); o resumo da Programação do MD no Programa Plurianual encerrado em 2023 (PPA 2020/2023) e no PPA que se iniciou em 2024 (PPA 2024/2027); um resumo da carteira de empreendimentos do MD no novo Programa de Investimentos do Governo Federal (novo PAC); o planejamento estratégico do MD encerrado em 2023 (PG-MD 2020 – 2023) e iniciado em 2024 (PEO-MD 2024-2027) (identidade estratégica, cadeia de valor e mapa estratégico); e uma visão macro do ambiente externo e dos principais desafios, riscos e oportunidades.

O Capítulo 2, “Principais Resultados”, relaciona as principais realizações de 2023, no contexto da apresentação dos resultados dos Programas do PPA 2020 – 2023, o Programa Defesa Nacional (6012), o Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional (6011) e o Programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica (6013), tal qual foi feito nos anos anteriores. Para cada Programa são apresentados os resultados do Programa no exercício, incluindo os avanços dos projetos que integram o portfólio de Projetos Estratégicos do MD e dos projetos que integram o Plano de Gestão do MD (PG-MD) 2020 – 2023, além de outros resultados relevantes alcançados pelos órgãos. Como em 2023 foi encerrado o ciclo do referido PPA, são apresentadas também sínteses dos balanços dos programas do MD ao longo do mencionado PPA 2020 – 2023.

Ainda com relação ao Capítulo 2, vale destacar que, adicionalmente serão apresentados outros resultados relevantes que não es-

tejam diretamente relacionados aos eixos dos programas do PPA 2020 – 2023.

O Portfólio de Projetos Estratégicos Defesa reúne os principais projetos estratégicos diretamente relacionados à construção de capacidade de defesa, direcionados para o desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas, os quais são geridos pelas Forças Armadas ou pelo EMCFA. Este relatório apresenta apenas resultados do acompanhamento do andamento físico financeiro dos referidos projetos, consolidados a partir de informações encaminhadas pelos órgãos gestores, em observância à determinação consignada no item 9.2 do Acórdão 1.519/2017-TCU-Plenário.

Os resultados finalísticos apresentados foram extraídos do balanço de 2023 do PPA, do acompanhamento do Planejamento Estratégico do MD (PG-MD 2020 – 2023), dos relatórios de acompanhamento do Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa e outros levantamentos feitos pelos órgãos do MD e pelos Comandos, sempre focando nos resultados relevantes e de maior impacto para a sociedade, para a organização e para a construção das necessárias capacidades de defesa. São apresentados, também, principalmente no âmbito do Programa Cooperação com o Desenvolvimento nacional, alguns resultados relevantes para a sociedade produzidos pelas Forças Singulares no cumprimento de suas atribuições subsidiárias.

Informações sobre o PG-MD 2020 – 2023 (planejamento estratégico do MD, exceto Forças), sobre os Programas do MD no PPA 2020 – 2023 e sobre o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa, e os resultados do seus acompanhamentos anuais, podem ser acessados no sítio do MD na internet, na seção “Transparência

e Prestação de Contas” (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>).

O Capítulo 3, “Nossos Recursos”, apresenta, de forma resumida e agregada, informações sobre:

- a Gestão Orçamentária e Financeira do MD, com todos os órgãos que o integram, incluídas as Forças Armadas (execução orçamentária do triênio 2021-2023; comparativo entre despesas obrigatórias e discricionárias, comparativo entre Grupos de Natureza de Despesa (GND) – despesas discricionárias, execução das despesas agrupadas por tipo de despesa, execução das despesas agrupadas por função de governo, formação do orçamento do MD em 2023, incluindo os Comandos, comparativo das despesas pagas por finalidade (GND e Natureza da Despesa), despesas pagas em 2023 por finalidade – Discricionárias RP 2, desempenho orçamentário 2023 – despesas discricionárias – RP 2, execução dos créditos extraordinários no triênio 2021-2023, execução financeira e restos a pagar – visão geral e principais realizações em 2023);
- algumas considerações acerca das providências iniciais adotadas, no contexto do Acórdão nº 1760/2023-TCU, acerca da gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade das Forças Armadas, com reflexos nas demonstrações contábeis consolidadas do MD;
- os Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas (demonstrações contábeis e notas explicativas, evidenciação da situação e do desempenho patrimonial no exercício, empréstimos e financiamentos – curto e longo prazos, passivo - provisões do Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas e decla-

ração do contador); e

- uma visão geral do quadro de pessoal (despesas, em 2023, com pessoal ativo, inativos e pensionistas; visão geral do quadro de pessoal; participação feminina; pessoal das Forças Armadas; força de trabalho do MD, com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas; e Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas - SPSMFA). No que se refere à força de trabalho do MD, o relatório traz informações gerais sobre a composição e os quantitativos, sendo que informações complementares mais detalhadas podem ser acessadas na seção “Transparência e Prestação de Contas”, no sítio do MD na internet (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>).

As informações apresentadas nesse Capítulo foram obtidas a partir de dados extraídos dos sistemas estruturantes, fornecidos pelos Comandos das Forças Armadas e obtidos dos demais sistemas de gestão e controle das respectivas áreas especializadas do MD.

O conjunto de informações divulgadas na seção “Transparência e Prestação de Contas”, no sítio do MD na internet, (<https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>), item componente da prestação de contas, complementa e dialoga com o presente Relatório de Gestão. A referida seção contempla apenas informações sobre o MD, com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas, sendo que, em situações específicas, indicadas no item respectivo, poderão ser apresentadas algumas informações agregadas sobre as Forças Armadas. Segue um resumo dos grupos de informações que constam da referida seção no Sítio Institucional do MD:

- Abrangência do repositório de informações da seção, com links para acesso às seções “Transparência e Prestação de Contas” das Forças Armadas;
- Referencial normativo do processo de prestação de contas anual do MD;
- Planejamento Estratégico do MD e Plano Plurianual (PPA);
- Projetos Estratégicos de Defesa;
- Correição;
- Auditoria e Controle Interno;
- Estrutura organizacional e competências (incluindo: legislação aplicável, principais cargos e seus ocupantes, endereço e telefones das unidades, horários de atendimento ao público (estrutura organizacional; competências; legislação aplicável; principais cargos e ocupantes; contatos; horários de atendimento ao público);
- Gestão de Recursos;
- Gestão Orçamentária e Financeira (unidade orçamentária MD, receitas e despesas, licitações, contratos, termos de execução descentralizada – TED, convênios e transferências (contratos de repasse) e acordos e protocolos;
- Gestão de pessoas (força de trabalho e carreiras);
- Contatos da autoridade de monitoramento da Lei de Acesso à Informação (LAI) e do Serviço de Informações ao Cidadão (SIC);
- Relatório de gestão (com os Relatórios de Gestão dos últimos cinco anos);

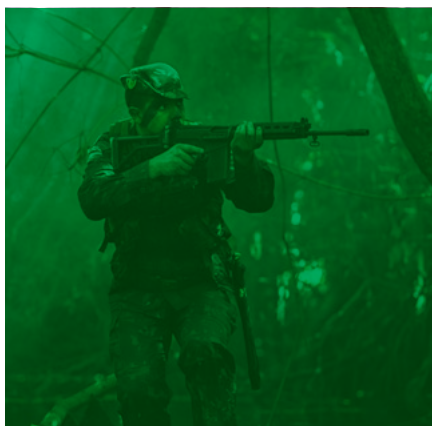
- Demonstrações contábeis exigidas pelas normas aplicáveis à UPC, acompanhadas das respectivas notas explicativas (Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD com todos os órgãos que o integram, incluídas as Forças Armadas; e Demonstrações Contábeis Consolidadas do MD com todos os órgãos que o integram, excluídas as Forças Armadas);
- Rol de responsáveis;
- Relacionamento com a sociedade (com informações sobre: a Ouvidoria do MD, transparência pública no âmbito do MD e comunicação social no âmbito do MD); e
- Certificados de Auditoria e Pronunciamento Ministerial.

É importante mencionar que compete aos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em seus respectivos âmbitos de atuação, definir diretrizes, procedimentos e orientações específicos, bem como elaborar e apresentar as suas prestações de contas, inclusive no que se refere à disponibilização de informações na seção “Transparência e prestação de contas” de seus respectivos sítios na internet.



1 Quem Somos

DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE



| Identificação da UPC

O Ministério da Defesa (MD) é o órgão do Governo Federal incumbido de exercer a direção superior das Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, atuando com vistas ao seu preparo e emprego conjunto e singular e na coordenação das operações militares.

Criado em 1999, para reforçar a articulação das Forças Armadas e dar mais fluidez à sua relação com outras áreas do Estado, o MD tem sob sua responsabilidade uma vasta e diversificada gama de assuntos.

Fazem parte de seu escopo de atuação temas de grande alcance:

- Política de defesa nacional, estratégia nacional de defesa e políticas e estratégias setoriais de defesa e militares;
- Atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais;
- Serviço Militar Obrigatório e orçamento de defesa;
- Investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa e políticas nacionais de compra, contratação, desenvolvimento, importação e exportação de produtos de defesa;
- Política marítima nacional, segurança do tráfego aquaviário e salvaguarda da vida humana no mar;
- Política militar aeronáutica, atuação na política aeroespacial nacional, segurança da navegação aérea e infraestrutura aeroespacial e aeronáutica;
- Operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia (Sipam); e
- Atuação em três setores tecnológicos essenciais para a Defesa Nacional: o nuclear, o cibernético e o espacial.

A Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do território, das águas jurisdicionais, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas, é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do País.

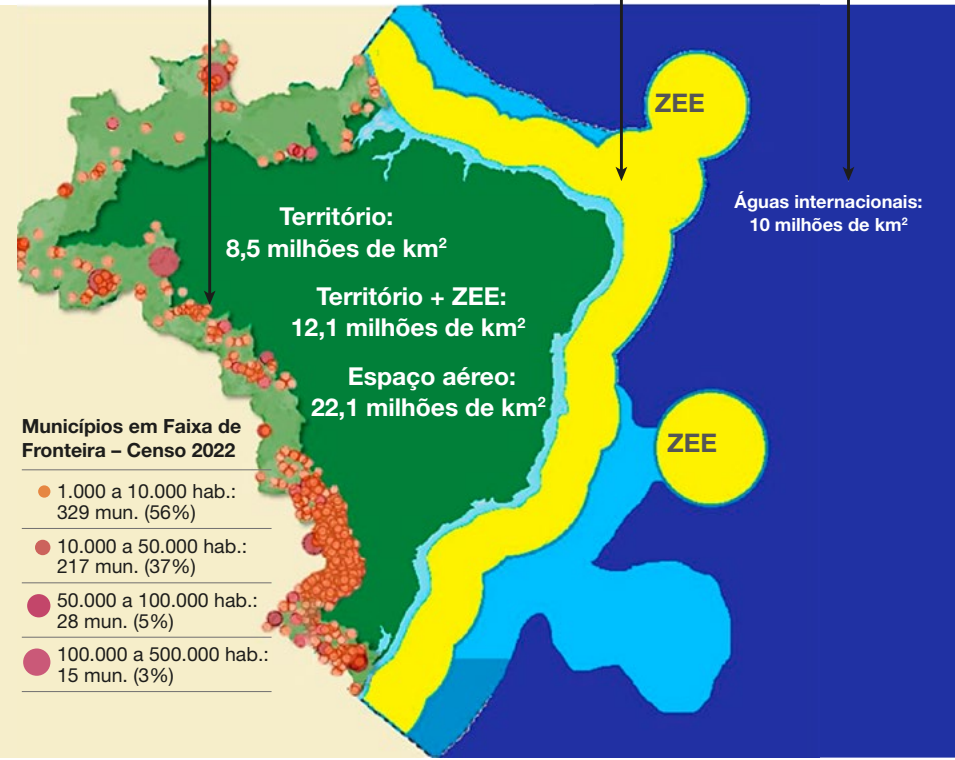
A paz, a segurança e a estabilidade do país requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais de uma nação; da Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis.

| Visão geral da Defesa

| O que defender e controlar

A zona de fronteira é constitucionalmente definida como a faixa de até 150 (cento e cinquenta) km de largura, “ao longo das fronteiras terrestres, considerada fundamental para defesa do território nacional”.

Controle, defesa, integração e busca e salvamento
Zona Econômica Exclusiva (ZEE): 3,6 milhões de km²
Controle e busca e salvamento em águas internacionais



Fonte: IBGE/DEORG/SEORI/SG-MD

Dados	Valor	Mundo	América do Sul
Território	8,5 milhões km ²	5 ^a	1 ^a
Fronteiras	16,9 mil km	3 ^a	1 ^a
Litoral	10,9 mil km	—	1 ^a
Águas Jurisdicionais	5,7 milhões km ²	—	1 ^a
Espaço Aéreo	22,1 milhões km ²	—	1 ^a
Países Limítrofes	10	3 ^a	1 ^a
Mar Territorial	22 km (12 milhas náuticas)	Mar + ZEE = 3,6 milhões de km ² (Amazônia Azul)	
Zona Econômica Exclusiva (ZEE)	370 km (200 milhas náuticas)		
Amazônia Legal	Fronteira	12.390 km	
	Área	5,2 milhões km ²	
Áreas Florestais*	309 milhões de hectares (2020)	2 ^a	1 ^a
	36% do território do país (2020)		2 ^a
Desflorestamento**	10.851 km ² (2020 estimado)		3 ^a

Fonte: Território: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?edicao=36514>
Fronteiras e litoral: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites>
Águas Jurisdicionais, Mar Territorial, Zona Econômica Exclusiva (ZEE): Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) — Informações Consolidadas até Ago/2019.
Amazônia Legal: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/mapas-regionais/15819-amazonia-legal.html?=&t=o-que-e>
(*) Cadastro Nacional De Florestas Públicas (LINK) – Mapa - (**) INPE (LINK)
Áreas Territoriais | IBGE

Quem atua para defender e controlar

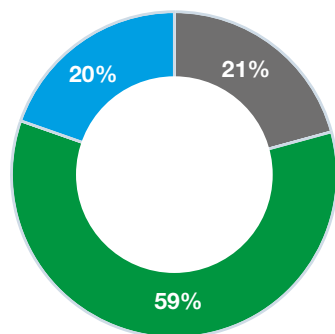
Pessoal do MD, incluídas as Forças

Os militares que se encontram no MD já estão computados nos quantitativos das Forças Armadas, bem como os militares em exercício nos demais órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e nas demais esferas de governo.

Militares Ativos		
Marinha do Brasil	Exército Brasileiro	Força Aérea Brasileira
71.621	205.508	67.714

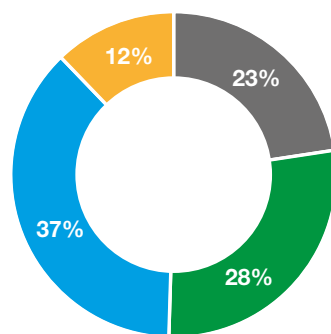
Civis Ativos			
Marinha do Brasil	Exército Brasileiro	Força Aérea Brasileira	Ministério da Defesa*
2.668	3.291	4.407	1.439

Quantidade de Militares Ativos



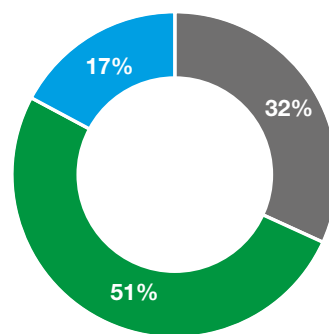
■ Marinha
■ Exército
■ Aeronáutica

Quantidade de Civis Ativos



■ Marinha
■ Exército
■ Aeronáutica
■ Ministério da Defesa (MD, ESG, ESD, HFA e Censipam)

Organizações Militares



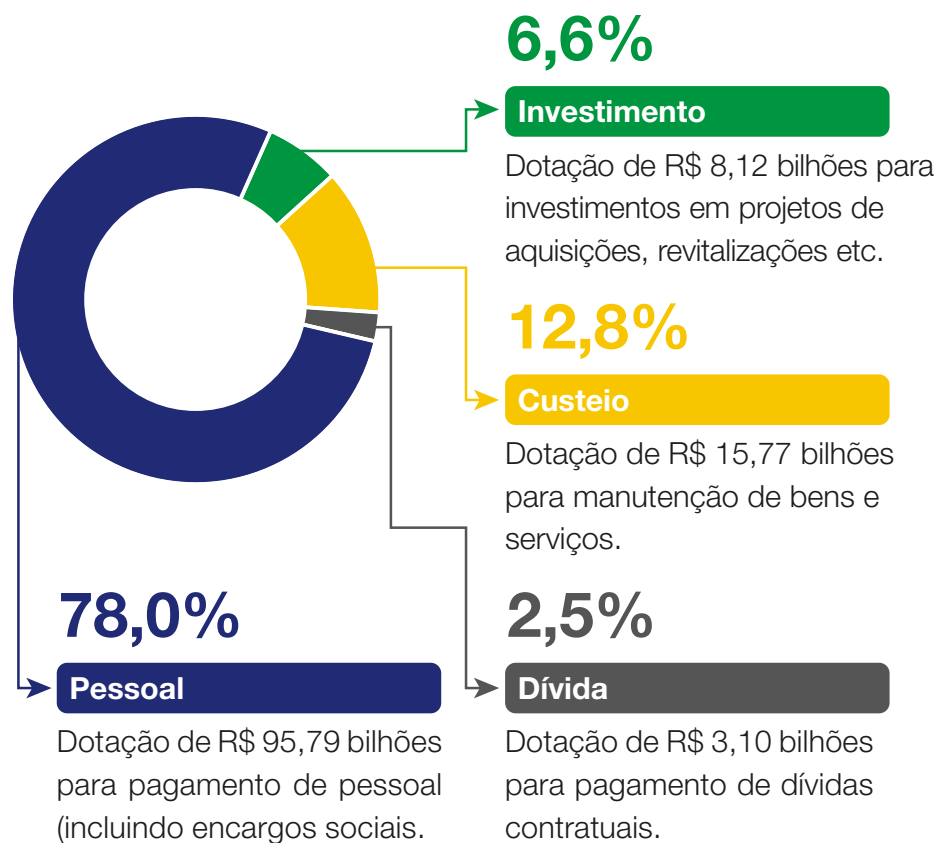
Total por Comando

■ Marinha	413
■ Exército	662
■ Aeronáutica	223
Total	1.298

Fonte: Marinha, Exército e Aeronáutica – Dez/2023

O custo para defender e controlar

(Orçamento de Defesa. LOA 2023)



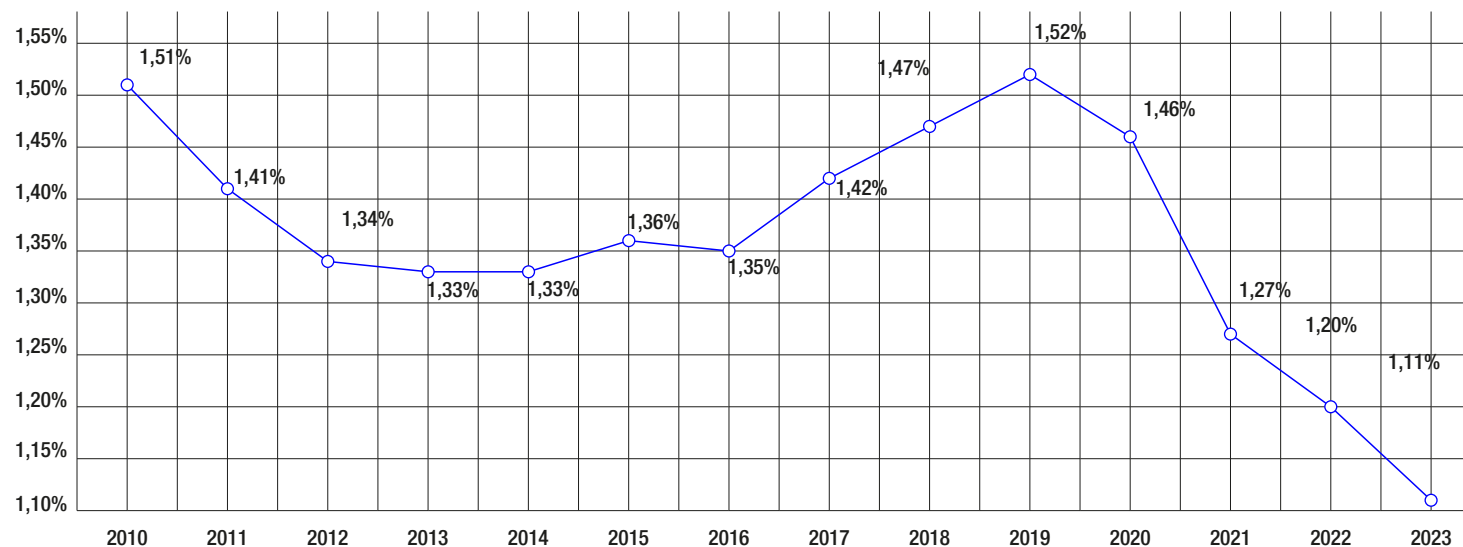
Fonte: DEORF – LOA 2023 (Dotação atualizada até 31/12/2023 – Dotações do MD. Órgão 52000), **excluindo** as unidades orçamentárias 74204, 74205 e Créditos Extraordinários)

Países com maiores gastos em Defesa em 2023 (Bilhões US\$)

País – % do PIB	100,0	200,0	300,0	400,0	500,0	600,0	700,0	800,0	900,0
1º Estados Unidos – 3,5%								877,0	
2º China – 1,6%			292,0*						
3º Rússia – 4,1%	86,4								
4º Índia – 2,4%	81,4								
5º Arábia Saudita – 7,4%	75,0*								
6º Reino Unido – 2,2%	68,5								
7º Alemanha – 1,4%	55,8								
8º França – 6,6%	53,6								
9º Coreia do Sul – 2,7%	46,4								
10º Japão – 1,1%	46,0								
11º Ucrânia – 34%	44,0*								
12º Itália – 1,7%	33,5								
13º Austrália – 1,9%	32,3								
14º Canadá – 1,3%	26,9								
15º Israel – 4,5%	23,4								
16º Espanha – 1,5%	20,3								
17º Brasil – 1,1%	20,2								
18º Polônia – 2,4%	16,6								
19º Países Baixos – 1,6%	15,6								
20º Catar – 7,0%	15,4								
21º Taiwan – 1,6%	12,5								
22º Singapura – 2,8%	11,7								
23º Turquia – 1,2%	10,6								
24º Paquistão – 2,6%	10,3								
25º Colômbia – 3,1%	9,9								

Fonte: SIPRI – Trends in World Military Expenditure – abril/2023 (Valores Estimados)
Obs.: Não estão incluídos todos os gastos de defesa referentes ao Brasil

Orçamento de Defesa x PIB – em %



Fonte: IBGE - SIOP-BI - Tesouro Gerencial (Incluídos todos os gastos de Defesa)
 Fonte: IBGE - MD- Despesas totais dos órgãos 52.000, 74.204 E 74.205 (exceto créditos extraordinários) /PIB anual

Estrutura organizacional

A organização do MD é bastante peculiar e diferente dos demais ministérios:

- O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da [Constituição Federal](#);
- O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas;
- As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da [Lei Complementar nº 97](#), de junho de 1999;
- Os comandantes das Forças Armadas exercem, no âmbito de suas atribuições, a direção e a gestão da respectiva Força;
- As Forças dispõem de estruturas próprias, de efetivos de pessoal militar e civil, fixados em lei, e de autonomia para fazer a gestão, de forma individualizada, dos recursos orçamentários que lhes forem destinados no orçamento do MD; e
- As Forças Armadas, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e a Secretaria-Geral (SG) são órgãos de alto nível, diretamente subordinados ao Ministro.

A estrutura organizacional do MD contempla três grandes segmentos:

Forças Armadas

São instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem. Cabem ainda às Forças Armadas, como atribuições subsidiárias, cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil, bem como atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, no mar e nas águas interiores, contra delitos transfronteiriços e ambientais. De acordo com a Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, o Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, assessorado pelo Conselho Militar de Defesa, órgão permanente de assessoramento, pelo EMCFA e pelos demais órgãos, conforme definido em lei.

A estrutura organizacional do MD contempla três grandes segmentos:

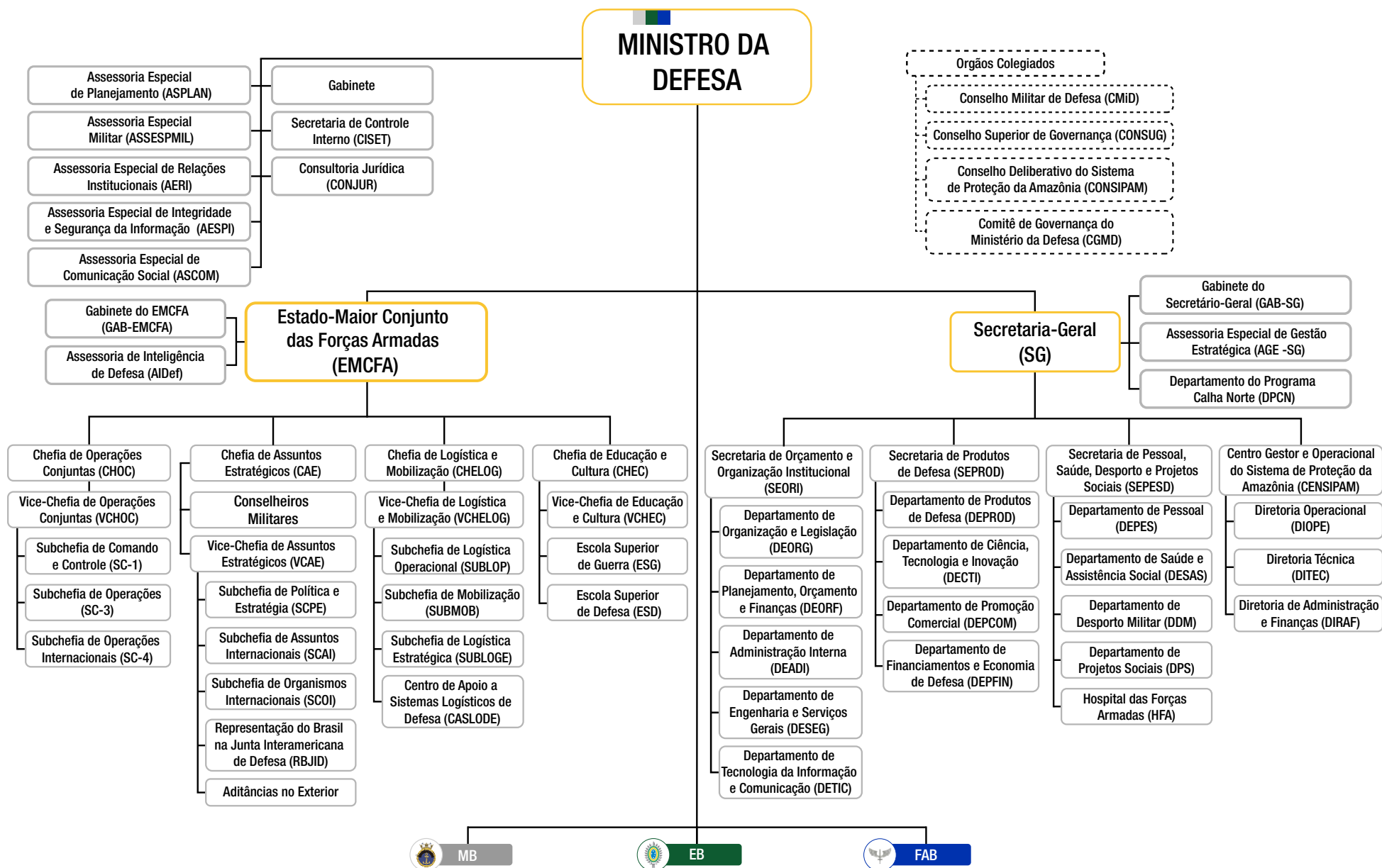
EMCFA

O órgão tem o papel de Assessorar o Ministro de Estado da Defesa, objetivando a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas, com vistas ao cumprimento de sua destinação constitucional e das atribuições subsidiárias previstas em lei, tendo como principais áreas de atuação: emprego conjunto das Forças Singulares; políticas e estratégias nacionais de defesa; inteligência e contrainteligência; educação e cultura; atividades de integração e interoperabilidade; articulação e equipamento das Forças Armadas; assuntos e atos internacionais e representações em organismos na área de defesa; políticas e estratégias militares de defesa; acompanhamento dos setores estratégicos nuclear, cibernético e espacial; entre outras. Integram a estrutura da Chefia de Educação e Cultura (CHEC), do EMCFA, criada por meio do Decreto nº 10.998/2022, a Escola Superior de Guerra (ESG), voltada a estudos de alto nível sobre defesa nacional, e a Escola Superior de Defesa (ESD), que tem a finalidade de desenvolver estudos, pesquisas, ensino e difusão e intercâmbio de conhecimentos em temas de interesse da defesa nacional

SG

Órgão central de direção que coordena e supervisiona as atividades do Departamento do Programa Calha Norte (DPCN) e dos órgãos específicos singulares, que lhe são subordinados: o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam), a Secretaria de Orçamento e Organização Institucional (SEORI), a Secretaria de Produtos de Defesa (SEPROD) e a Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde e Desporto (SEPESD). À SG compete direcionar e supervisionar a gestão administrativa e a gestão estratégica no âmbito do MD, exceto quanto aos assuntos de competência dos Comandantes das Forças Armadas e aos assuntos militares de competência do EMCFA. O Hospital das Forças Armadas (HFA), órgão integrante da estrutura da SEPESD, tem por objetivo prestar assistência médico-hospitalar aos militares das Forças Armadas e a determinados segmentos da sociedade, bem como desenvolver o ensino e a pesquisa. O Censipam integra informações e gera conhecimento atualizado para articulação, planejamento e coordenação de ações globais de governo na Amazônia Legal e na Amazônia Azul, em prol da proteção ambiental e do desenvolvimento sustentável das duas regiões.

O detalhamento da estrutura organizacional atual do MD, bem como as competências dos órgãos que o integram, constam do Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério. O detalhamento da estrutura organizacional atual do MD, bem como as competências dos órgãos que o integram, constam do Decreto nº 11.337, de 1º de janeiro de 2023, que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério.



Principais normas direcionadoras de sua atuação

Relaciona-se a seguir as principais normas que direcionam a atuação do MD:

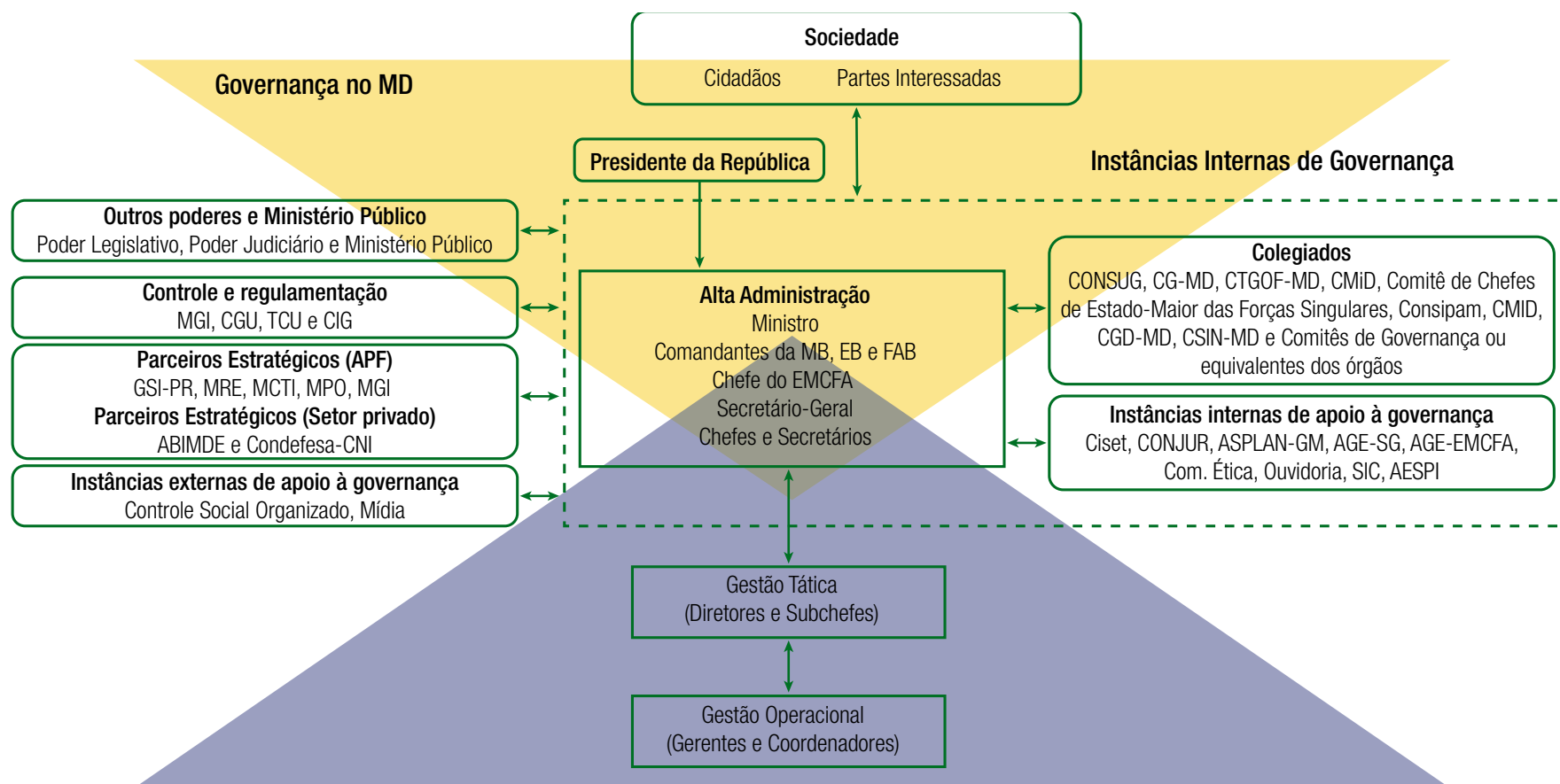
- A [Constituição Federal](#), em especial o capítulo que trata das Forças Armadas (artigos 142 e 143);
- A [Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999](#), que “Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”;
- A [Política Nacional de Defesa \(PND\)](#) e a [Estratégia Nacional de Defesa \(END\)](#), encaminhadas em julho de 2020 para apreciação do Congresso Nacional;
- O [Decreto nº 7.276, de 2010](#), que aprovou a Estrutura Militar de Defesa, quem a compõe e as responsabilidades das autoridades encarregadas de conduzi-la;
- A [Lei nº 14.600, de 2023](#), que estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios.
- O [Decreto nº 11.337, de 2023](#), que aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão, das Funções de Confiança e das gratificações do Ministério da Defesa, alterado pelo [Decreto nº 11.579, de 2023](#), que ampliou as competências da Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação e criou os cargos de Secretária-Geral Adjunta e Secretários Adjuntos;
- A [Lei nº 785, de 1949](#), que criou a Escola Superior de Guerra [ESG];
- O [Decreto nº 5.874, de 2006](#); que aprovou o regulamento da ESG;
- O [Decreto nº 1.310, de 1962](#), do Conselho de Ministros, que criou o Hospital das Forças Armadas;
- O [Decreto nº 8.422, de 2015](#), que dispõe sobre a organização e o funcionamento do Hospital das Forças Armadas;
- O [Decreto nº 9.325, de 2018](#), que aprovou o regulamento da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID).
- O [Decreto nº 10.806, de 2021](#), que cria a Escola Superior de Defesa (ESD).
- O [Decreto nº 3.897, de 2001](#), que fixa as diretrizes para o emprego das Forças Armadas na garantia da lei e da ordem, e dá outras providências.
- A [Lei nº 6.880, de 1980](#), que dispõe sobre o Estatuto dos Militares.

Marco Legal



Estruturas de Governança

As informações sobre as estruturas de governança refletem a realidade no exercício de 2022. Como houve alteração na organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, em alguns casos as informações a seguir relacionadas podem não refletir a organização e as estruturas vigentes em 2023.



Órgãos Colegiados

As informações sobre os órgãos colegiados consideram os instrumentos de criação vigentes, refletindo a realidade no exercício de 2022. Como houve alteração na organização dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, em alguns casos as informações a seguir relacionadas podem não refletir a organização e as estruturas vigentes em 2023.

Colegiado	Detalhamento	
Conselho Superior de Governança (CONSUG)	Instrumento de criação:	Decreto nº 9.628, de 26 de dezembro de 2018.
	Principais competências:	Definir diretrizes para a política de governança pública do MD e das Forças Armadas.
	Principais Integrantes:	Ministro da Defesa, que o presidirá; Comandante da Marinha; Comandante do Exército; Comandante da Aeronáutica; Chefe do EMCFA; e Secretário-Geral do MD.
Conselho Militar de Defesa (CMiD)	Instrumento de criação:	Lei Complementar nº 97/1999 e Decreto nº 7.276/2010.
	Principais competências:	Assessorar o Presidente da República no que concerne ao emprego de meios militares; e assessorar o Ministro da Defesa: no assessoramento ao Presidente da República a decidir sobre o emprego das Forças Armadas; emitir diretrizes para o emprego das Forças Armadas, condução dos exercícios conjuntos e operações de paz; ativar os Comandos Operacionais em cumprimento à determinação do Presidente da República; designar e ativar os Comandos Operacionais para planejamento de emprego; aprovar os planejamentos estratégicos para atender às hipóteses de emprego; e adjudicar os meios aos Comandos Operacionais.
	Principais Integrantes:	Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, pelo Chefe do EMCFA e pelo Ministro de Estado da Defesa (apenas no que concerne ao emprego de meios militares).
Comitê de Governança do MD (CG-MD)	Instrumento de criação:	Portaria nº 3.127/GM-MD/2021 , alterada pela Portaria nº 3.266, de 2023.
	Principais competências:	Definir diretrizes, políticas e estratégias para o aprimoramento da governança e da gestão no âmbito do Ministério.
	Principais Integrantes:	Ministro, que o preside, Chefe do EMCFA, Chefe de Operações Conjuntas (CHOC), Chefe de Assuntos Estratégicos (CAE), Chefe de Logística e Mobilização (CHELOG), CHEC, Secretário-Geral, SEORI, SEPROD, SEPESD e Diretor-Geral do Censipam.

Comitê de Chefes de Estado-Maior das Forças Singulares	Instrumento de criação:	Portaria Normativa nº 22/MD, de 24 de março de 2016.
	Principais competências:	Contribuir para o assessoramento ao Ministro de Estado da Defesa nos seguintes assuntos: na condução dos exercícios e operações conjuntas e quanto à atuação de Forças brasileiras em operação de paz e humanitárias; nas políticas e estratégias nacionais e setoriais de defesa, de inteligência e contrainteligência; nos assuntos e atos internacionais e participação em representações e organismos no país e no exterior; nos assuntos referentes à logística, mobilização e tecnologia militar e articulação e equipamento das Forças Armadas; e nos assuntos referentes às operações em ambiente interagências. Ao Comitê cabe, ainda, contribuir para a atuação do EMCFA, em consonância com os Comandos Militares.
	Principais Integrantes:	Chefes de Estado-Maior dos Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sob a coordenação do Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (CEMCA).
Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia (Consipam)	Instrumento de criação:	Decreto nº 9.829, de 10 de junho de 2019.
	Principais competências:	Estabelecer diretrizes para a coordenação e a implementação de ações de governo, no âmbito do SIPAM, em observância à Política Nacional Integrada para a Amazônia Legal.
	Principais Integrantes:	Secretário-Geral do MD, que o presidirá; Secretários-Executivos da Casa Civil da Presidência da República, do Ministério da Justiça e Segurança Pública, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, do Ministério de Minas e Energia, do Ministério das Comunicações, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações, do Ministério do Meio Ambiente, do Ministério do Desenvolvimento Regional, do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e Secretário-Geral das Relações Exteriores do Ministério das Relações Exteriores.
Comissão Mista da Indústria de Defesa (CMID)	Instrumento de criação:	Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013 , alterado pelo Decreto nº 9.857, de 2019 .
	Principais competências:	Assessorar o Ministro da Defesa em processos decisórios e em proposições de atos relacionados à indústria nacional de defesa.
	Principais Integrantes:	Quatro representantes da Administração Central do MD, dentre os quais o Presidente; um representante do Comando da Marinha; um representante do Comando do Exército; um representante do Comando da Aeronáutica; um representante do Ministério da Economia; e um representante do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação.
Comitê de Governança Digital do MD (CGD-MD)	Instrumento de criação:	Portaria GM-MD nº 3.572, de 29 de junho de 2022.
	Principais competências:	Deliberar sobre os assuntos relativos à implementação da Estratégia de Governo Digital – EGD e ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação.
	Principais Integrantes:	Um da SG; cinco do EMCFA; um da SEPESD; um da SEPROD; dois da SEORI, sendo um o Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DETIC), que presidirá o CGD-MD; um do Consipam; e o Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais da administração central do MD. Os membros titulares do CGD-MD serão ocupantes de Cargos Comissionados Executivos - CCE ou Funções Comissionadas Executivas - FCE de nível equivalente ou superior ao nível 15.

Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira (CTGOF-MD)	Instrumento de criação:	Portaria nº 3.077/GM-MD, de julho de 2021.
	Principais competências:	Assessorar o Secretário-Geral nos assuntos referentes às áreas de orçamento, finanças e contabilidade do MD.
	Principais Integrantes:	Representantes, nível DAS 5 ou equivalente, da SEORI, do Gabinete do Ministro e dos três Comandos (Marinha, Exército e Aero-náutica).
Comitê de Segurança da informação da administração central do MD (CSIN-MD)	Instrumento de criação:	Portaria GM-MD nº 3.247, de 8 de junho de 2022.
	Principais competências:	Assessorar o Ministro de Estado da Defesa nas atividades relacionadas à Segurança da Informação no âmbito da administração central do MD, observado o disposto no Decreto nº 9.637, de 26 de dezembro de 2018, que institui a Política Nacional de Segurança da Informação – PNSI.
	Principais Integrantes:	Gestor da Segurança da Informação, que o coordenará; Chefe do Gabinete do Ministro; Diretor do DETIC/SEORI; Chefe da Assessoria de Inteligência de Defesa do EMCFA; Diretor do Departamento de Engenharia e Serviços Gerais da SEORI; Subchefe de Comando e Controle da Chefia de Operações Conjuntas do EMCFA; e Diretor Técnico do Censipam.

Principais Instâncias de Apoio à Governança

Assessoria Especial de Planejamento (ASPLAN)	Assessorar o Ministro nos assuntos relacionados à governança pública do setor de defesa, em especial no que se refere ao planejamento estratégico setorial de defesa e a elaboração e atualização do Livro Branco de Defesa Nacional.
Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação (AESPI)	Assessorar o Ministro nos assuntos relacionados à integridade pública, à segurança da informação e à proteção de dados pessoais; desempenhar as atividades relacionadas à correição pública, observadas as atribuições dos Comandantes das Forças Armadas; exercer as atribuições de unidade de ouvidoria; política e diretrizes relacionadas a gestão de riscos; e atividades de transparência ativa e passiva, incluindo o Serviço de Informações ao Cidadão (SIC).
Assessoria Especial de Gestão Estratégica (AGE) da SG	Assessorar o Secretário-Geral na condução da gestão estratégica, inclusive quanto ao planejamento estratégico, e nos assuntos relacionados à governança e à melhoria da gestão do órgão; articular com os órgãos de controle, interno e externo, com o acompanhamento dos assuntos de interesse da Secretaria-Geral; coordenar, orientar e harmonizar as ações para a adoção de providências relacionadas às demandas dos órgãos de controle interno e externo, nas situações em que estejam envolvidas mais de uma estrutura da alta administração do Ministério; elaborar estudos e conduzir assuntos e projetos de interesse da Secretaria-Geral.
Assessoria de Gestão Estratégica (AGE) do EMCFA	Assessorar o Chefe do EMCFA nos assuntos relacionados à governança, à gestão, à integridade e à elaboração, atualização e acompanhamento do Planejamento Estratégico Organizacional, do Plano de Gestão e do Plano de Ação do EMCFA; implementar ações voltadas para a integração entre a gestão estratégica e a gestão orçamentária; desenvolver e aprimorar as atividades relacionadas à Gestão do Conhecimento, à Gestão Estratégica, Gestão de Riscos e Gestão por Processos.
Secretaria de Controle Interno (CISCT)	órgão de assistência direta e imediata ao Ministro, que tem como principais competências: assessorar como órgão de apoio à supervisão ministerial; acompanhar, controlar, fiscalizar e avaliar a gestão contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial; realizar auditorias sobre a gestão de recursos públicos; exercer supervisão técnica, coordenação das ações integradas e orientação normativa das unidades de controle interno dos Comandos Militares; apurar atos ou fatos ilegais ou irregulares, praticados na utilização de recursos públicos e comunicar as autoridades competentes.

Ouvidoria	A Ouvidoria do MD, criada em 1º de abril de 2013, vinculada à AESPI, é a instância de participação e controle social, que promove a participação, proteção e defesa do usuário (pessoa física ou jurídica) de serviços públicos, responsável pelo recebimento das reclamações, solicitações, denúncias, sugestões, elogios e solicitação de simplificação dos serviços prestados pelo Ministério da Defesa, com o objetivo de aprimorar a gestão pública e melhorar os serviços oferecidos.
Comissão de Ética Setorial do MD	Órgão que apura denúncias e julga desvios éticos dos agentes públicos, bem como orienta, informa e aconselha sobre a conduta ética, no âmbito da Pasta. A Comissão de Ética Setorial do MD é órgão colegiado, vinculado administrativamente à Assessoria Especial de Integridade (AESPI), de caráter consultivo e deliberativo, e com autonomia técnica para o desempenho das suas atribuições. O seu regimento interno foi atualizado e aprovado pela Portaria GM-MD nº 4.487, de 2021 . O órgão faz parte do Sistema de Gestão da Ética do Poder Executivo Federal, previsto no Decreto 6.029, de 2007 , cujo órgão central é a Comissão de Ética Pública da Presidência da República .
Serviço de Informações ao Cidadão (SIC)	Área específica para atendimento aos pedidos de acesso a informações apresentados pelos cidadãos, com base na Lei de Acesso à Informação e no Decreto nº 7.724/2012 . Atualmente faz parte da estrutura da Assessoria Especial de Integridade e Segurança da Informação (AESPI).
Consultoria Jurídica (CONJUR)	Órgão de assessoria do Ministro, que tem como principais competências: fixar a interpretação das leis, dos tratados e dos demais atos normativos na área de atuação do MD; realizar revisão final da técnica legislativa e emitir parecer conclusivo sobre a legalidade e a compatibilidade com o ordenamento jurídico das propostas de atos normativos; assistir o Ministro da Defesa no controle interno da legalidade dos atos do MD e das suas entidades vinculadas; e exercer a supervisão dos órgãos jurídicos das Forças Armadas.

Resumo da Programação do MD no Programa Plurianual (PPA 2020/2023)

O Plano Plurianual (PPA) é o principal instrumento de planejamento orçamentário de médio prazo do governo federal. Ele define as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal, contemplando os investimentos de grande vulto e as despesas de custeio necessários à sua manutenção.

PPA 2020/2023

O MD está representado no PPA 2020/2023 por meio de três Programas:

Programa 6012 Defesa Nacional	Objetivo: preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas. Meta: atingir, 73,50% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas (IOPF) ao final de 2023.
Programa 6011 Cooperação com o Desenvolvimento Nacional	Objetivo: realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade. Meta: atingir 70,29% de execução de ações de cooperação com o desenvolvimento nacional ao final de 2023. O MD e as Forças Armadas realizam, no contexto do cumprimento das atribuições subsidiárias, várias ações que contribuem com o desenvolvimento nacional e com a defesa civil, em benefício da sociedade, merecendo destaque: ocupação de vazios estratégicos na faixa de fronteira; apoio à melhoria da infraestrutura de municípios; participação em campanhas institucionais de utilidade pública ou de interesse social; atuação contra delitos transfronteiriços e ambientais; apoio às políticas públicas de inclusão social e de cidadania; produção de informações para a proteção da Amazônia legal; apoio em casos de desastres ambientais; operações de ajuda humanitária; cooperação com órgãos públicos federais, estaduais e municipais, na execução de obras e serviços de engenharia; e apoio à formação profissional.
Programa 6013 Oceanos, Zona Costeira e Antártica	Objetivo: promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica. Meta: concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa até 2023. De caráter multissetorial, o Programa é coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) da Marinha do Brasil e envolve, dentre outros, os Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência e Tecnologia, Inovações e Comunicações e das Minas e Energia.

PPA 2024 – 2027

No Plano Plurianual 2024 – 2027, aprovado pela Lei nº 14.802/2024, foram mantidos os três programas temáticos do MD: Defesa Nacional (6012), Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional (6011) e Oceano, Zona Costeira e Antártica (6013), cujos objetivos específicos, indicadores e metas, estão relacionados a seguir:

Programa 6012 – Defesa Nacional

Objetivo Geral: Preparar as Forças Armadas, desenvolvendo as capacidades militares e as condições necessárias para que possam ser prontamente empregadas na defesa do território, da soberania e dos interesses nacionais.

Objetivos específicos	Indicadores	Meta			
		2024	2025	2026	2027
Fortalecer o setor de ciência, tecnologia e inovação de interesse da defesa nacional.	Índice de implementação de ações de estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico de interesse da defesa nacional.	46,0%	48,0%	50,0%	52,0%
Desenvolver as capacidades conjuntas e condições logísticas das Forças Armadas.	Índice de Entregas Realizadas.	75,0%	75,0%	75,0%	75,0%
Fortalecer as capacidades militares do Exército Brasileiro para a defesa do território.	Índice de execução dos Programas e Projetos do Exército Brasileiro.	42,0%	51,0%	62,0%	70,0%
Fortalecer as capacidades militares da Aeronáutica para defender o espaço aéreo brasileiro.	Índice de execução dos programas e projetos da Aeronáutica.	54,27%	60,88%	71,83%	83,61%
Assegurar o controle do espaço aéreo Brasileiro.	Percentual de controle do espaço aéreo.	96,25%	96,25%	96,25%	96,25%
Contribuir para a Segurança de Voo, por meio do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).	Percentual de eficiência do Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER).	91,0%	94,0%	97,0%	100,0%
Fortalecer as capacidades militares da Marinha do Brasil para controlar e defender as Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB).	Índice de execução dos programas e projetos da Marinha do Brasil.	66,0%	73,0%	77,0%	77,0%

Programa 6012 – Cooperação da Defesa para o Desenvolvimento Nacional

Objetivo Geral: Contribuir para incrementar os resultados e o alcance de políticas públicas e ações governamentais, por meio da atuação sinérgica do Ministério da Defesa com outras instituições públicas, cooperando para o desenvolvimento nacional.

Objetivos específicos	Indicadores	Meta			
		2024	2025	2026	2027
Contribuir com Políticas Públicas que promovam inclusão social, cidadania, desporto, profissionalização e desenvolvimento sustentável em comunidades menos assistidas, promovendo interação com a sociedade brasileira e cooperando com o desenvolvimento nacional.	Taxa de execução de ações de Cooperação com a Sociedade Brasileira.	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
Contribuir com a proteção, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal e em outras áreas consideradas de interesse, por meio de ações de apoio e geração de informações integradas do Sistema de Proteção da Amazônia.	Taxa de geração de informações e de ações de apoio do Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
Contribuir com a implementação da infraestrutura básica e o desenvolvimento sustentável nos municípios abrangidos pelo Programa Calha Norte.	Índice de atendimento das demandas de execução de obras de engenharia e aquisições de bens permanentes.	80,0%	80,0%	80,0%	80,0%

Programa 6013 – Oceano, Zona Costeira e Antártica

Objetivo Geral: Ampliar o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, por meio da gestão efetiva dos espaços costeiros e marinhos, para promover os interesses do país no oceano, zona costeira e Antártica.

De caráter multissetorial, o Programa é coordenado pela Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM) da Marinha do Brasil e envolve, dentre outros, os Ministérios do Meio Ambiente e Mudança do Clima, da Ciência, Tecnologia e Inovação e de Minas e Energia.

Objetivos específicos	Indicadores	Meta			
		2024	2025	2026	2027
Contribuir para a sustentabilidade marinha, a manutenção dos serviços ecossistêmicos e da justiça social no oceano, zonas costeiras e Antártica.	Percentual de variáveis monitoradas.	70,0%	70,0%	70,0%	70,0%
Consolidar e ampliar a participação do Brasil no cenário internacional quanto aos temas relacionados ao Oceano e à Antártica.	Participação nas Reuniões Consultivas do Tratado da Antártica (ATCM).	100%	100%	100%	100%
Impulsionar o conhecimento científico, o desenvolvimento tecnológico e a inovação no oceano, zona costeira e nas regiões polares.	Percentual de variáveis monitoradas.	65,0%	65,0%	75,0%	75,0%
Viabilizar o ordenamento ecológico e econômico nos espaços costeiros e marinhos sob jurisdição nacional para aumentar a resiliência à mudança do clima e prover segurança jurídica, contribuindo com a sustentabilidade socioambiental e a governança.	Percentual de variáveis monitoradas.	8,0%	25,0%	50,0%	70%

| O novo programa de investimentos do governo federal – O MD no Novo PAC

O NOVO PAC, instituído pelo [Decreto nº 11.632, de 2023](#), é um programa de investimentos do governo federal, em parceria com o setor privado, estados, municípios e movimentos sociais, que tem como principal objetivo acelerar o crescimento econômico e a inclusão social, por meio da geração de emprego e renda, contribuindo para a redução das desigualdades sociais e regionais.

Os projetos do Ministério da Defesa no NOVO PAC integram o **Eixo Inovação para a Indústria da Defesa**, cujas diretrizes centrais são equipar as Forças Armadas com tecnolo-

gias de ponta e aumentar a capacidade de defesa nacional e de monitoramento das fronteiras. Os investimentos em pesquisa e desenvolvimento desses projetos, além de cumprirem a função principal de ampliar a capacidade de defesa nacional, retornam ao País na forma de geração de empregos, renda, royalties e desenvolvimento da cadeia produtiva e de tecnologias nacionais.

A carteira de investimentos do Ministério da Defesa no NOVO PAC totaliza **52,8 bilhões de reais, sendo 27,8 bilhões de reais para o quadriênio 2023 – 2026**. Esses investimentos serão direcionados a equipamentos aéreos, navais, terrestres e a sistemas integradores. Entre eles, estão a aquisição de aeronaves cargueiro, caças Gripen, helicópteros leves e de médio porte, construção de submarinos e navios-patrolha, viaturas blindadas, e implantação de sistemas de controle de faixa de fronteira.

Antonio Diaz / Freepik



Os empreendimentos que compõe a carteira do MD são:

	Empreendimento	Entregas	2023 – 2026	2026	Total
	Submarinos convencionais	Construção de 3 submarinos diesel-elétricos	3.539,3	3.161,5	6.700,8
	Submarino de Propulsão Nuclear	Construção de um submarino	664,0	615,9	1.279,9
	Construção do Estaleiro e da Base Naval	Submarino Nuclear	1.889,2	2.479,5	4.368,7
	Programa Nuclear da Marinha	Combustível para submarino nuclear e outras aplicações	981,7	915,9	1.897,6
	Programa de Navios-Patrolha	Construção de 11 navios	437,5	507,2	944,7
	Fragatas Tamandaré Emgepron	Construção de 4 fragatas	4.381,7	1.061,1	5.397,8
	Forças Blindadas	Desenvolvimento e aquisição de 714 Viaturas Blindadas Sobre Rodas e Sobre Lagartas	3.376,2	3.370,0	6.746,2
	Projetos Astros	Pesquisa, desenvolvimento e implantação de uma unidade de mísseis táticos de cruzeiro de longo alcance	422,8	310,0	732,8
	Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras	Sisfron – Implantação e integração dos meios destinados ao monitoramento e controle da faixa de fronteira terrestre	1.766,3	1.760,0	3.526,3
	Projeto Aviação do Exército	Modernização de 6 helicópteros PANTERA e aquisição de 10 helicópteros de emprego Geral e 9 Veículos Aéreos Não Tripulados	589,5	800,0	1.389,5
	Projeto FX-2 (F-39 – Gripen)	Aquisição e produção de 33 caças	5.377,4	5.091,1	10.468,5
	Projeto KC-X	Desenvolvimento versão reabastecedor	2.524,5	2.828,4	5.352,9
	Projeto KC-390	Aquisição de 9 aeronaves cargueiro	178,7	-	178,7
	Aeronave Aeromédica e Reabastecimento	Conversão de 2 aeronaves A330	471,0	960,5	1.431,5
	Helicópteros de Médio Porte (H-XBR)	Aquisição de 5 helicópteros	929,7	-	929,7
	Helicópteros Leves T-X	Aquisição de 27 helicópteros	302,1	1.200,0	1.502,1
			27.831,6	25.016,1	52.847,7

Nota: As entregas previstas no NOVO PAC referem-se ao tempo de vigência do Programa (2023 – 2030) e são limitadas aos recursos previstos aos Projetos Estratégicos de sua carteira.

| Planejamento Estratégico

| Plano de Gestão do Ministério da Defesa 2020 – 2023 (PG-MD 2020 – 2023)

O Planejamento Estratégico do Ministério da Defesa é um processo sistemático de estabelecimento da Estratégia em vigor, tendo como um dos seus produtos o Plano de Gestão do MD. O Plano de Gestão do Ministério da Defesa 2020 – 2023 (PG-MD 2020 – 2023) consolida as prioridades de todos os Órgãos que integram o MD, exceto as Forças Armadas, e está alinhado com o PPA 2020 – 2023 e com a Estratégia Setorial de Defesa (ESD), que é o documento que estabelece, no âmbito do MD, as ações estratégicas a serem implementadas com o fito de atingir os objetivos estabelecidos na Política Setorial de

Defesa (PSD). Cabe esclarecer que as Forças Armadas têm seus planejamentos estratégicos próprios. Os principais

elementos do PG-MD 2020 – 2023 (cadeia de valor, identidade estratégica e mapa estratégico) são:



Missão

Promover o esforço integrado de Defesa, em prol da sociedade brasileira.



Visão

Ser uma Instituição de excelência no fortalecimento de Defesa Nacional e reconhecida pela efetividade da sua Gestão.



Valores

Representam os princípios que nortearão as ações e a conduta na Instituição, consubstanciam-se em um conjunto de crenças e princípios assumidos e praticados:

- Patriotismo
- Credibilidade
- Compromisso
- Profissionalismo
- Valorização das pessoas
- Excelência Institucional
- Civismo
- Efetividade
- Transparência
- Ética

Alguns órgãos do MD possuem missões próprias, sintonizadas com a missão do MD e alinhadas aos seus papéis específicos:



Missão Censipam

Contribuir para a proteção, a integração, o desenvolvimento sustentável e o incremento da qualidade de vida na Amazônia Legal, no mar territorial, na Zona Econômica Exclusiva do Brasil e em outras áreas consideradas de interesse



Missão ESG

Desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacional e internacional, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento.



Missão ESD

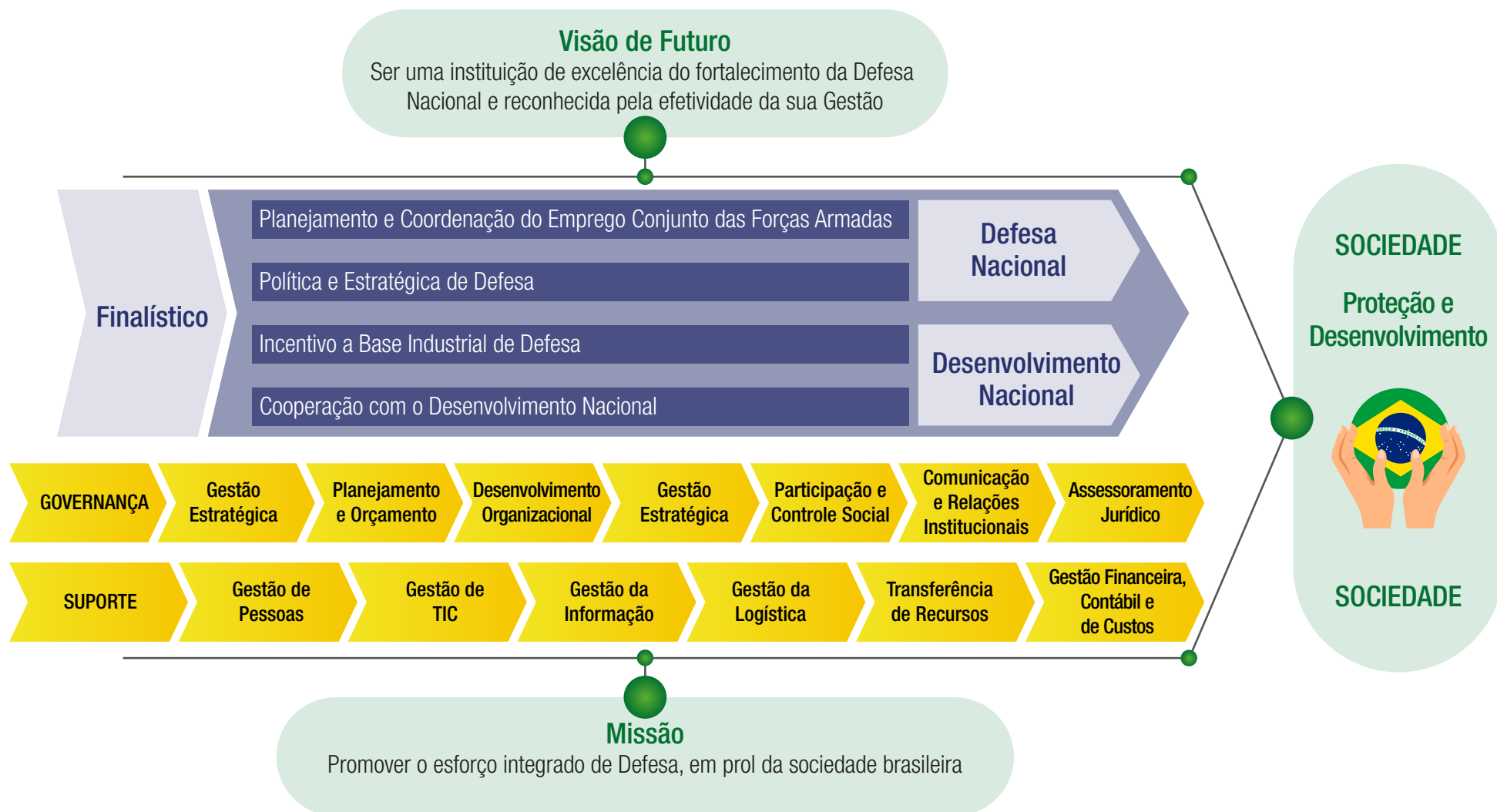
Desenvolver atividades acadêmicas em temas de interesse da Defesa Nacional, considerados os campos de segurança e desenvolvimento, com o propósito de contribuir para o fortalecimento da mentalidade de defesa na sociedade brasileira.



Missão HFA

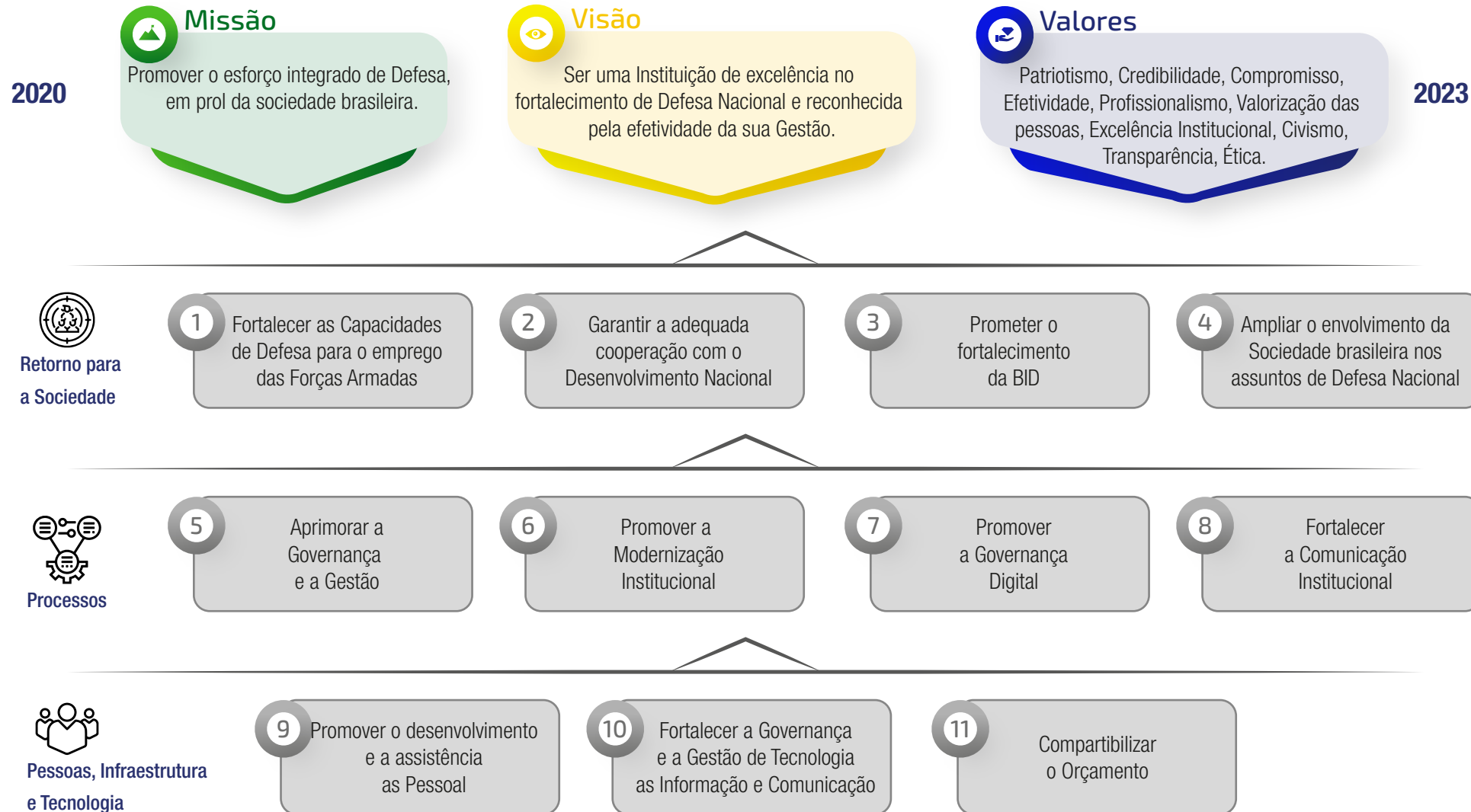
Prover assistência médico-hospitalar de média e alta complexidade aos usuários das Forças Armadas e outros conveniados; de baixa, média e alta complexidade aos servidores civis do MD e HFA; e desenvolver ensino, pesquisa e inovação na área de saúde.

Cadeia de Valor (PG-MD 2020 – 2023)



Mapa Estratégico

Mapa Estratégico do Ministério da Defesa 2020 - 2023



Plano Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa 2024 – 2027 (PEO-MD 2024 – 2027)

O Planejamento Estratégico Organizacional do Ministério da Defesa para o período 2024 – 2027 (PEO-MD 2024 – 2027) foi aprovado pelo Comitê de Governança do MD na sua 3ª reunião ordinária, realizada no dia 18/12/2023, conforme consta da [Resolução CG-MD Nº 2, de 2023](#). Os principais elementos do PEO-MD 2024 – 2027 (cadeia de valor, identidade estratégica e mapa estratégico) são:



MISSÃO

Promover o esforço integrado de defesa, para a garantia da soberania, do território e dos interesses nacionais, cooperando para as ações do Estado, o desenvolvimento do país e sua maior projeção no cenário internacional.



VISÃO DE FUTURO

Ser uma instituição de excelência na promoção do esforço integrado de defesa e reconhecido pela efetividade de sua gestão.



VALORES

Civismo

Respeito pelos valores da sociedade, suas instituições e responsabilidades e deveres do cidadão.

Compromisso

Dedicação permanente à defesa do interesse público, de forma a entregar o melhor para a sociedade, com responsabilidade e dedicação.

Cooperação

Auxiliar, colaborar, contribuir, prestar ajuda e construir sinergias, com vistas ao melhor resultado para a organização.

Efetividade

Alcance de resultados efetivos para a sociedade.

Excelência Institucional

Compromisso de fazer o melhor no cumprimento da missão institucional, com foco em resultados para a sociedade.

Profissionalismo

Realizar o trabalho de forma competente, correta e planejada, atuando com seriedade, reponsabilidade, imparcialidade, compromisso, respeito, educação, humildade e de forma justa.

Patriotismo

Sentimento de orgulho, amor e devoção à pátria e aos seus símbolos.

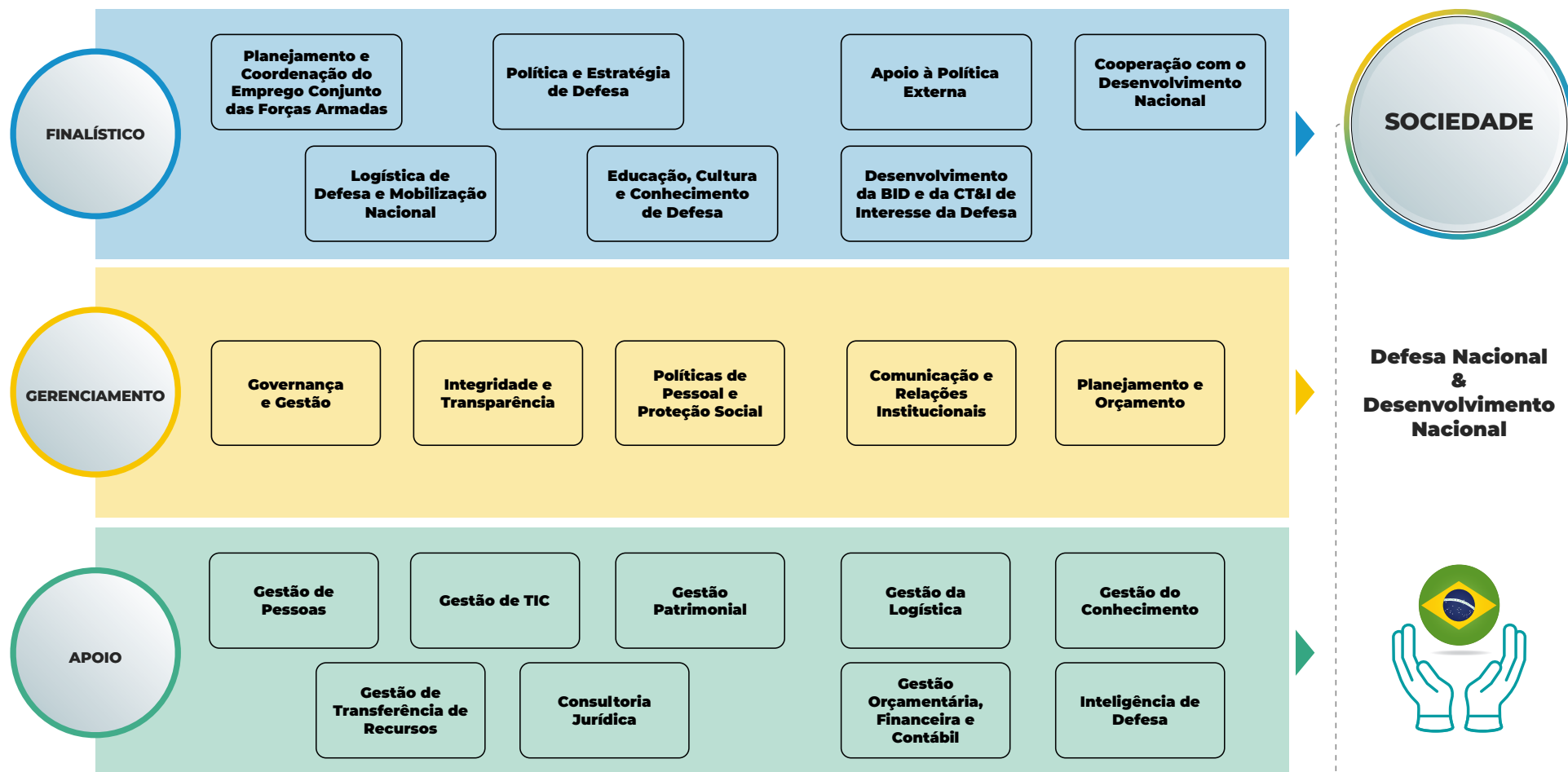
Integridade

Atuar de maneira correta, honesta, proba e com transparência, pautado por princípios éticos e morais.

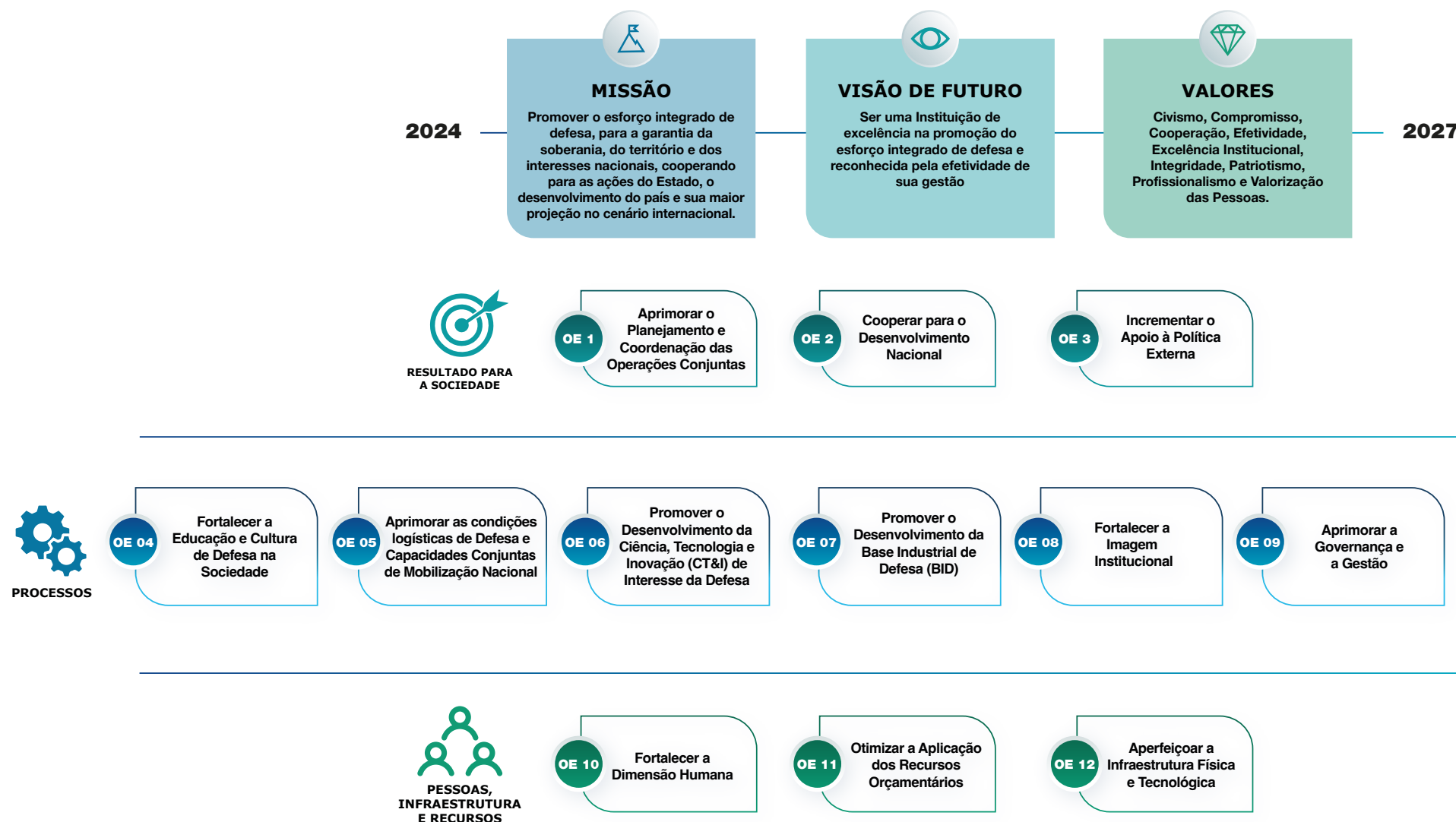
Valorização das pessoas

Promover a valorização, o reconhecimento e o desenvolvimento das pessoas, de forma a maximizar seu desempenho e bem-estar.

|Cadeia de Valor (PEO-MD 2024–2027)



Mapa Estratégico (PEO-MD 2024–2027)



Ambiente externo, desafios e oportunidades

Ambiente externo

O ambiente externo tem enorme influência sobre as atividades executadas pelo MD, primeiramente no que se refere ao preparo das Forças Armadas, uma vez que os projetos executados para este fim normalmente são de grande vulto financeiro, complexos, de longa duração e implicam em compras em moeda estrangeira; além disso, acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do MD, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias, como atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem e da votação e apuração eleitoral; na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil; e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais.



Influência do ambiente externo em 2023 (Fonte: AGE/SG).

| Desafios e riscos

Governança institucional complexa

A estrutura organizacional do MD é bastante peculiar e diferente dos demais órgãos públicos. O Ministério, que é um órgão de natureza civil, possui uma área que tem o papel de assessorar o ministro em assuntos militares (EMCFA), formada predominantemente por cargos militares, e uma outra área que exerce a direção geral do MD, formada predominantemente por cargos civis (Secretaria-Geral), ambas áreas subordinadas diretamente ao Ministro.

O Presidente da República é o Comandante Supremo das Forças Armadas, conforme estabelecido no art. 142 da [Constituição Federal](#). O Ministro de Estado da Defesa exerce a direção superior das Forças Armadas, que lhes são diretamente subordinadas. As Forças Armadas possuem autonomia administrativa, orçamentária e financeira, nos termos da [Lei Complementar nº 97, de junho de 1999](#).

Força de trabalho híbrida, reduzida e com elevada rotatividade

O MD, excluídas as Forças Armadas, possui força de trabalho híbrida, composta por servidores públicos regidos pela [Lei nº 8.112/1990](#) e demais normas complementares, por empregados públicos, submetidos às regras da Consolidação da Leis do Trabalho – CLT, e por militares das três Forças Armadas, sujeitos ao Estatuto dos Militares ([Lei nº 6.880/1980](#), alterada pela [Lei nº 13.954/2019](#)), o que leva à convivência de culturas distintas.

Atualmente, a força de trabalho é composta majoritariamente por militares, requisitados e sem vínculos.

A força de trabalho do MD, em especial a civil, tem diminuído expressivamente, ao longo dos últimos anos, devido à falta de autorização para a realização de concursos públicos e à vacância provocada pelas aposentadorias e exonerações dos servidores existentes, afetando as atividades fim e meio. Parte desse encolhimento tem sido compensado pela alocação de militares da ativa e da reserva. Essa situação tende a se agravar devido à iminente saída potencial dos servidores que já completaram ou estão prestes a completar os requisitos para aposentadoria, bem como pela supressão da prerrogativa de requisição de servidores pelo [Decreto nº 10.988/2022](#).

Embora possua 270 cargos administrativos vinculados ao Plano Geral de Cargos do Poder Executivo (PGPE), o MD não possui carreira própria, em especial para atuar na área fim do Ministério, a de defesa. O HFA, dada a sua especificidade, possui o Plano de Carreiras e Cargos (PCCHFA), empregados públicos, além de cargos administrativos do PGPE. O corpo docente da ESG e da ESD pertence à carreira de Magistério Superior e o Censipam dispõe de cargos da Carreira de Ciência e Tecnologia.

Cabe destacar que a permanência dos militares nas diversas unidades do MD é transitória, em decorrência das características próprias da carreira, uma vez que a cada ciclo de dois a quatro anos ocorre a substituição da maioria desses militares, o que leva a uma rotatividade constante de pessoal em diversas áreas, resultando em dificuldade de continuidade de algumas atividades; perda de informações e de conhecimentos; sobrecarga de trabalho; comprometimento do clima organizacional e da produtividade; e despesas com novos treinamentos.

Com vistas a reduzir as dificuldades enfrentadas, vislumbra-se a criação de uma Carreira específica para atuar nas atividades, políticas, programas e projetos de defesa, dotando o Ministério de um quadro próprio de servidores públicos especializados, diminuindo a demanda por militares da ativa, e possibilitando colaboração ainda mais efetiva nas questões relacionadas à defesa nacional.

Dificuldade de planejar a atuação no apoio ao Estado

Acontecimentos nacionais e internacionais podem produzir significativo impacto na atuação do MD, em especial no que diz respeito ao cumprimento de suas competências subsidiárias. Para vários desses acontecimentos, não é possível planejar antecipadamente a atuação das Forças Armadas, como, por exemplo, no apoio à defesa civil no caso de desastres ambientais; no apoio a ações de caráter humanitário; em diversos casos de operações de garantia da lei e da ordem; em operações de apoio a ações emergenciais de saúde; no combate a delitos transfronteiriços e ambientais; entre tantas outras. Diversos desses acontecimentos, nacionais ou internacionais, podem resultar em situações que demandam atuação pronta, imediata e eficaz do MD e das Forças Armadas.

As novas ameaças implicam em novos campos de atuação do poder militar e demandam novas capacidades de defesa

As novas ameaças aos Estados deixaram de ser claras e definidas, transformando-se em difusas e polimorfas com natureza anônima, sem território definido. Podem não ser de natureza militar e nem

estatal, sendo, na sua maioria, transnacionais e infra estatais (como o narcotráfico; terrorismo; migrações; riscos ecológicos, ambientais e climáticos; organizações criminosas transnacionais; crimes cibernéticos; guerras informacionais e híbridas).

Essas novas ameaças requerem a atuação do poder militar, demandando novas capacidades de defesa.

Nesse contexto, cabe destacar os riscos cada vez maiores de ataques cibernéticos externos, com vistas a danificar, roubar ou destruir dados, comprometendo sites, servidores ou interrompendo infraestruturas inteiras de tecnologia, com prejuízos para: as indústrias; o funcionamento dos órgãos públicos, dos serviços de saúde e de infraestruturas críticas; os serviços financeiros; entre outras possíveis consequências.

Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID), um desafio contínuo

A indústria de defesa, por ser dependente das políticas de Estado, visto que os investimentos necessários são de grande vulto, os projetos são de maturação lenta e o ambiente internacional é, cada vez mais, caracterizado por ameaças e incertezas, possui forte correlação entre a política econômica e a industrial, o que leva à necessidade de planejar políticas públicas para a BID na atual dinâmica competitiva do sistema internacional, inclusive definindo uma programação de aquisições para produtos e sistemas de defesa.

Ademais, uma parcela importante das empresas de defesa é cercada por dificuldades e desafios para se desenvolver, lançar novos produtos e competir no mercado.

Dessa forma, o fortalecimento da BID se torna premente e implica na qualificação da indústria mediante incentivos à capacitação tecnológica das empresas; incentivos e investimentos à Pesquisa Tecnológica e Inovação; formação de mão-de-obra especializada; aperfeiçoamento do marco legal e das políticas voltadas ao setor; desenvolvimento das pequenas e médias empresas do ramo; e redução dos impactos do custo Brasil; entre outras medidas.

Outro aspecto a ser considerado diz respeito ao risco de ausência de instrumentos de crédito para as empresas. Atualmente, são enfrentadas dificuldades relacionadas à fragilidade operacional e normativa de sistemas de apoio ao crédito às exportações, que podem impactar diretamente no volume das exportações e consequente sustentabilidade da BID.

O risco da dependência e da defasagem tecnológica

Para o desenvolvimento do setor de Defesa Nacional como um todo, é necessário forte investimento em pesquisa, desenvolvimento e inovação. O desenvolvimento científico e tecnológico e dos sistemas produtivos é de vital importância na área militar e deve ser tratado como um processo evolutivo contínuo, dinâmico e sistêmico, resultado das interações entre a indústria, as universidades e instituições científicas, tecnológicas e de inovação, quer seja no Brasil, ou em países mais avançados.

É fundamental reduzir gradativamente a dependência tecnológica externa, que impõe, por vezes, barreiras ao desenvolvimento da indústria e do setor. Com a sociedade cada vez mais dinâmica, aumentam os riscos de cerceamentos ao acesso a tecnologias sensíveis impostos pelos países industrializados.

Deficiência operacional em sistemas e infraestruturas de defesa

A manutenção e a construção das capacidades de defesa que o país necessita demandam investimentos em projetos de interesse, mediante a alocação regular de recursos orçamentários em ações voltadas ao desenvolvimento, à aquisição e à manutenção de meios, tecnologias, Sistemas e Produtos de Defesa.

Investimentos em patamares inferiores ao necessário podem levar a deficiência operacional em equipamentos, sistemas e infraestruturas de defesa, com comprometimento potencial da capacidade de pronta e eficiente atuação das Forças Armadas.

Redução na participação em eventos de capacitação e adestramento

Eventual restrição orçamentária pode ocasionar redução na participação de militares em eventos de ensino ou em operações de adestramento, nacionais e internacionais, com impacto potencial na preparação das Forças para o adequado cumprimento de seu papel.

Defender e controlar um país de dimensões continentais, que é potência ambiental e possui vastas riquezas naturais

O Brasil é um país de dimensões continentais, com um território de cerca de 8.5 milhões de km²; uma área oceânica denominada Amazônia Azul com 5,7 milhões de km²; um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão; com quase 17.000 km de fronteira terrestre; fronteira com nove países sul-americanos e com a região ultramarina da França; cerca de 3,6 milhões de km²

de zona econômica exclusiva (controle, defesa, busca e salvamento); e aproximadamente 22 milhões de km² de espaço aéreo a ser controlado. Para assegurar a Defesa Nacional de um país de dimensões continentais, extensas áreas de fronteiras, terrestres e marítimas, e de elevada estatura política e econômica, é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer investimentos regulares, públicos ou privados, e direcionados para as áreas estratégicas, em pesquisa, desenvolvimento e inovação.

As fronteiras terrestres demandam atenção especial, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre o Setor de Defesa, órgãos de segurança pública e demais agências envolvidas, e estreita cooperação com os países limítrofes.

No Brasil, a concentração da população e das atividades econômicas em regiões específicas, notadamente próximas ao litoral, gera vazios demográficos e baixos níveis de atividades econômicas em algumas regiões no interior do País, constituindo-se em um desafio para a integração e coesão nacionais e, portanto, para a própria concepção da Segurança, Defesa e Desenvolvimento nacionais.

As infraestruturas críticas, por terem papel essencial para a segurança e soberania nacionais, devem ser objeto de ações e procedimentos que permitam garantir a continuidade da prestação de seus serviços. Esse é mais um desafio, principalmente em um país com as dimensões do Brasil.

As crescentes demandas mundiais por alimentos, recursos naturais, fontes de água doce e energia, riquezas disponíveis no território brasileiro, são fatores que impulsionam o crescimento econômico do País e, ao mesmo tempo, são objetos de cobiça, trazendo preocupação constante para a Defesa Nacional.

É fundamental adequar e modernizar os meios e métodos de vigilância sobre o território nacional, incluindo a Zona Econômica Exclusiva, a plataforma continental, o espaço exterior sobrejacente e o espaço cibernético, entre outras áreas de interesse, inclusive otimizando o uso de dados e imagens do território para subsidiar ações de vigilância, em particular nas fronteiras. O uso de tecnologias modernas e de inteligência artificial, com ciclos tecnológicos mais rápidos, produzirá impactos significativos nas capacidades de defesa dos países.

As mudanças climáticas e as questões ambientais

As mudanças climáticas — associadas à ação humana ou a causas naturais — impõem desafios à segurança nacional e à defesa. Seus efeitos visíveis, como a maior incidência de incêndios, secas, inundações e elevação dos níveis dos oceanos, dentre outros, acarretam em desgaste e prejuízos ambientais, sociais e econômicos. Questões vinculadas à temática do clima geram tensões geopolíticas, impactando as relações entre os países.

O Brasil é uma potência ambiental, possuindo a maior biodiversidade do planeta e uma considerável parcela das reservas de água doce do mundo, sendo, portanto, um ator relevante para a questão ambiental em nível mundial. A proteção dos diversos biomas nacionais e suas riquezas é um desafio para o Estado brasileiro, que atua de forma multidimensional para o enfrentar.

Impactos provocados por mudanças climáticas podem acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, exigindo pronta resposta dos Estados.

Desastres naturais, incêndios, delitos ambientais e outras questões relacionados ao meio ambiente podem resultar em situações que demandam atuação pronta, imediata e eficaz do MD e das Forças Armadas.

A região amazônica

A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica, as dificuldades de mobilidade na região e as extensas áreas de fronteiras, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas ao seu desenvolvimento, à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para a coesão nacional. Além disso, a Amazônia é certamente tema de primeira ordem nas relações internacionais, na opinião pública mundial e no jogo geopolítico entre as nações. A relevância crescente da questão ambiental faz com que a maior floresta tropical do mundo seja um ativo de imenso valor para a humanidade em termos práticos e simbólicos. Tudo isso impõe enormes desafios à segurança e à defesa nacional.

A Amazônia Azul

As Águas Jurisdicionais Brasileiras, que englobam a Amazônia Azul®, ecossistema de área comparável à Amazônia territorial brasileira e de vital relevância para o País, na medida em que incorpo-

ra elevado potencial de recursos vivos e não vivos, entre estes, as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil, deve ser motivo de constante vigilância e monitoramento e atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública. Esse patrimônio brasileiro deve ser protegido e vigiado frente a antigas e novas ameaças, tais como pesca ilegal, narcotráfico, terrorismo, contrabando e descaminho, dentre outros.

A segurança marítima do Atlântico Sul, em face da natural vocação marítima brasileira, respaldada pelo seu extenso litoral e pela magnitude do seu comércio marítimo, deve ser uma preocupação constante do Setor da Defesa.

Ambiente internacional instável

A compreensão do tabuleiro internacional é fundamental para a identificação das implicações geopolíticas e geoestratégicas para o Brasil, particularmente no que tange ao campo da defesa. A transformação da estrutura de poder mundial, caracterizada pela emergência de novos polos de poder, leva ao acirramento da competição entre as grandes potências, com inevitáveis transbordamentos para os ambientes regionais.

A atual configuração internacional, caracterizada por incertezas e assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades, propiciando o surgimento de ameaças híbridas contrárias aos interesses nacionais. Ao mesmo tempo, verifica-se o agravamento da competição econômica e política, bem como a disputa por territórios, resultando no incremento da conflitividade interestatal.

Observa-se um aumento nos níveis de conflitos armados nos últimos anos, alguns deles produzindo forte impacto nos arranjos

internacionais e na economia mundial. Atualmente conflitos armados estão ocorrendo em várias regiões, merecendo destaque os conflitos Rússia e Ucrânia e Israel e Hamas na Faixa de Gaza, com reflexos mundo afora. No ambiente regional, vale destacar a possibilidade de conflito armado na América do Sul em decorrência do aumento de tensões entre a Venezuela e a Guiana, relacionada à disputa pelo território de Essequibo, países esses que têm fronteira com o Brasil, com impacto potencial direto, portanto, para a defesa do país.

Instabilidades políticas e sociais em países onde haja cidadãos, representações diplomáticas e empresas brasileiras podem torná-los alvos de ações hostis, o que poderá exigir a atuação das Forças Armadas, a fim de assegurar os interesses do Estado e a integridade física e psicológica dos nacionais.

Os fluxos migratórios se intensificaram no contexto da globalização inacabada, das guerras e conflitos e das crises econômicas e políticas, resultando em desafios adicionais para o Ministério da Defesa e para as Forças Armadas.

Emergências em saúde pública

As emergências em saúde pública, caracterizadas como situações que demandem o emprego urgente de medidas de prevenção, de controle e de contenção de riscos, de danos e de agravos à saúde pública em situações que podem ser epidemiológicas (surtos, epidemias e pandemias), de desastres, ou de desassistência à população, condições que têm sido cada vez mais frequentes, podem resultar em demandas de atuação do MD e das Forças Armadas.

Cenário fiscal

A Lei Complementar nº 200, de 2023, que substituiu o teto de gastos (Emenda Constitucional nº 95, de 2016) então vigente, instituiu o regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do País e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Este novo Arcabouço Fiscal definiu limites individualizados para o montante global das dotações orçamentárias relativas a despesas primárias, os quais serão corrigidos anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) somado a um crescimento real da despesa primária, atrelado à variação real da receita primária.

A citada Lei, além de possibilitar o crescimento real das despesas primárias, traz dispositivos que favorecem o incremento do investimento público. Inicialmente, permite que, caso o resultado primário do Governo Central apurado exceda ao limite superior do intervalo de tolerância, o Poder Executivo federal poderá ampliar as dotações orçamentárias em investimentos públicos, prioritariamente para obras inacabadas ou em andamento. Ademais, o Novo Arcabouço estabelece que a programação destinada a investimentos constante do projeto e da lei orçamentária anual não será inferior ao montante equivalente a 0,6% (seis décimos por cento) do PIB estimado no respectivo projeto.

Nesse contexto, há que se acompanhar, no exercício 2024 e subsequentes, o comportamento das receitas previstas, bem como os impactos das novas regras fiscais estabelecidas, de forma a se buscar oportunidades e implementar gestões junto ao centro de governo, visando ao incremento do orçamento alocado anualmente ao Ministério da Defesa, de forma a viabilizar o cumprimento de sua missão constitucional e de suas atuações subsidiárias.

Oportunidades e perspectivas

O desenvolvimento tecnológico do setor de defesa e o fortalecimento da BID contribuem para o desenvolvimento do país

O fomento a uma indústria nacional de defesa contribui para o crescimento do país, na medida em que gera divisas, por meio das exportações, empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil.

Vale ressaltar que o desenvolvimento tecnológico do setor de defesa alavanca e contribui significativamente para o desenvolvimento dos demais segmentos da indústria, resultando no desenvolvimento de produtos de uso dual ou que podem ser adaptados para o uso civil em geral.

Uma política industrial robusta na área de defesa, acompanhada de uma estratégia de gestão tecnológica, gera resultados positivos para a economia e para o desenvolvimento do país, além de maior eficiência militar.

Investimentos em Projetos de Defesa

Tendo em vista os dispositivos da Lei Complementar nº 200, de 2023, que favorecem o investimento público, vislumbra-se uma oportunidade de se buscar patamares orçamentários adequados para os grandes projetos de defesa, hoje integrantes do Novo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC, instituído pelo Decreto nº 11.632/2023.

No âmbito desta Pasta, os Projetos de Defesa foram particularmente impactados nos últimos exercícios, dado o cenário e as re-

gras fiscais vigentes. Cabe destacar que a insuficiência orçamentária pode levar à necessidade de renegociação de contratos, o que afeta o cronograma físico-financeiro dos projetos, implicando na prorrogação do término, na cobrança de multas, juros e no aumento do custo total do projeto. A depender da magnitude do corte, pode resultar na descontinuidade do projeto e na possibilidade de demissão de colaboradores diretos e indiretos, bem como na desmobilização das empresas envolvidas vinculadas à Base da Indústria de Defesa, além do prejuízo pelo não recebimento do objeto do contrato no prazo devido.

Vale lembrar que os Projetos de Defesa, de fundamental importância para o aparelhamento das Forças Armadas, necessitam de previsibilidade orçamentária para a garantia de sua continuidade. Em sua grande maioria, tais Projetos tem as seguintes características: longo prazo de maturação; envolvem significativos valores orçamentários distribuídos em extenso período de tempo; implicam em contratos complexos, envolvendo compensação e transferência de tecnologia, entre outros itens peculiares; e muitas vezes, envolvem compras ou parcerias internacionais (com a utilização de moeda estrangeira).

Aumento de exportações de produtos e sistemas de defesa

O cenário internacional mostra-se bastante propício ao aumento de exportações de produtos e sistemas de defesa. Isso, aliado à boa qualidade dos produtos ofertados pela indústria nacional e à manutenção dos projetos estratégicos de defesa e das políticas e ações voltadas ao fortalecimento da BID, certamente produzirá reflexos positivos no aumento das exportações de produtos e sistemas de defesa, resultando em mais divisas e empregos para o país.

Realinhamento do Brasil com parceiros estratégicos internacionais

O atual contexto da política internacional abre caminhos para o realinhamento do Brasil com parceiros estratégicos. É importante priorizar o relacionamento com os países detentores de maiores capacidades científicas e tecnológicas, buscando o estreitamento de relações e o incremento de ações de interesse para fins de aumento da nossa capacidade de defesa.

No Ambiente Regional, a convergência de interesses contribui para a estabilidade regional, de maneira a gerar um clima de confiança mútua e estreitamento dos laços de amizade, por meio da cooperação internacional, que é instrumento para o desenvolvimento tecnológico e industrial e solução de problemas comuns.

Capacidade logística e capilaridade das Forças Armadas

A capacidade logística e a capilaridade das organizações militares, no Brasil e no exterior, é importante fator para racionalização, redução de custos e aumento da eficiência das ações, projetos, programas e operações conjuntas realizadas pelo MD.

Incremento das parcerias no campo da cooperação com o desenvolvimento nacional e apoio ao Estado, em especial no que se refere às ações voltadas à melhoria das condições sociais

Atualmente, a sociedade como um todo, cidadãos e organizações, está cada vez mais motivada a cooperar com o desenvolvimento do país. O contexto atual, de novos desafios e de restrições de recursos, abre novas possibilidades para o aperfeiçoamento e a am-

pliação das parcerias junto aos demais ministérios, órgãos estaduais e municipais, organizações do terceiro setor e instituições privadas, no campo das ações, programas e projetos voltados à cooperação com o desenvolvimento nacional, particularmente daqueles que buscam a melhoria das condições sociais, o fortalecimento da cidadania e a melhoria da infraestrutura, sem o comprometimento da capacidade das Forças Armadas de cumprirem seu papel constitucional.

Neste sentido, é importante focar no alinhamento dos projetos e ações do MD com os de outros Ministérios e órgãos, de forma a potencializar a sinergia necessária e facilitar a cooperação, constituindo-se fator decisivo para mitigar os riscos de restrições de recursos e garantir melhores resultados com a máxima eficiência.

Incremento da interoperabilidade entre as Forças Armadas

Os cenários de emprego das forças exigem, cada vez mais, um conjunto diversificado de capacidades e o emprego sinérgico dessas capacidades. Para tal, as forças conjuntas constituem-se como o melhor instrumento militar e devem possuir a capacidade de operarem em sinergia, ou seja, devem ser interoperáveis. O incremento da interoperabilidade é um desafio contínuo a ser perseguido em operações conjuntas.

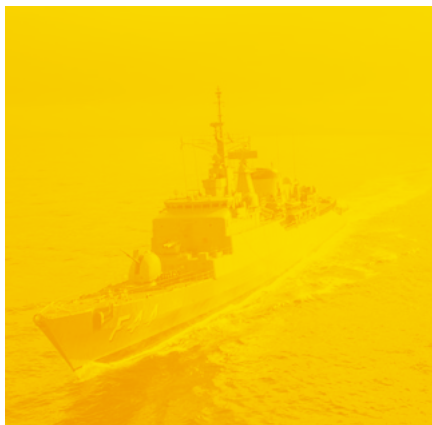
Ampliar a projeção do País no concerto mundial e reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e com a cooperação entre os povos

O Brasil deverá aperfeiçoar o preparo das Forças Armadas para desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz sob a égide de organismos multilaterais, de acordo com os interesses nacionais. Para isso, nosso país deverá dispor de capacidade de projeção de poder, visando a eventual participação em operações internacionais estabelecidas ou autorizadas pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas. Em tais operações, as Forças agirão sob a orientação das Nações Unidas ou em apoio a iniciativas de órgãos multilaterais da região, pois o fortalecimento do sistema de segurança coletiva é benéfico à paz mundial e à defesa nacional.

Incremento da imagem das Forças Armadas perante a sociedade brasileira

Contribuir para o incremento da imagem das Forças Armadas perante à sociedade, por meio da divulgação das participações positivas dos militares brasileiros ao longo de sua história, não somente em Operações de guerra, mas também em Operações de Paz, no Desporto militar e nacional de alto rendimento, no apoio às ações da defesa civil em situações de calamidade e desastres naturais, na cooperação com o desenvolvimento nacional, em ações humanitárias, entre tantas outras situações.

2 Principais resultados



| Introdução

Este capítulo relaciona os principais resultados do MD de 2022, incluídos os resultados dos Programas do PPA 2020 – 2023, os avanços dos projetos que integram o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa e os andamentos dos projetos que integram o portfólio do PG-MD 2020 – 2023, além de outros resultados relevantes alcançados pelos órgãos que integram o MD e pelas Forças Armadas.

Os resultados serão apresentados, sempre que possível, no âmbito dos eixos dos Programas do PPA 2020 – 2023, conforme os tópicos a seguir:

- Resultados relacionados ao eixo do Programa 6012 – Defesa Nacional;
- Resultados relacionados ao eixo do Programa 6011 – Cooperação com o Desenvolvimento Nacional;
- Principais resultados do MD no âmbito do Programa 6013 – Oceanos, Zona Costeira e Antártica;
- Outros resultados relevantes.

Para além dos projetos que compõem o Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa, apresenta-se ainda, outros resultados relevantes, com destaque para aqueles relacionados ao Programa de Defesa Cibernética, coordenado pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

O Programa 6012 — Defesa Nacional

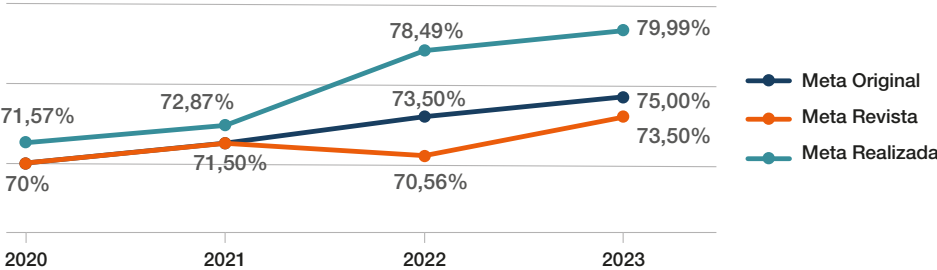
Caracterização do Programa

Objetivo	Meta	Indicador
Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do País contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas.	Atingir 73,5% do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas (IOPF) ao final de 2023.	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas Apurado por meio da média aritmética dos índices de operacionalidade obtidos anualmente pelos Comandos (Marinha, Exército e Aeronáutica), tendo como principais aspectos avaliados o adestramento, a capacidade operativa e a prontidão logística.

Resultado Do Programa

O Programa Defesa Nacional alcançou o objetivo previsto no PPA 2020 – 2023, tendo em vista que o índice de operacionalidade das Forças Armadas atingiu 79,99% em 2023, superando a meta prevista para o quadriênio de 73,50%, conforme demonstrado no gráfico a seguir. Esse resultado decorre dos avanços nos requisitos operacionais das Forças Armadas, quais sejam: adestramento, adequação de organizações militares, logística e mobilização e aparelhamento, os quais são acompanhados e aferidos regularmente pelos Comandos das Forças.

Evolução do Índice de Operacionalidade das Forças Armadas



Fonte: Fonte SIOP, posição janeiro de 2024.

Inicialmente, a meta prevista para o exercício de 2022 era alcançar 73,50% de operacionalidade das Forças Armadas. Entretanto, no processo sistemático de revisão do PPA, esse percentual foi reestimado para 70,56%, devido ao cenário de incerteza desenhado pela pandemia do COVID-19 e às fortes variações cambiais ocorridas em 2020 e 2021, as quais afetaram os valores dos contratos dos projetos estratégicos de Defesa firmados em moedas estrangeiras. Na mesma oportunidade, a meta prevista para 2023 foi reduzida de 75% para 73,5%.

Resultados Intermediários do Programa 6012

Os resultados intermediários a seguir foram selecionados dentre aqueles pactuados para o PPA 2020 – 2023 que apresentaram entregas relevantes no período de vigência do Plano, de forma a contribuir para o alcance da meta do Programa de Defesa Nacional.

Título do Resultado Intermediário	Unidade de Medida	Regionalização	Linha de Base 2019	Metas(*)		
				Ano	Prevista	Realizada
0118. Submarinos convencionais entregues à Marinha do Brasil	Unidade	Rio de Janeiro (Itaguaí)	0	2020	1	0
				2021	1	0
				2022	1	1
				2023	2	2
0120. Comissionamento dos Estaleiros e da Base Naval (Prosub) para operação de submarinos convencionais	Percentual	Rio de Janeiro (Itaguaí)	65%	2020	70%	72%
				2021	79%	75%
				2022	78%	77%
				2023	80%	77,22
0121. Viaturas Blindadas Sobre Rodas, do Projeto Forças Blindadas (antigo Programa Guarani), incorporadas ao Exército Brasileiro	Unidade	Minas Gerais (Sete Lagoas)	412	2020	455	472
				2021	562	536
				2022	587	621
				2023	642	705
0123. Viaturas Blindadas sobre rodas do sistema ASTROS na versão MK3M e MK-6 incorporadas ao Exército Brasileiro	Unidade	São Paulo (São José dos Campos)	77	2020	80	80
				2021	83	83
				2022	86	83
				2023	89	83
0148. Aeronaves de Caça FX-2 entregues à Força Aérea Brasileira (Projeto FX-2)	Unidade	São Paulo (Gavião Peixoto)	0	2020	0	0
				2021	4	6
				2022	6	3
				2023	8	6

0149. Cargueiros Táticos KC-390 entregues à FAB Unidade São Paulo (Gavião Peixoto)	Unidade	São Paulo (Gavião Peixoto)	2	2020	5	4
				2021	5	4
				2022	6	5
				2023	7	5
0150. Helicópteros multiemprego entregues às Forças Armadas (HX-BR)	Unidade	Minas Gerais (Itajubá)	35	2020	39	37
				2021	40	40
				2022	42	42
				2023	43	43
0144. Participação em eventos de adestramentos, nacionais e internacionais (eventos singulares e conjuntos) (*)	Unidade	Total: Exterior (2); Distrito Federal (1); Goiás (1); Mato Grosso do Sul (3); Rio de Janeiro (5); Rio Grande do Sul (3); Região Centro- Oeste (1) e Região Norte (1)	5	2020	14	8
				2021	25	16
				2022	25	23
				2023	25	17

Fonte: SIOP (*) (As metas são cumulativas, a exceção do resultado intermediário 0144 - Participação em eventos de adestramentos, nacionais e internacionais).

Considerações sobre as Metas Intermediárias do Programa 6012 em 2023

Constata-se que o resultado intermediário do Programa Forças Blindadas superou em 10% a meta prevista, enquanto a aquisição de submarinos convencionais e de helicópteros multiemprego atingiram o desempenho desejado. Todavia, as metas realizadas de comissionamento dos estaleiros do PROSUB e de aquisição dos Caças FX2 (F-39 Gripen) e dos cargueiros táticos KC-390 foram aquém do planejado, notadamente em razão da insuficiência de orçamento em face às necessidades contratuais dos projetos.

Especificamente em relação ao Programa Astros, houve dificuldades relativas a questões enfrentadas pela empresa AVIBRÁS, que entrou em processo de recuperação judicial, inviabilizando dessa forma, a entrega das três viaturas previstas para o exercício. A despeito disso, o Programa teve avanços na realização de obras de infraestrutura e no desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro.

Em relação aos eventos de adestramentos, o não cumprimento da meta deveu-se principalmente à priorização do emprego temporário e episódico das Forças Armadas para o apoio ao enfrentamento ao combate ao garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami.

Vale destacar que o alcance do objetivo do Programa envolve diversas variáveis (adestramento, adequação de organizações militares, logística e mobilização, aparelhamento, desenvolvimento da Base Industrial de Defesa e a evolução dos projetos das áreas da cibernética, espacial e nuclear), sendo a aquisição de equipamentos a mais transparente para a sociedade, por isso selecionada para acompanhamento por meio dos resultados intermediários.

Dessa forma, o Ministério da Defesa, a despeito do não atingimento de parte das metas estabelecidas nos resultados intermediários, alcançou a meta prevista para o Programa Defesa Nacional em 2023, em razão do incremento da capacidade operativa das Forças Armadas, mesmo com as dificuldades fiscais e orçamentárias vivenciadas no exercício.

|Alguns resultados a destacar do Programa 6012 em 2023

No que se refere **ao adestramento** dos efetivos foram executados vários eventos, em diversas localidades do território nacional e no exterior.

No que tange **à infraestrutura de organizações militares**, ressalta-se, no âmbito da Força Aérea Brasileira, a adequação da Base Aérea de Anápolis e do Galeão, com o objetivo de recepcionar e abrigar adequadamente as aeronaves de caça Gripen (F-39), os cargueiros táticos (KC-390) e as duas aeronaves AIRBUS 330-200, as quais serão dotadas de capacidade de reabastecimento em voo e de evacuação aeromédica (KC-30). No âmbito do Exército Brasileiro, cabe destacar o avanço nas obras da Base Administrativa do Forte Santa Bárbara e da infraestrutura da Vila Militar Sustentável (ambos do Programa Astros) bem como as adequações em Organizações Militares de Fronteira, no contexto do Programa Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON).

Em relação à capacidade de **logística e de mobilização**, registre-se a entrega do protótipo do Sistema de Apoio à Decisão Logística e de Mobilização de Defesa, em 2023, o qual possibilitará respostas rápidas e eficientes em diferentes cenários operacionais, fortalecendo, dessa forma, a prontidão das tropas.

No que diz respeito aos **equipamentos de defesa**, o Ministério da Defesa priorizou os investimentos em seus projetos estratégicos, voltados, principalmente, para o desenvolvimento, aquisição e modernização de meios terrestres, navais e aéreos.

Nesse contexto vale destacar, no âmbito da Marinha do Brasil, o recebimento provisório do segundo Submarino Convencional denominado Humaitá (S-BR-2), em dezembro de 2023; a junção das seções do Submarino Angostura (S-BR-4); e a disponibilização do Estaleiro de Manutenção Especializada para submari-nos.

O Comando do Exército recebeu 84 Viaturas Blindadas (Programa Estratégico Forças Blindadas); quatro aeronaves HM-1A (Programa Aviação do Exército); avançou no desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro.

A FAB, por sua vez, recebeu três aeronaves de caça multiemprego (Projeto FX-2); uma aeronave do tipo cargueiro (Projeto KC-390) e um helicóptero de médio porte de emprego geral (Projeto H-XBR).

Também houve progressos relevantes no fortalecimento da Base Industrial de Defesa e nas áreas da defesa cibernética, desenvolvimento de tecnologias e sistemas espaciais e no programa nuclear.

Em relação ao desenvolvimento de **tecnologias e sistemas espaciais**, ressalta-se o início da elaboração dos requisitos do Sistema CALIDRIS (constelação de satélites), no âmbito do Projeto de Satélite de Comunicação Geoestacionário Brasileiro (SGDC-2); o estabelecimento dos requisitos operacionais do Sistema Carponis (satélite brasileiro de sensoriamento remoto de alta resolução espacial); e o acompanhamento do comissionamento do Sistema Lessonia (satélite de órbita baixa).

O **Programa Nuclear da Marinha** tem dentre os seus objetivos o domínio do ciclo do combustível nuclear e a montagem do Labora-

tório de Geração de Energia (LABGENE), um protótipo, em terra, de reator nuclear de potência para propulsão naval. Em 2023, o PNM atingiu 63% de desenvolvimento.

Balço Final do Programa 6012 no PPA 2020 – 2023 — síntese.

Considerando todo o período de vigência do PPA 2020 – 2023, a despeito do cenário fiscal adverso, das restrições orçamentárias e das dificuldades ocasionadas pela pandemia do COVID-19, o Programa cumpriu o objetivo proposto de “Preparar adequadamente as Forças Armadas para a defesa do país contra ameaças, a proteção de sua ordem institucional e de suas riquezas”. Isso pode ser confirmado pelo desempenho do Índice de Operacionalidade da Forças Armadas (FA), que atingiu 79,99% em 2023, frente ao previsto 73,50%.

Em relação ao adestramento, as FA realizaram exercícios e operações militares que contribuíram para o aperfeiçoamento do nível de prontidão das efetivos e trouxeram benefícios para a sociedade.

No que tange à infraestrutura de organizações militares, as Forças Armadas realizaram obras, serviços de engenharia e aquisição de equipamentos e sistemas, necessárias à adequação de suas unidades, destacando-se as obras de adequação da Base Aérea de Anápolis e do Galeão, com o objetivo de recepcionar e abrigar adequadamente as aeronaves de caça Gripen (F-39) e os cargueiros táticos (KC-390).

Na área de mobilização militar, registre-se a implantação do Sistema de alistamento online, em todo o território nacional, o que viabilizou a inscrição do público-alvo, tendo em vista a dificuldade de alistamento presencial, em função das restrições da Pandemia do COVID-19.

No que se refere ao aparelhamento das Forças Armadas, durante a vigência do PPA 2020 – 2023, foram priorizados os investimentos nos projetos estratégicos da defesa, os quais contribuíram para o incremento da capacidade operativa das FA.

Nesse contexto, a Marinha do Brasil recebeu os Submarinos Riachuelo (S-BR-1) e Humaitá (S-BR-2); o Exército Brasileiro adquiriu 329 viaturas do Programa Forças Blindadas, quatro aeronaves HM-1A do Programa de Aviação do Exército, seis viaturas blindadas do Programa Astros e concluiu o Projeto Piloto do Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), no Estado do Mato Grosso do Sul. A Força Aérea Brasileira, por sua vez, recebeu seis aeronaves de caça Projeto FX-2; seis cargueiros do Projeto KC-390 e oito helicópteros do Projeto H-XBR.

Destaca-se como principais avanços da Base Industrial de Defesa, a aprovação da Política de Propriedade Intelectual do Ministério da Defesa, em 2021; a instituição da Política Nacional para a Base Industrial de Defesa em 2022; e o crescimento significativo nas exportações autorizadas dos produtos de defesa, que em 2023 atingiu US\$ 1,451 bilhões.

Em relação à Defesa Cibernética, destaque-se a aprovação da Estratégia Nacional de Segurança Cibernética (E-Ciber); a aquisição de ferramentas operacionais, equipamentos e ativos de TI, para atualização da infraestrutura de redes de comunicação e a realização de exercícios cibernéticos, com vistas à pre-servação das infraestruturas críticas do País.

Em relação ao desenvolvimento de tecnologias e sistemas espaciais, o MD prosseguiu com o Projeto Lessonia-1, que consiste na aquisição de uma constelação de satélite de órbita baixa, de emprego dual, que visa atender às necessidades operacionais das

Forças Armadas, do Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM), e de agências governamentais. Destaque-se, também, o primeiro tiro em banco do motor S50, do Projeto do Veículo Lançador de Microsatélites (VLM).

Por fim, na área nuclear, o Programa Nuclear da Marinha (PNM) obteve avanços no desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico, incluindo melhoria da infraestrutura de desenvolvimento de sistemas e novas gerações de ultra centrífugas. Ao final de 2023 o Programa atingiu 63% de desenvolvimento.

Projetos Estratégicos de Defesa

O Portfólio de Projetos Estratégicos de Defesa reúne os principais projetos estratégicos, entendidos como aqueles diretamente relacionados à construção de capacidades de defesa e direcionados para o desenvolvimento ou aquisição de plataformas, sistemas de armas ou sistemas de comunicação de caráter operacional a serem empregados em proveito de operações militares ou no adestramento de tropas, que são geridos pelas Forças Armadas ou pelo EMCFA.

Em observância à determinação consignada no item 9.2 do Acórdão 1519/2017-TCU – Plenário e seus desdobramentos, o MD, na condição de órgão supervisor, faz o acompanhamento sistemático, a partir de informações fornecidas pelas Forças Armadas e pelo EMCFA, da execução físico-financeira dos projetos estratégicos de Defesa, cujos principais resultados serão apresentados no contexto do Programa Defesa Nacional (6012), sem prejuízo de informações mais detalhadas que venham a ser apresentadas pelas Forças Armadas no âmbito de seus relatórios de gestão, uma

vez que aquelas instituições são responsáveis pela gestão da maior parte desses projetos.

As principais informações desses projetos estratégicos são:

Órgão	Projetos Estratégicos de Defesa
Marinha do Brasil	Submarinos Convencionais
	Submarino de Propulsão Nuclear
	Estaleiro e Base Naval
	Programa Nuclear da Marinha (PNM)
Exército Brasileiro	Projeto Forças Blindadas (antigo Programa Guarani)
	Projeto Astros
	Projeto SISFRON
Força Aérea Brasileira	Projeto FX-2
	Projeto KC 390 – Aquisição
	Projeto KC-X Desenvolvimento
EMCFA/MD	Helicópteros – HX-BR
	Projeto TH-X (iniciado em 2022 e incluído pela Resolução CONSUG nº 5, de setembro de 2020)
	Programa Estratégico de Comando e Controle de Defesa (incluído pela Resolução CONSUG nº 10/2021)

Fonte: Sumário dos Projetos Estratégicos, terceiro quadrimestre de 2022

Vale destacar que os Projetos Estratégicos de Defesa são fundamentais para o aparelhamento das Forças Armadas e contribuem com o desenvolvimento tecnológico e industrial do país, principalmente no que se refere à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos de defesa, gerando emprego e renda.

No período de 2008 a 2040, a carteira de projetos do MD está distribuída conforme a seguir:



Fonte: Comandos das Forças e EMCFA.

As informações sobre os projetos estratégicos de Defesa, sob a responsabilidade de cada Comando, referentes aos anos de início e de previsão de término, valores pagos (total do projeto e pago até 2023), dotação orçamentária, execução física (% realizado e a realizar), produto final, e principais entregas em 2023, são as seguintes.

Projetos Estratégicos afetos à Marinha

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
Submarinos Convencionais	2009	2026	Total do projeto:	15.003,80	Realizada:	91,6
			Pago até 2023:	11.001,20	A realizar:	8,4
			Dotação 2023:	940,50		
Submarino de Propulsão Nuclear	2009	2034	Total do projeto:	22.610,30	Realizada:	26,7
			Pago até 2023:	4.754,17	A realizar:	73,3
			Dotação 2023:	185,80		
Estaleiro e Base Naval	2009	2030	Total do projeto:	16.398,10	Realizada:	77,2
			Pago até 2023:	9.977,60	A realizar:	22,8
			Dotação 2023:	338,0		
Programa Nuclear da Marinha – PNM	2000	2030	Total do projeto:	6.834,7	Realizada:	63,0
			Pago até 2023:	2.931,76	A realizar:	37,0
			Dotação 2023:	222,03		

Fonte: SIOP

Submarinos Convencionais:

- **Produto final:** quatro submarinos convencionais construídos com todos os seus sistemas integrados e em operação.
- **Principais entregas até 2023:** incorporação ao setor operativo da Marinha do S-BR-1 - Submarino Riachuelo.
- **Principais entregas em 2023:** o fim da fase de testes de aceitação e recebimento do S-BR-2 – Submarino Humaitá.



Divulgação / COGESN

Divulgação / Marinha do Brasil



Programa Nuclear da Marinha

- **Produto final:** Laboratório de geração de energia nucleoeletrica (LABGENE), Unidade piloto de hexafluoreto de urânio (USEXA), Laboratório de enriquecimento isotópico (LEI) e Laboratório de materiais nucleares (LABMAT).
- **Principais entregas até 2023:** infraestrutura básica do Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo; conclusão das obras dos prédios principais do LABGENE; conclusão das obras civis estruturais e acabamentos dos prédios da USEXA; desenvolvimento da tecnologia de enriquecimento isotópico no LEI; e construção dos 1º e 2º módulos do LABMAT.
- **Principais entregas em 2023:** continuação das obras do LABGENE; estudos para finalização da USEXA; avanços no desenvolvimento de enriquecimento isotópico no LEI; e execução de testes referentes ao licenciamento do 3º módulo do LABMAT.

Estaleiro e Base Naval

- **Produto final:** Unidade de fabricação de estrutura metálica, Estaleiro de construção, Estaleiro de manutenção e Base naval construídos.
- **Principais entregas até 2023:** sete cais para atracação de submarinos e um cais auxiliar; a Unidade de fabricação de estrutura metálica; oficinas e prédios administrativos do Estaleiro de construção; subestação elétrica, central de utilidades, prédios administrativos, almoxarifado, posto de atendimento de saúde e portaria da Base Naval; prédios, oficina, portaria, vestiário, refeitório, cozinha e almoxarifado do Estaleiro de manutenção; instalações para a 1ª manutenção de submarinos; e os cais 3B e 4 da Base naval.
- **Principais entregas em 2023:** instalações para a 1ª manutenção de submarinos; e dois cais da Base naval.

Submarino de Propulsão Nuclear

- **Produto final:** um submarino com propulsão nuclear, projetado e construído no Brasil.
- **Principais entregas até 2023:** conclusão da fase inicial de detalhamento do projeto do Submarino Convencionalmente Armado com Propulsão Nuclear (SCPN); conclusão da adequação fabril da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas para a construção das Seção de Qualificação e Seção C Preliminar do casco resistente do SCPN; e conclusão do desenvolvimento do projeto de detalhamento dos Chillers, Trocadores de Calor, Bombas de Resfriamento, Bombas de Extração do Condensador, Tubos Lançadores de Armas e do Sistema de Armazenamento e Manuseio de Armas.
- **Principais entregas em 2023:** conclusão do desenvolvimento do projeto de detalhamento dos Chillers, Trocadores de Calor, Bombas de Resfriamento, Bombas de Extração do Condensador, Tubos Lançadores de Armas e do Sistema de Armazenamento e Manuseio de Armas.

Projetos Estratégicos afetos à Exército

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
Projeto Forças Blindadas (antigo Programa Guarani)	2012	2040	Total do projeto:	30.585,10	Realizada:	33,6
			Pago até 2023:	3.738,60		
			Dotação 2023:	776,9	A realizar:	66,4
Projeto Astros	2011	2031	Total do projeto:	2.435,0	Realizada:	60,5
			Pago até 2023:	1.474,0		
			Dotação 2023:	46,6	A realizar:	39,5
Projeto SISFRON	2012	2039	Total do projeto:	11.992,0	Realizada:	21,3
			Pago até 2023:	2.549,6		
			Dotação 2023:	219,8	A realizar:	78,7

Fonte: SIOP

Divulgação / Exército Brasileiro



Forças Blindadas

- **Produto final:** 2.096 viaturas blindadas.
- **Principais entregas até 2023:** 705 viaturas blindadas, sendo 652 Viaturas Blindadas de Transporte de Pessoal Médias de Rodas (VBTP-MR Guarani 6x6), 32 Viaturas Blindadas Multitarefa Leves sobre Rodas (VBMT-LR Guarani 4x4), 20 Viaturas Blindadas Especial de Socorro (VBE Socorro 6x6) e modernização de 1 Viatura Cascavel.
- **Principais entregas em 2023:** 63 viaturas VBTP-MR Guarani 6x6 e modernização de 1 Viatura Cascavel.

Sisfron

- **Produto final:** implantação de 100% do sistema integrado de sensoriamento, apoio à decisão e à operação, composto, entre outros meios, de: sistemas de sensoriamento portáteis ou instalados em plataformas de superfície, aéreas e orbitais; sistemas de comunicações; sistemas de tecnologia da informação; simuladores; e sistemas operacionais de defesa.
- **Principais entregas até 2023:** conclusão de 100% do Projeto Piloto do SISFRON no Mato Grosso do Sul; entrega de 38 obras de infraestruturas nas Organizações Militares do Paraná, Mato Grosso do Sul e Mato Grosso; e implantação dos Módulos Especiais de Fronteira na área do Comando Militar da Amazônia (CMA).
- **Principais entregas em 2023:** implantação dos Módulos Especiais de Fronteira na área do CMA; aquisição de equipamentos de comunicações, viaturas, embarcações e equipamentos diversos para as Organizações Militares do AM, RR, AC, RO, MT, MS e PR.

Astros

- **Produto final:** implantação de 100% do Sistema Estratégico de Artilharia de longo alcance, com capacidade de lançar foguetes guiados e mísseis até 300 km.
- **Principais entregas até 2023:** modernização de 38 viaturas modelo MK3-M, aquisição de 45 viaturas no padrão MK-6, entrega de 15 viaturas logísticas e de simuladores para o Sistema Astros.
- **Principais entregas em 2023:** entregas parciais da infraestrutura no Forte Santa Bárbara, do Sistema Integrado de Simulação ASTROS e etapas do desenvolvimento do Míssil Tático de Cruzeiro.

Projetos Estratégicos afetos à Aeronáutica

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
Projeto FX-2	2014	2028	Total do projeto:	25.457,10	Realizada:	19,4
			Pago até 2023:	11.545,10	A realizar:	80,6
			Dotação 2023:	1.390,60		
Projeto KC-X	2009	2024	Total do projeto:	5.760,00	Realizada:	99,9
			Pago até 2023:	5.749,00	A realizar:	0,1
			Dotação 2023:	147,40		
Projeto KC-390	2014	2034	Total do projeto:	13.565,40	Realizada:	31,6
			Pago até 2023:	4.133,10	A realizar:	68,4
			Dotação 2023:	352,60		

Fonte: SIOP



FX-2 (F-39 GRIPEN)

- **Produto final:** 36 aeronaves de caça multiemprego adquiridas, armamentos, simuladores de voo, logística inicial, transferência de tecnologia, serviços de suporte logístico contratados, serviços de integração de sistemas e armamentos no período de vigência do contrato.
- **Principais entregas até 2023:** recebimento de seis aeronaves.
- **Principais entregas em 2023:** recebimento de três aeronaves.

KC-390 (Aquisição)

- **Produto final:** 19 aeronaves de transporte militar e reabastecimento em voo.
- **Principais entregas até 2023:** recebimento de 6 aeronaves.
- **Principais entregas em 2023:** recebimento de 1 aeronave.

KC-X (Desenvolvimento)

- **Produto final:** 100% da aeronave de transporte militar e reabastecimento em voo, desenvolvida e certificada.
- **Principais entregas até 2023:** realização de campanhas de ensaio em voo (99,9% de execução).
- **Principais entregas em 2023:** realização de campanhas de ensaio em voo.

Projetos Estratégicos afetos ao EMCFA

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
Helicópteros H-XBR	2008	2026	Total do projeto:	7.312,10	Realizada:	91,5
			Pago até 2023:	6.662,70		
			Dotação 2023:	304,90	A realizar:	8,5
Helicópteros TH-X	2022	2027	Total do projeto:	569,90*	Realizada:	0
			Pago até 2023:	84,00		
			Dotação 2023:	0,00	A realizar:	100
Comando e Controle	2021	2026	Total do projeto:	270,20	Realizada:	29,0
			Pago até 2023:	169,90		
			Dotação 2023:	53,60	A realizar:	71,0

Fonte: SIOP (*) O valor total do projeto é de 106.484.376,15 euros, conforme firmado em contrato. Considerando a cotação do Euro em 29/12/2023, extraída do SIAFI, a R\$5,3516001 o valor a ser considerado para o projeto é de R\$ 569.861.798,05, ou seja, aproximadamente R\$ 569,9 milhões.

Comando e Controle

- **Produto final:** desenvolvimento e/ou aquisição de sistemas, ferramentas e equipamentos integrados e interoperáveis de comunicações, comando e controle.
- **Principais entregas até 2023:** integração de aeronave ao sistema e segmento de solo (Projeto Link BR2); Terminal Integrado de Dados em alta frequência (TID-HF) etapa 1; modernização da Rede Operacional de Defesa (ROD); manutenção do Sistema Militar de Comando e Controle (SISMC²); Sistema Tático de Enlace da Dados em Radiopropagação Naval (STERNA).
- **Principais entregas em 2023:** integração, implementação, modernização e manutenção dos sistemas existentes: Link BR2; TID-HF; ROD; SISMC²; e STERNA.

Projeto TH-X

- **Produto final:** 27 helicópteros leves, sendo 15 para a Marinha do Brasil (MB) e 12 para a Força Aérea Brasileira (FAB).
- **Principais entregas até 2023:** realização de reuniões para definições de configurações a serem certificadas e acompanhamento do Projeto. A montagem de dois helicópteros foi iniciada, estão na linha de produção para recebimento em 2024.
- **Principais entregas até 2023:** realização de reuniões para acompanhamento do projeto.

H-X BR

- **Produto final:** 47 helicópteros de médio porte de emprego geral, com a seguinte destinação: 15 para a MB; 15 para o EB; e 17 para a FAB, sendo 2 delas para Grupo de Transporte Especial, em apoio à Presidência da República.
- **Principais entregas até 2023:** 43 helicópteros.
- **Principais entregas em 2023:** 1 helicóptero.

Outros projetos relevantes para a construção de capacidades de defesa

Defesa Cibernética

ESSE Projeto, sob a responsabilidade do EMCFA, tem por objetivo dotar o MD e as Forças Armadas da estrutura de defesa necessária para desenvolver eficazmente todo o espectro das ações cibernéticas, possibilitando atuar com liberdade de ação no espaço cibernético de interesse da Defesa Nacional e ne-gando essa possibilidade aos oponentes.

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
Programa da Defesa Cibernética na Defesa Nacional	2015	2035	Total do projeto:	3.278,70	Realizada:	10,04
			Pago até 2023:	105,60		
			Dotação 2023:	74,90	A realizar:	89,96

Fonte: EMCFA

- **Produto final:** Sistema de Defesa Cibernética estruturado para atuar no espaço cibernético, de forma confiável e com liberdade de ação, para proteger-se e defender-se de ações e/ou ataques cibernéticos.
- **Principais entregas até 2023:** Concepção inicial do Sistema Militar de Defesa Cibernética (SMDC), requisitos para a estruturação de um Observatório de Defesa Cibernética e de uma base normativa para avaliação de Sistemas Cibernéticos de Defesa, realização do Exercício Guardião Cibernético 5.0 (Simulação de proteção de infraestruturas críticas estratégicas) e infraestrutura de certificação digital para proteção cibernética e de ampliação da capacidade cibernética da Defesa Nacional.

- **Principais entregas em 2023:** Execução parcial da implantação do Centro de Operações de Defesa Cibernética (COpDCiber – 1ª fase), aquisição de soluções tecnológicas para o Sistema de Busca Avançada de Ameaças Cibernéticas (SBAAC) e estruturação de Projetos Pilotos para os Sistemas para Gestão do Conhecimento e Gestão de Talentos do Setor Cibernético; capacitação especializada de recursos humanos do Setor Cibernético de Defesa.

No âmbito do Programa de Defesa Cibernética da Força Terrestre (Exército), destaca-se a entrega às organizações militares de ferramentas operacionais, equipamentos e ativos de TI, para atualização da infraestrutura de rede e a adequação de instalações para o material especializado de Tecnologia da Informação e Comunicações. Além disso, cabe mencionar o desenvolvimento de soluções militares com funcionalidade de segurança e roteamento; a atualização da capacidade de modelagem computacional de computação de alto desempenho e a aquisição, instalação e operação do super-computador do IME.

Navios Patrulha

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)		EXECUÇÃO FÍSICA (%)	
Navios-Patrulha	2008	2035	Total do projeto:	2.892,00	Realizada:	2,7
			Pago até 2023:	18,56		
			Dotação 2023:	24,74	A realizar:	97,3

- **Produto final:** onze navios-patrulha.
- **Principais entregas até 2023:** continuação da construção do navio-patrulha Mangaratiba.

- **Principais entregas em 2023:** edificação final do casco; revisão das obras vivas; e adaptação e integração da alça optrônica do navio.

Fragatas Tamandaré

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)	EXECUÇÃO FÍSICA (%)
Fragatas Tamandaré	2019	2027	Total do projeto: 13.211,80	Realizada: 43,7
			Pago até 2023: 5.089,3	
			Dotação 2023: 2.981,67	A realizar: 56,3

- **Produto final:** Construção de 04 navios militares de alta complexidade tecnológica, com deslocamento de até 3.465 toneladas, comprimento de 107 m, dotados de convoo, hangar para helicóptero, radares e demais sensores e armamentos.
- **Principais entregas até 2023:** assinaturas de contratos; seleção de consórcio; processo de aquisição dos navios.
- **Principais entregas em 2023:** Navio 1 — recebimento dos sistemas de distribuição de energia, sistema elétrico e sonar do casco; batimento de quilha; e recebimento dos motores de propulsão. Navio 2 — recebimento do aço e início da construção e montagem.

Aviação do Exército

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)	EXECUÇÃO FÍSICA (%)
Aviação do Exército	2017	2038	Total do projeto: 4.305,80	Realizada: 20,2
			Pago até 2023: 869,00	
			Dotação 2023: 24,6	A realizar: 79,8

- **Produto final:** modernização de 34 aeronaves Fennec HA-1A e 34 aeronaves Pantera K2 HM-1A; aquisição de 36 aeronaves com suporte logístico e simuladores, sendo: 12 aeronaves de manobra, 12 aeronaves de asa fixa e 12 de ataque; Sistema de armas para aeronaves HA-1A e HM-1A; 1 Simulador de voo para a aeronave Pantera K2; e 7 Sistemas SARP com ARP de vigilância e armado.
- **Principais entregas até 2023:** 34 aeronaves Fennec HA-1A e 32 aeronaves Pantera K2 HM-1A modernizadas.
- **Principais entregas em 2023:** 4 aeronaves Pantera K2 HM-1A modernizadas.

Projeto Kc-30 (Conversão)

PROJETO ESTRATÉGICO	INÍCIO	PREVISÃO DE TÉRMINO	VALORES (R\$ MILHÕES)	EXECUÇÃO FÍSICA (%)
Projeto KC-30	2024	2030	Total do projeto: 1.431,50	Metas a serem definidas
			Pago até 2023: -	
			Dotação 2023: -	

- **Produto final:** conversão das duas aeronaves AIRBUS 330-200 da FAB em aeronaves com capacidades de reabastecimento em voo (REVO) e evacuação aeromédica (MEDEVAC).
- **Principais entregas até 2023:** projeto em fase de estudo de viabilidade, ainda não há cronograma de entregas.

Detalhamento das Operações Militares Realizadas

As Atividades Operacionais gerenciadas pelo EMCFA são formadas pelos Adestramentos Conjuntos, pelos Exercícios Conjuntos e Combinados e pelas Operações Conjuntas e Interagências.

Os Adestramentos Conjuntos capacitam militares em atividades operacionais específicas e na aplicação de técnicas, táticas e procedimentos.

Os Exercícios Conjuntos e Combinados preparam militares para o desempenho de atividades nas estruturas de Estado-Maior, na aplicação de processos de comando e controle e tomada de decisões e, ainda, na formação e no aprimoramento de capacidades relacionadas às defesas biológica, química, nuclear e radiológica.

As Operações Conjuntas e Interagências expressam a aplicação integrada do poder militar, em coordenação com agências governamentais na fronteira e no enfrentamento aos crimes transfronteiriços, entre outras ações.

Ao apoiar o planejamento e a realização de adestramentos e operações, o Sistema de Planejamento Operacional Militar, coordenado pelo EMCFA/MD, realiza o trâmite automático de dados e informações para ampliação da consciência situacional em proveito de um melhor processo de planejamento e tomada de decisões nos níveis Estratégico e Operacional, o que contribui para interoperabilidade entre os Sistemas de Apoio à Decisão do Ministério da Defesa e das Forças Singulares.

Adestramentos, Exercícios e Operações

Adestramentos conjuntos específicos

Os Adestramentos Conjuntos Específicos, sob a coordenação e supervisão do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, são elaborados, planejados e executados com base nas propostas das Forças Singulares, com a finalidade de permitir a atualização e o nivelamento dos conhecimentos oriundos da discussão doutrinária dos temas em voga e de proporcionar a padronização das Técnicas, Táticas e Procedimentos correspondentes. Tais adestramentos viabilizam a elevação e a manutenção dos níveis alcançados no emprego conjunto das Forças Singulares.

Em 2023, ocorreram os seguintes Adestramentos Conjuntos Específicos no território nacional, com o intuito de capacitar militares:

- Qualificação Operacional de Pouso das Aeronaves H225M a Bordo de Navio da Esquadra, que qualificou pilotos do EB e da FAB para pouso a bordo de Navio da MB — Operação POSEIDON — 1.138 militares envolvidos;



Aeronaves H225M da Marinha, Exército e Aeronáutica embarcadas no NAM A140.

- Emprego Combinado de Armas, que buscou, de forma inédita, adestrar a manobra de ultrapassagem, onde os Fuzileiros Navais, realizando a defesa de uma cabeça de praia, são substituídos, por tropas do Exército Brasileiro — Operação FORMOSA — mais de 3.500 militares envolvidos;



- Infiltração Aquática de Pessoal e Material com Embarcação Lançada por Aeronave, que proporcionou a troca de experiências e o nivelamento de técnicas, táticas e procedimentos de infiltração aquática, para inserção de pessoal e material, com embarcações tipo bote inflável de casco rígido a partir de aeronave militar em voo;
- Ações de Apoio Aéreo Aproximado, Guia Aéreo Avançado, Busca e Salvamento em Combate, Atendimento Pré-Hospitalar Tático, Evacuação Aeromédica e Rede/Linha de Apoio à Fuga e Evasão — Exercício Conjunto TÁPIO — com a participação de cerca de 700 militares das Forças Singulares;
- Instrução e certificação de Guias Aéreos Avançados das Forças Singulares, em que foram realizadas Ações de Apoio Aéreo Aproximado e Guiamento Aéreo Avançado, além da manutenção

operacional dos pilotos — Exercício Conjunto NUNTIUS — envolvimento de 41 militares em formação operacional;

- Ações com vistas a defender a soberania do espaço aéreo, atacar o território inimigo ou negar o uso do céu às aeronaves adversárias — Exercício ESCUDO ANTIAÉREO. Na edição de 2023, o adestramento das Unidades Aéreas e de Defesa Antiaérea foi realizado no Estado do Rio Grande do Sul, utilizando-se, principalmente, as estruturas da Base Aérea de Santa Maria e da Base Aérea de Canoas, além de terem sido desdobrados equipamentos para as cidades de Santana de Boa Vista e Caçapava do Sul, mantendo-se esse esforço no período de 29 de outubro a 17 de novembro, envolvendo mais de 2.000 militares da Força Aérea Brasileira, da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro; e
- O Adestramento Conjunto de Defesa Biológica, Nuclear, Química e Radiológica (DBNQR) foi realizado, visando aprimorar o emprego conjunto e a interoperabilidade da Marinha, do Exército e da Aeronáutica em emprego nessa área específica. Empregou as capacidades de Organização Militar especializada, coordenando a participação das Forças Armadas.



Exercícios e Operações

- **Exercício Flintlock** — O Exercício Flintlock foi realizado, na Costa do Marfim e em Gana, de 1º a 15 de março de 2023, com a participação de 29 nações africanas. Seis militares brasileiros participaram como observadores, acompanhando a formação, o desdobramento e o emprego de uma Força Tarefa Conjunta e Combinada no comando e controle de Forças de Operações Especiais, com foco no Planejamento Operacional, na Execução Tática e na Integração Multidomínio. O envolvimento dos observadores brasileiros implicou em solicitação dos organizadores para ampliação da participação do Brasil, no exercício em 2024, no desempenho de funções de Estado-Maior. Assim, o exercício servirá como plataforma de influência no entorno estratégico africano.



- **Exercício Multinacional Felino** — Os Exercícios da série FELINO são planejados para um ciclo de adestramento de dois anos e têm como objetivo a preparação de uma Força Tare-

fa Conjunta/Combinada, no âmbito da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, para atingir, manter e otimizar a capacidade de participar em missões de ajuda humanitária e de paz nos níveis operacional e tático. Assim, o exercício serve como plataforma de influência no entorno estratégico africano e demais países da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. O Exercício Multinacional FELINO 2023 foi do tipo Exercício na Carta, conjunto e combinado, tendo ocorrido na República da Guiné-Bissau, no período de 10 a 20 de outubro, em atendimento à Declaração Final XXI Reunião de Ministros da Defesa Nacional ou Equiparados da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, realizada em Praia/Cabo Verde, em 25 de maio de 2022. Participaram da atividade, representações do Brasil, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Portugal e Timor Leste, sendo que a delegação brasileira, contou com a participação de militares do Ministério da Defesa, Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira.



- **Operação CORE 23** — Exercício anual de cooperação militar entre Brasil e EUA para desenvolver interoperabilidade, entre tropas do EB e o exército norte-americano, além de adestrar as Forças de Pronto-tidão e aprimorar o SISFRON. Ocorreu em novembro de 2023, nos estados do Pará e Amapá, sob coordenação do Comando Militar do Norte (CMN), contando com a participação de cerca de 1.601 militares, dentre os quais o efetivo de uma Subunidade do Exército dos Estados Unidos da América, composta de 270 militares.
- **Operação PARANÁ** — Visando a integração militar nas Américas, com foco no aprofundamento da interoperabilidade e da capacidade de planejamento de Estado-Maior Multinacional, em uma situação de desastre natural, este exercício humanitário foi realizado nas proximidades de Foz do Iguaçu, com participação dos seguintes países: Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, EUA, Guatemala, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, República Dominicana e Uruguai.
- **Operação ARANDU** — Exercício combinado entre os Exércitos do Brasil e da Argentina para desenvolver interoperabilidade e integração militar. Ocorreu na Argentina com participação de cerca de 300 militares integrando uma Brigada daquela Nação Amiga.
- **Operação FORMOSA** — Emprego Combinado de Armas, conduzido pela MB, com a participação das três FA, que promoveu a atualização e o nivelamento conjunto sobre as Táticas, Técnicas e Procedimentos de Coordenação de Fogos e Controle do Espaço Aéreo. A operação consistiu de uma simulação da parte terrestre de uma grande Operação Anfíbia. Nessa atividade, foram colocados em prática, de maneira experimental, alguns dos fundamentos do Conceito Operacional do Exército Brasileiro 2040 — Operações de Convergência.

MN-RC Dantas / Marinha do Brasil



- **Operação CALÇOENE** — Exercício de defesa externa, com foco na defesa do litoral, realizado no contexto do Período de Adestramento Avançado do Comando Militar do Norte (CMN), com a participação das três FA, integrando experiências e experimentação doutrinária da Força-Tarefa de Capacidades Estratégicas para Operações de Convergência (FT CEOC).
- **Operação Brasil** — Através dessa operação a FAB realizou missões em todo o território nacional em 2023, cumprindo ações de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento, Sustentação ao Combate, Proteção das Forças e Apoio às Ações de Estado. Destacam-se 382 interceptações de aeronaves suspeitas no Espaço Aéreo Brasileiro, operações de vigilância em fronteiras, terras indígenas e áreas ambientais, além de buscas e salvamentos por terra e mar. Operações de Patrulha Marítima foram conduzidas em colaboração com a Marinha, visando detectar e identificar embarcações suspeitas de ilícitos. O Transporte Aerológico facilitou ações de Estado, apoiando organizações militares, órgãos federais e operações humanitárias em diversas regiões do país.

- **Exercício Conjunto Escudo 2023** — Teve como objetivo treinar unidades militares em ações de Força Aérea em um cenário de guerra convencional. As atividades ocorreram em várias localidades, incluindo bases aéreas e uma cidade específica no Rio Grande do Sul. O exercício foi marcado pela participação de cerca de 350 militares da Marinha, Exército e Força Aérea, além de mais de 30 aeronaves. As missões realizadas tinham como foco manter a superioridade aérea e simular ataques ao território inimigo. O cenário era fictício, dinâmico e complexo, exigindo o uso de diversos meios aéreos em cada missão. Ao todo, foram realizadas 500 horas de voo durante o exercício.



Sgt P. Silva / Força Aérea Brasileira

- **Exercício Conjunto Tápio 2023** — Evento de grande escala que reuniu militares das Forças Armadas brasileiras e da Guarda Aérea Nacional do Estado de Nova Iorque — EUA. Realizado na Base Aérea de Campo Grande. Foi o maior treinamento simulado da América Latina, destacando a capacidade conjunta das Forças Armadas em cenários desafiadores. Foram diversas operações,

abrangendo desde resgates até transporte de tropas e cargas, evidenciando a interoperabilidade entre os ramos militares. O uso do RQ-900, aeronave de reconhecimento da FAB, foi a novidade nesta edição e trouxe uma nova dimensão ao exercício, fornecendo inteligência em tempo real e cobrindo áreas de difícil acesso.



Sgt Muller / Força Aérea Brasileira

- **Exercícios de Proteção de Emergência Nuclear** — O Exercício Geral de Resposta Integrada à Emergência e Segurança Física no Complexo Nuclear Almirante Álvaro Alberto foi realizado, conforme planejamento do Comitê de Proteção de Emergência Nuclear de Angra dos Reis, com o objetivo de atualizar os conhecimentos dos integrantes do comitê em relação às respostas em situações de emergência e de segurança física nuclear do complexo. O exercício contou com a participação de mais de 60 agências. A estrutura da Defesa empregou, dentre outros meios, 1.100 militares, 2 Navios, 5 embarcações, 3 helicópteros, 80 viaturas, 2 hospitais de campanha. Ações cívico-sociais foram desen-

volvidas junto à população local. O Exercício Parcial de Emergência Nuclear da Fábrica de Combustível Nuclear foi realizado, conforme orientação do Comitê de Planejamento de Resposta a Situações de Emergência Nuclear de Resende, com o propósito de avaliar e aperfeiçoar os planos e os procedimentos, além de treinar a estrutura de resposta à emergência nuclear.

- **Operação voltando em paz** — A Operação Voltando em Paz, liderada pelo Governo Federal em coordenação com o Ministério da Defesa, das Relações Exteriores e a Força Aérea Brasileira, teve como objetivo repatriar brasileiros que estavam em áreas de conflito no Oriente Médio. A FAB utilizou aeronaves KC-30, KC-390 Millennium e VC-2 para transportar os cidadãos de volta ao Brasil, garantindo sua segurança. No total, 1.555 pessoas e 53 animais de estimação foram repatriados em menos de 48 horas após o início do conflito.



Moisés Machado / Ministério da Defesa

- **OPERAÇÃO “Diplomex”** — Realizada no período de 11 a 18/11/2023, a Marinha do Brasil executou essa Operação em conjunto com Armada da República Oriental do Uruguai (AROU), com o propósito de estreitar os laços de amizade, participar das comemorações do dia da AROU, realizar ação de presença, obter informações operacionais da região visitada e incrementar o nível de adestramento das tripulações dos meios envolvidos. Nessa Operação foram empregados cerca de 120 militares nos Navios Patrulha Benevente, Babitonga e Maracanã, na área compreendida entre Rio Grande/RS e Montevideu/UY. Foram realizados exercícios de avarias operacionais, diariamente, no período noturno, com o quarto de serviço em viagem.
- **ASPIRANTEX 2023** — Realizada no período de 16/01 a 01/02/2023, na área marítima entre o Rio de Janeiro/RJ e Santa Catarina/SC, a comissão Aspirantex 2023 teve o propósito de contribuir para o incremento do adestramento dos meios navais e aeronavais da Esquadra, e para a familiarização dos Aspirantes da Escola Naval com a vida no mar, com ênfase na orientação para os alunos do 2º ano para a opção de Corpo e na escolha da sua área de Habilitação. Nessa edição, 291 Aspirantes foram distribuídos entre cinco dos principais meios da Esquadra Brasileira: o NAM “Atlântico”, o NDM “Bahia” e as fragatas “Defensora”, “Independência” e “Liberal”.
- **Comando e Controle e Guerra Eletrônica** — Contando com a participação de militares das três Forças Armadas, sob coordenação do EB, foi promovida a atualização e nivelamento das táticas, técnicas e procedimentos.
- **Operação Guardião Cibernético 5.0** — A Operação Guardião Cibernético é uma operação conjunta e interagências, direcio-

nada para a proteção de infraestruturas críticas, baseada em simulação virtual e construtiva, envolvendo gabinetes de crise das áreas de tecnologia da informação, comunicação social, jurídica e alta administração. Em 2023, a referida operação ocorreu, de 2 a 6/10/2023, com mais de mil participantes, militares e civis.

- **Operação “Unitas LXIV-2023”** — Realizada no período de 18/06 a 28/08/2023, a Marinha do Brasil participou dessa operação naval combinada com a Marinha dos Estados Unidos da América e outras marinhas convidadas, a fim de contribuir para a manutenção do nível de adestramento dos meios da esquadra e para o incremento da cooperação e estreitamento dos laços de amizade com as marinhas participantes. Essa edição da Unitas contou com a participação de 26 navios de guerra, 3 submarinos, 25 aeronaves (asa fixa/asa rotativa) e aproximadamente 7.000 militares de 20 nações, tendo ocorrido na área marítima próxima à cidade de Cartagena/Col. Os principais exercícios realizados foram de superfície, aéreo, submarino e cibernético. Com a participação da Fragata Defensora foram realizados exercícios com canhão 4.5”, onde o navio ocupou a frente da formatura com outros sete navios de marinhas amigas, realizando quinze disparos sobre alvo a aproximadamente 3.100 metros de distância.
- **Operação “Obangame Express 2023”** — Realizada no período de 10/01 a 10/03/2023, a Marinha do Brasil participou dessa operação, conduzida pela Marinha dos Estados Unidos da América, com o intuito de realizar ação de presença e estreitamento de laços de amizade com os países visitados, por meio de visitas operativas aos portos de Luanda (Angola/AGO), Walvisbay (Namíbia/NAM) e Douala (Camarões/CMR). A operação contribuiu com o incremento da segurança marítima e com a contenção da pirataria e das atividades

ilícitas no Golfo da Guiné. Adicionalmente, com a participação das marinhas da Namíbia, Angola, Congo, França e República Democrática do Congo, proporcionou a possibilidade de incrementar a interoperabilidade entre os participantes e ampliação da consciência situacional marítima das partes interessadas naquela região. Nessa operação foram realizados exercícios de cenários que envolveram tráfico de pessoas, imigração ilegal, pesca ilegal, tráfico de drogas e armas, dentre outros, com o emprego de 121 militares no Navio-Patrolha Oceânico Araguari.

- **Operação “Grand African Nemo 2023”** — Realizada no período de 13/09 a 10/11/2023, a Marinha do Brasil participou dessa operação, coordenada pela Marinha Nacional da França, que teve como objetivo realizar exercícios e adestramento em apoio aos países africanos parceiros nos seus esforços para conquistar autonomia operacional no mar, em suas missões de segurança marítima do Golfo da Guiné. O Navio-Patrolha Oceânico Amazonas, com 126 militares embarcados, no período de 13 de setembro a 10 de novembro de 2023, participou dos exercícios conjuntos realizados nas águas jurisdicionais de Angola, Costa do Marfim, Namíbia e Togo.
- **OPERAÇÃO “Poseidon”** — Realizada no período de 17 a 19/04/2023, em área marítima compreendida entre o Rio de Janeiro e Cabo Frio, com a participação de cerca de 1.200 militares, do Navio Aeródromo Multipropósito Atlântico (NAM), da Fragata União, de 2 aeronaves SH-16 Seahawk, de 1 aeronave HM-4 Jaguar do Exército Brasileiro e de 1 aeronave HN-36 Caracal da Força Aérea Brasileira, além de destacamentos de mergulhadores de combate e de um destacamento de especialistas do Comando Naval de Operações Especiais, para a condução

de exercícios de guerra cibernética. Nessa operação, foram realizadas atividades de emprego conjunto de helicópteros das 3 Forças, qualificação de equipagens do Exército e da Aeronáutica em pouso e decolagem, operando a partir do NAM Atlântico.

- **Operações ÁGATA** — As Operações ÁGATA são coordenadas pelo MD, e executadas pelas três Forças Armadas, em parceria com órgãos de segurança pública e agências do Estado, das esferas federal, estadual e municipal, sob a égide das operações interagências. Destinam-se, precipuamente, ao combate a crimes transfronteiriços e ambientais, mas também intensificam a presença do Estado nas áreas de fronteira, a integração com outros órgãos federais, estaduais e municipais e outras organizações da sociedade civil e a cooperação técnica e logística entre os partícipes, otimizando as ações destes órgãos.



Divulgação / Marinha do Brasil

Nesse interim, ocorrem operações singulares, realizadas por uma das Forças Armadas, e Operações Conjuntas, com a participação das três, ao longo de todo o ano. Em períodos específicos, ocor-

rem as operações interagências, nas quais as Forças Armadas atuam em suas missões constitucionais (subsidiárias), cooperando com as agências e órgãos de segurança pública (por meio de logística, inteligência e segurança) nas operações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira, por meio das seguintes ações: patrulhamentos aéreos, terrestres e fluviais; postos de bloqueio nas calhas dos rios e nas principais rodovias; vigilância em pistas de pouso e portos; realização de revistas em embarcações, veículos automotores, pessoas e aeronaves; operações especiais e de inteligência; atividades logísticas e de comunicações; ações cívico-sociais; e integração e coordenação com Agências governamentais em apoio à população.

As ações singulares ocorreram em todo o território nacional, nas fronteiras, no espaço aéreo, nas vias fluviais e no litoral.

Ademais, ocorreram 3 (três) Operações Conjuntas planejadas, gerenciadas pelo Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas: a Operação Ágata Amazônia, do dia 15 de maio a 02 de junho, cujo Comandante Conjunto designado foi o Comandante do 9º Distrito Naval; a Operação Ágata Sul, do dia 19 de junho a 15 de julho, cujo Comandante Conjunto designado foi o Comandante do Comando Militar do Sul; e a Ágata Oeste, do dia 21 de agosto a 26 de setembro, cujo Comandante Conjunto designado foi o Comandante do 6º Distrito Naval.

Neste esforço, em 2023, as Forças Armadas cooperaram com o emprego de mais de 30.000 militares, realizando mais de 150.000 ações, para contribuir com os órgãos de segurança pública e outras agências do Estado, de acordo com a estimativa apresentada pelas Forças Armadas ao Ministério da Defesa conforme o sumário a seguir:

APREENSÕES 2023	
Cocaína e PBC: 8.558,64 Kg	Maconha: 40.905,68 Kg
Skank: 11.896,77 Kg	Haxixe: 3.000 Kg
Armamentos: 74 UN	Munição: 1.223 UN
Embarcações: 279 UN	Veículos: 54 UN
Aeronaves: 5 UN	Minério: 22,879 TON
Cigarros: 253.665 PCT	Madeira: 467,07 m³
Pescado/Carnes: 31.462,01 TON	Grãos: 10 TON
Prisões: 140	Dinheiro: R\$ 542.152,00
Combustível: 124.590 L	Explosivos: 2Kg

OUTRAS OPERAÇÕES

Garantia da Lei e da Ordem em Portos, Aeroportos e Faixa de Fronteira

Em 1º de novembro de 2023, o governo federal publicou o Decreto nº 11.765, que autorizou o emprego da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira para a Garantia da Lei e da Ordem em portos e aeroportos dos estados do Rio de Janeiro e de São Paulo, além do reforço imediato na proteção da fronteira. A medida concedeu poder de polícia às tropas para atuação no

combate ao crime. Nesse contexto, a atuação da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira ocorreu de forma singular, ou seja, com o planejamento e a execução tendo sido realizados por cada Força Armada individualmente.

Ainda, em cumprimento ao art. 4º deste Decreto, o Exército Brasileiro deflagrou a Operação Ágata Oeste II, de forma singular, atuando na fronteira oeste do país, na região que engloba os Estados do Mato Grosso do Sul e Paraná.

Em 3 de novembro, foi assinada a Portaria GM-MD nº 5371, em que o Ministro da Defesa orientou o emprego das Forças Armadas no Porto do Rio de Janeiro/RJ, no Porto de Itaguaí/RJ, no Porto de Santos/SP, no Aeroporto Internacional Tom Jobim, no Rio de Janeiro, e no Aeroporto Internacional de São Paulo, em Guarulhos/SP, no período de 6 de novembro de 2023 a 3 de maio de 2024. Assim, 3.700 militares das Forças Armadas foram mobilizados para realizar ações preventivas e repressivas contra o tráfico de drogas e de armas, e outros ilícitos. A operação é realizada de maneira articulada com os órgãos de segurança pública, inteligência e fiscalização.



Sargento Netis / Força Aérea Brasileira

Semana da Pátria

No contexto das comemorações da Semana da Pátria, foi realizada a coordenação das atividades da Marinha do Brasil, do Exército Brasileiro e da Força Aérea Brasileira na Capital Federal para a realização da Exposição da Independência no Parque da Cidade, no período de 1 a 3 de setembro, Exposição Multimídia na Esplanada dos Ministérios, no período de 5 a 10 de setembro, da substituição da Bandeira Nacional, na Praça dos Três Poderes, no dia 3 de setembro, além do desfile cívico e aéreo, realizados, no dia 7 de setembro, na Esplanada dos Ministérios, bem como o acompanhamento da participação militar nas comemorações no território nacional. A atividade teve como retorno social a oportunidade de oferecer à população brasileira motivos para desenvolver o patriotismo, o respeito aos símbolos nacionais, a compreensão do passado histórico nacional, incentivando o amor à pátria, seus símbolos e a confiança nas FA.

Terremoto na Turquia

O apoio da FAB partiu de Guarulhos, na manhã do dia 09/02/2023, e desembarcou na cidade de Ankara, capital da Turquia, às 4 horas do dia seguinte, com objetivo de ajudar nas ações de busca e salvamento e atendimento médico na região abalada por terremotos de alta magnitude.

A aeronave KC-30 também levou cerca de 10 toneladas de equipamentos, medicamentos, kits de emergência e cães farejadores, que ajudaram nas ações de buscas. No retorno ao Brasil, a aeronave KC-30 transportou 17 pessoas, sendo nove brasileiros e oito estrangeiros.

Missões de Paz

O Brasil possui um histórico de mais de 75 anos de contribuição para promoção da paz e da segurança entre as nações. Nesse período, mais de 53 mil brasileiros atuaram como “capacetes azuis da esperança”. Em 2023, 166 militares da Marinha, Exército e Força Aérea, além de policiais participaram de missões de paz sob a égide das Nações Unidas no Sudão do Sul, República Democrática do Congo, Chipre, Líbano, República Centro Africana, Sudão, Saara Ocidental, Somália, Iêmen e Mali.

Destaca-se que, para uma das maiores operações de paz do mundo, a Organização das Nações Unidas nomeou um militar do Exército Brasileiro como Comandante Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas na República Democrática do Congo.

O percentual de militares do sexo feminino, engajadas nas missões de paz, foi mantido em padrão internacional, ao longo do ano.



Divulgação / Exército Brasileiro

Capacitações para Operações de Paz

Para atender aos requisitos das Operações de Paz das Nações Unidas, o Brasil, através do Centro de Operações de Paz de Caráter Naval (COPazNav) e do Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB), instituições reconhecidas internacionalmente pelo alto padrão de preparo de militares, policiais e civis, intensificou suas atividades em 2023.

Cabe destacar que, em 2023, o Brasil exerceu a presidência da Associação Latino-Americana dos Centros de Treinamento para operações de paz.

Ao longo do ano de 2023, foram capacitadas mais de 2.500 pessoas, entre militares, policiais e civis. Foram enviadas equipes de treinamento para Colômbia, México e Indonésia. No total, foram contemplados 35 países e 101 alunos. Esse resultado contribuiu para manutenção da credibilidade do Brasil junto à comunidade internacional no preparo de pessoal capacitado para emprego em Operações de Manutenção da Paz.

A participação em acordos, simpósios, conferências, grupos de trabalho e termos de cooperação internacionais é importante para a ampliação do conhecimento nacional na área de operações de paz. Em 2023, militares do MD participaram de diversos eventos que possibilitaram o compartilhamento de experiências e a aquisição de conhecimentos atualizados, além de estabelecer redes de cooperação e parcerias estratégicas.

Fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID)

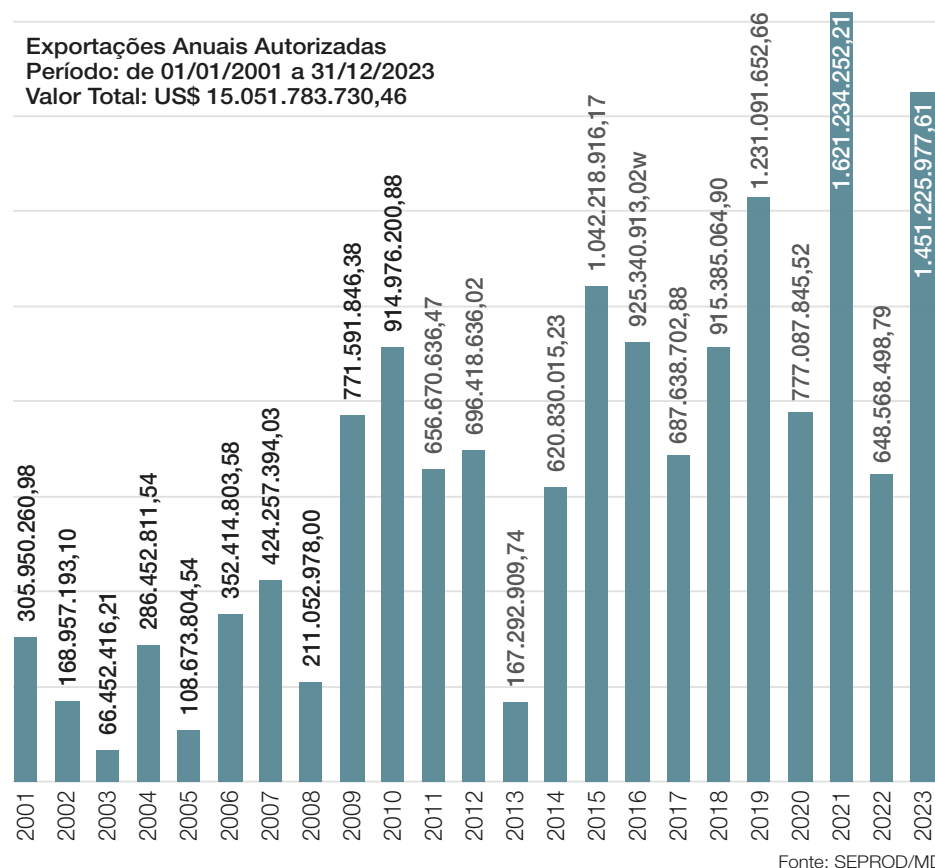
A defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento, na medida em que um eventual emprego da expressão militar depende das capacidades disponíveis (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano) e, ao mesmo tempo, contribui para o incremento das potencialidades nacionais, inclusive das industriais, e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro. O fomento a uma indústria nacional de defesa contribui para o crescimento do país, na medida em que gera divisas e empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que serão úteis ao setor civil. Também é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer uma boa condição de desenvolvimento científico e tecnológico nacional.

Nesse contexto, a defesa do Brasil exige o permanente fortalecimento de sua BID, formada pelo conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzam, no País, pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos ou sistemas de defesa. Os mais relevantes resultados das ações voltadas ao fortalecimento da BID em 2023, foram:

Incentivos à BID

Apoio à promoção comercial de produtos de defesa, no país e no exterior, resultando, em 2023, em US\$ 1.451.225.977,61 relativos ao volume de exportações autorizadas, um aumento de 123% em comparação com 2022. Merece destaque, ainda, o crescimento de 24,14% de produtos classificados como Produtos de Defesa (PRODE) e Produtos

Estratégicos de Defesa (PED) e de 28,82% do quantitativo de empresas credenciadas como Empresas de Defesas (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED). Nesse contexto, merece destaque a participação na *LAAD Defence & Security*, feira de relevância internacional que se constituiu em verdadeiro instrumento de divulgação do País no cenário internacional, além de ser considerada como promissora plataforma para a difusão nacional e internacional dos produtos, tecnologias e serviços desenvolvidos e oferecidos pela Base Industrial de Defesa (BID) brasileira.



Acordo RDT&E – Parceria Brasil-EUA na Área de CT&I

Em um trabalho conjunto entre o Brasil e os Estados Unidos na área de Ciência, Tecnologia e Inovação em Defesa, foi assinado o primeiro Acordo de Projeto, sob a égide do Acordo bilateral referente a Projetos de Pesquisa, Desenvolvimento, Teste e Avaliação (Acordo RDT&E), envolvendo o Exército Brasileiro (EB) e o *US Army*, com a finalidade de desenvolvimento de munição de alcance estendido para morteiros 120 mm.

Também foram realizados, em 2023, dois novos encontros semestrais sobre o tema, visando a seleção de novos projetos para trabalho conjunto, bem como, a ampliação da parceria em novas cooperações.

Criação do Catálogo de Serviços Tecnológicos do Ministério da Defesa

Em 2023, visando a internacionalização das parcerias em Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), o Ministério da Defesa, com apoio das Forças Armadas, construiu um Catálogo de Serviços Tecnológicos da Defesa, com a disponibilização de cursos e relação de instalações que podem ser compartilhadas por institutos de ciência e tecnologia de outros países. Desta maneira, o Ministério da Defesa passou a oferecer atividades colaborativas em CT&I por meio de instrumento de cooperação internacional, fortalecendo os laços entre os países parceiros, principalmente nas áreas disruptivas e emergentes, na fronteira tecnológica.

Processo de Classificação de Produtos e Empresas de Defesa

No ano de 2023, houve crescimento de 24,14% de produtos classificados como Produtos de Defesa (PRODE) e Produtos Estratégicos de Defesa (PED); de 28,82% do quantitativo de empresas credenciadas como Empresas de Defesas (ED) e Empresas Estratégicas de Defesa (EED); de 11,94% do quantitativo de empresas habilitadas ao Regime Especial Tributário para a Indústria de Defesa; e de 150% de Termos de Licitação Especial (TLE) aprovados pelo MD.

Aprovação Da Política De Compensação Tecnológica, Industrial E Comercial De Defesa

Foi editada a Portaria nº 3.990, de 3 de agosto de 2023, que aprova a nova **Política de Compensação Tecnológica, Industrial e Comercial de Defesa (PComTIC)**, que representa um avanço na autossuficiência da cadeia produtiva, redução da dependência externa e aumento do valor agregado dos produtos de defesa.

Melhoria Do Ambiente De Negócios Para a Base Industrial de Defesa (BID)

No contexto do Comitê de Financiamento e Garantia à Exportação, da Câmara de Comércio Exterior (CAMEX), foram adotadas regulamentações que beneficiaram a BID na esfera do Programa de Financiamento às Exportações. No domínio do Comitê Executivo de Gestão, foram aprovadas medidas de defesa comercial que reduziram o impacto negativo de práticas desleais de comércio que causavam danos à BID.

Em 2023, com a edição do novo Decreto de regulamentação do Comitê de Facilitação de Comércio (CONFAC), o MD passou a ser órgão anuente de Comércio Exterior, aderindo ao cronograma de implementação e adequação ao Portal Único de Comércio Exterior. A participação do MD no Conselho permite a inclusão de temas de interesse da BID nas discussões temáticas e deliberações do CONFAC, trazendo como consequência melhorias para o ambiente de importação e exportação do setor.

Em novembro de 2023 foi celebrado Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Defesa e a Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança (ABIMDE), o qual prevê, com base nas necessidades da Base Industrial de Defesa, a implementação de melhorias em processos de comércio exterior, a atração de investimentos e a inserção da BID em cadeias globais de valor, além de melhoria do processo de oferecimento de garantias pelas empresas.

Outros Resultados Relevantes no Eixo do Programa 6012

Serviço Militar

O serviço militar consiste no exercício de atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas e compreende, na mobilização de pessoal, os encargos relacionados com a Defesa Nacional. A prestação do serviço militar é obrigatória no Brasil e está disciplinada pela [Lei nº 4.375, de 1964 \(Lei do Serviço Militar\)](#), e em seu regulamento, o [Decreto nº 57.654, de 1966](#).

Em 2023, cerca de 1 milhão e quatrocentos mil brasileiros realizaram o alistamento. Desse montante, aproximadamente 84 mil serão incorporados às fileiras das Forças Armadas em 2024. Do mes-

mo modo, cerca de 1.500 cidadãos com ensino superior completo, em diversas áreas de interesse das Forças Armadas, foram convocados para a prestação do serviço militar, como oficiais.

O alistamento deve ser realizado no ano em que o jovem completar 18 (dezoito) anos de idade, entre 1º janeiro e 30 de junho, podendo ser realizado de forma **online** ou de forma presencial, em uma das Juntas de Serviço Militar. Desde 2022, o número de alistamentos digitais tem superado os que ocorrem de modo presencial, mais oneroso para o jovem e sua família. As mulheres e os eclesiásticos, em tempo de paz, estão isentos da prestação do serviço militar.

As ações relacionadas à convocação para o Serviço Militar Obrigatório, em âmbito nacional, são da responsabilidade do Ministério da Defesa, que conta com o apoio dos órgãos de direção das Forças Armadas e órgãos regionais de planejamento e execução e coordenação, constituídos por nove Distritos Navais, doze Regiões Militares, sete Serviços de Recrutamento e Preparo de Pessoal, 23 Órgãos de Formação da Reserva da Marinha, 63 Postos de Recrutamento e Mobilização do Exército, 27 Seções Mobilizadoras da Força Aérea, quase 700 Comissões de Seleção das três Forças Singulares e mais de 5.400 Juntas de Serviço Militar.



O Serviço Militar Obrigatório poderá ser prorrogado por até 96 meses, desde que haja interesse recíproco entre o cidadão e a Organização Militar em que ele está servindo. Após esse período, o jovem é licenciado e passa à condição de reservista e, caso deseje prosseguir na carreira militar, deverá ser aprovado em concurso público para uma das escolas militares.

Os reservistas devem atualizar seus dados junto às Forças Armadas nos 5 (cinco) anos subsequentes ao licenciamento. Durante o ano de 2023, mais de 315 mil reservistas se apresentaram para a atualização de dados cadastrais e regularização da situação militar, considerando uma possível necessidade de mobilização.

Cooperação Internacional

Na área de Defesa, é importante promover a consolidação da confiança mútua, a cooperação e o estreitamento de laços de amizade entre o Brasil e outros países, por meio de intercâmbio com países, buscando aproximação nas áreas militar, de produtos de defesa e psicossocial. Nesse sentido, em 2023, foram realizadas reuniões bilaterais com representantes de 11 países: África do Sul, Alemanha, Chile, Estados Unidos da América, Indonésia, Israel, Itália, São Tomé e Príncipe, Portugal, Suécia e Vietnã. Além disso, durante a LAAD Defence & Security, foram realizadas reuniões bilaterais com representantes de 24 países: África do Sul, Arábia Saudita, Argélia, Argentina, Benin, Chile, Colômbia, Coreia do Sul, Eslováquia, Eslovênia, Estados Unidos da América, Finlândia, França, Haiti, Itália, Jordânia, Paraguai, Peru, Portugal, República Tcheca, Suécia, Suriname, Turquia e Uruguai.

Foram oferecidos dois Estágios para os Adidos de Defesa Estrangeiros em Brasília/DF e, ainda, no âmbito das relações inter-

nacionais, foram realizados eventos de preparação dos militares brasileiros designados para o desempenho de atividades afetas à diplomacia militar, tendo sido realizados um Estágio para Adidos de Defesa e outro para os Auxiliares dos Adidos de Defesa.

Preparação de Militares e Civis no Campo da Defesa Nacional

Uma sociedade consciente das atividades desenvolvidas no campo da defesa nacional estará mais preparada para participar e desenvolver as condições necessárias para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais. Nesse sentido, o MD, por meio de suas instituições e profissionais de ensino, promoveu a capacitação de mais de 4.000 pessoas, em temas relacionados à defesa. Merecem destaque os seguintes cursos e eventos promovidos:

XXVIII Congresso Acadêmico Sobre Defesa Nacional

O 18º Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional foi promovido pela Escola Superior de Defesa, no período de 28/08 a 01/09/2023, nas instalações da Academia da Força Aérea, em Pirassununga/SP. Contou com a participação de 270 alunos e professores, de 55 instituições de ensino de 17 Estados. A atividade é promovida, anualmente, em parceria com as escolas de formação de oficiais das Forças Armadas: Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea.

XXVI Curso De Extensão em Defesa Nacional

Promovido pela Escola Superior de Defesa, no período de 06 a 10/03/2023, em Porto Alegre/RS. Ocorreu em formato híbrido: presencial e online pela TV ESD, no Youtube. A principal meta foi promover a reflexão e os estudos de temas que envolvem a Defesa Nacional. Teve como público-alvo civis de diferentes áreas acadêmicas, reunindo 1.505 participantes presenciais e de 116 na modalidade online, totalizando 1.621 pessoas.

XXVII Curso De Extensão em Defesa Nacional

Promovido pela Escola Superior de Defesa, no período de 06 a 10/11/2023, no Acre. O evento contou com 970 participantes, entre professores e alunos, contando com representantes de instituições estaduais, como: a Secretaria de Segurança Pública, as polícias Civil e Militar, o Corpo de Bombeiros Militar, a Procuradoria Regional e o Departamento Regional da Agência Brasileira de Inteligência.

Cursos da Escola Superior de Guerra

A Escola Superior de Guerra, localizada no Rio de Janeiro/RJ, é um Instituto de Altos Estudos de Política, Estratégia e Defesa e destina-se a desenvolver e consolidar, em civis e militares assessores de alto nível, os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e assessoramento superior na Administração Pública e para o planejamento da segurança e da defesa nacionais, incluídos os aspectos relativos ao desenvolvimento nacional. Para tanto, desenvolve estudos e pesqui-

sas, compreendendo o ensino, a extensão e o intercâmbio de conhecimentos, por meio de cursos, simpósios, ciclos de estudo, destacando o Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia, o Curso de Gestão de Recursos de Defesa e o Programa de Extensão Cultural da Escola Superior de Guerra. Em 2023, 885 civis e militares concluíram os cursos da ESG. Para maiores informações acesse <https://www.gov.br/esg/pt-br>.

Cursos da Escola Superior de Defesa

A Escola Superior de Defesa (ESD), localizada em Brasília/DF, realiza estudos, pesquisas, extensão, difusão, ensino e intercâmbio, em temas de interesse da Defesa Nacional, com foco prioritário nos servidores civis dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário e de instituições de interesse da Defesa, atendendo, também, os militares das Forças Armadas e Auxiliares. A ESD desempenha o importante papel de aproximar os órgãos que integram o centro político administrativo do País dos assuntos de defesa, contribuindo para o fortalecimento dessa mentalidade na sociedade brasileira, fundamental para a nossa soberania. Para tanto, desenvolve cursos, com destaque para o Curso de Altos Estudos em Defesa, o Curso “A Defesa Nacional e o Poder Legislativo”, o Curso de Análise de Crises Internacionais e o Curso de Coordenação e Planejamento Interagências. Em 2023, 465 civis e militares concluíram os cursos da ESD. Para maiores informações acesse: <https://www.gov.br/esd/pt-br>.

Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (PRÓ-DEFESA)

O Programa é destinado ao fomento e à cooperação entre instituições civis e militares para implementar projetos voltados ao ensino, à produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação e capacitação de recursos humanos qualificados em áreas de interesse para a Defesa Nacional. Em novembro de 2023, ocorreu a celebração de sua 5ª edição, PRÓ-DEFESA V, em parceria com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) para os anos de 2024 a 2027. Em dezembro, docentes e pesquisadores foram convocados a apresentarem propostas de trabalhos pelo Edital nº 36/2023. Adicionalmente, em 2023, foram formados 11 mestres e 15 doutores.

Sistema de Geoinformação de Defesa (SISGEODEF)

O SisGEODEF é uma infraestrutura de sistemas cujo propósito é garantir a gestão eficaz da geoinformação de interesse, além de propiciar a interoperabilidade e a governança dessas informações, incluindo a integração das bases de dados geoespaciais do MD e demais agências públicas parceiras.

Uma vez implementado, o SisGEODEF auxiliará o Comando Conjunto na obtenção da consciência situacional necessária a uma eventual área de interesse.

Em 2023, foi cumprido o cronograma do projeto e a íntegra das tarefas previstas na Estrutura Analítica do Projeto do Sistema, sendo sua entrega final prevista para março de 2025.

Sistema de Apoio à Decisão Logística e de Mobilização de Defesa

O Sistema de Apoio à Decisão Logística e de Mobilização de Defesa, consiste na ferramenta de tecnologia da informação e comunicação, do Centro de Coordenação de Logística e Mobilização, com a finalidade de dar suporte ao planejamento estratégico e ao apoio à decisão, no contexto dos sistemas: Logístico de Defesa; Nacional de Mobilização; e Mobilização Militar. Em 2023, foi cumprido o cronograma do projeto e as etapas previstas.

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE)

O PESE é uma iniciativa fundamental para atender às demandas das Forças Armadas e da sociedade brasileira no espaço. Ele abrange desde o lançamento até a operação de satélites em órbitas baixa e geoestacionária, oferecendo serviços como observação terrestre, telecomunicações e monitoramento espacial. Além de sua reconhecida importância para a segurança nacional, o PESE também desempenha um papel vital em iniciativas civis, como a prevenção de desastres ambientais e o suporte ao Programa Nacional de Banda Larga. Em 2023, o programa executou várias ações significativas, incluindo a participação em cursos de qualificação, a operação dos satélites Carcará-I e Carcará-II, e a participação no exercício espacial Vulcan Guard Bolt com o Comando Espacial dos EUA, que teve como objetivos: desenvolvimento de habilidades básicas de planejamento de missão, incorporando diversos sistemas de armas espaciais em cenários realistas e complexos; a integração entre operadores espaciais e analistas de inteligência; a integração dos processos de planejamento de proteção e de defesa; a familiarização com o

emprego de sistemas de armas; e a construção de parcerias e relacionamentos entre as unidades espaciais das Guardas Nacionais dos EUA e das Nações Amigas.

Projetos de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA-FAB)

• Veículo Lançador de Microsatélite

O Projeto VLM-1 é um projeto binacional, entre a Força Aérea Brasileira e o Centro Aeroespacial Alemão (DLR), que visa desenvolver um foguete destinado ao lançamento de cargas úteis especiais ou microsatélites em órbitas equatoriais e polares ou de reentrada, com três estágios compostos de módulos/estruturas, subsistemas propulsivos, redes pirotécnicas, *hardware* e *software* de guiamento, navegação e controle (GNC), redes elétricas e carga útil, para cumprir a missão de colocar microsatélites em órbita.

No âmbito do projeto, é desenvolvido também o veículo suborbital VS-50, de dois estágios, que será utilizado como plataforma de testes dos principais sistemas do VLM-1. Todos os sistemas desenvolvidos para o VS-50 serão, futuramente, utilizados no VLM-1. Adicionalmente, o VS-50 é um produto adequado para os voos em ambiente de microgravidade, com duração superior a 15 minutos, bem como ao teste de experimentos hipersônicos. Em 2023 foi assinado o Memorando de Entendimento entre o DCTA e a Presidência do DLR, fortalecendo o compromisso de desenvolver conjuntamente o VS-50 e o VLM-1, representando um avanço nas parcerias e intenções de colaboração. Por outro lado, o atraso na entrega dos Motores S50 pela empresa AVI-BRAS, em virtude do processo de recuperação judicial da empresa, produziu impacto no cronograma do projeto.

- **Iffm4br (Criptocomputador Para Identificação Amigo-Inimigo)**
Sistemas IFF (Identification Friend or Foe) identificam plataformas militares (aeronaves, veículos terrestres e embarcações navais) no combate, melhorando as Regras de Engajamento ao permitir o emprego de mísseis além do alcance visual (BVR), com redução das ocorrências de fratricídio (fogo amigo). Por ser dotado de algoritmos criptográficos, o criptocomputador garante que a classificação seja segura contra inimigos impostores que tentem confundir a identificação eletrônica em combate. O projeto tem por objetivo desenvolver os principais componentes do Sistema IFF Modo 4 Nacional, até a prontidão tecnológica suficiente para que a Base Industrial e Defesa (BID) possa iniciar a integração, industrialização e produção licenciada para operação inicial do sistema.
Principais resultados em 2023:

- Entrega do Produto Mínimo Viável (Minimum Viable Product – MVP) da Suíte de Aplicativos do Projeto IFFM4BR com os seguintes Sistemas: Aplicativo Gerador de Chaves (AGC), Aplicativo Distribuidor de Chaves (ADC) e Aplicativo Receptor de Chaves (ARC).
- Entrega à empresa aeroespacial Saab, da Suécia, fabricante da aeronave F-39 Gripen, do Criptocomputador IFF Modo 4 Nacional (CM4-B) como item fornecido pelo governo (Government Furnished Item – GFI). Trata-se de um equipamento de importante nível de desenvolvimento tecnológico, estratégico para o avanço na defesa do Brasil. Esta entrega marca o início da integração àquela aeronave de um projeto aviãoico 100% nacional, desenvolvido pela Força Aérea Brasileira (FAB), com

o auxílio da empresa Kryptus EED, multinacional brasileira provedora de soluções de criptografia, cibersegurança e defesa cibernética.

- **Prophiper 14-X (Propulsão Hipersônica 14-X)**

O projeto é uma pesquisa em propulsão hipersônica aspirada baseada no motor SCRAMJET, que é integrado na fuselagem e não tem partes móveis, e em aeronave hipersônica não-tripulada associada, incluindo as etapas de concepção, desenvolvimento, projeto e fabricação dos Demonstradores Tecnológicos.

O projeto se caracteriza pela demonstração do conceito e pela sedimentação das bases para o projeto de veículos hipersônicos, pela instalação da infraestrutura laboratorial, teórica e dos modelos numéricos, bem como pela formação da massa crítica de especialistas no país capazes de alimentar os centros de formação e o parque industrial aeroespacial brasileiro de forma a manter o país competitivo à nível internacional no médio e longo prazo.

Principais resultados em 2023: foi o ano destinado à revisão de Requisitos de Sistemas do Demonstrador Tecnológico de Propulsão Hipersônica Aspirada 14-X SP e revisão de Projeto Preliminar do Demonstrador 14-X SP, bem como da realização da revisão da Definição de Missão do 14-X WP. Além disso, foi contratada a manufatura da seção de testes do túnel hipersônico a combustão. Houve também a implementação do sistema de ignição do túnel de choque hipersônico T5, bem como, a operação do subsistema de produção de escoamentos do túnel que ocorreu com sucesso. Por fim, foi recebido o Projeto Básico do laboratório de motores SCRAMJET.

Sistema de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (SIPAER)

O SIPAER contribui com a segurança de voo no espaço aéreo brasileiro, desempenhando um papel fundamental na proteção de vidas, na preservação do patrimônio aeronáutico e na promoção da confiança dos passageiros e operadores do setor de aviação civil. No contexto militar, as ações do SIPAER estão intrinsecamente ligadas à eficácia das operações aéreas, posto que reduzem as vulnerabilidades do Poder Aeroespacial, preservando a capacidade de combate da Força Aérea.

No ano de 2023, em plena conformidade com os protocolos da Organização da Aviação Civil Internacional (ICAO), o Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA), Órgão Central do SIPAER, entregou à sociedade informações de alto nível sobre as investigações conduzidas pelo Estado Brasileiro, as quais estão dispostas em atividades voltadas à prevenção de acidentes aeronáuticos. Alguns dos resultados do trabalho do Centro podem ser vistos no quadro ao lado.



O Programa 6011 — Cooperação com o Desenvolvimento Nacional

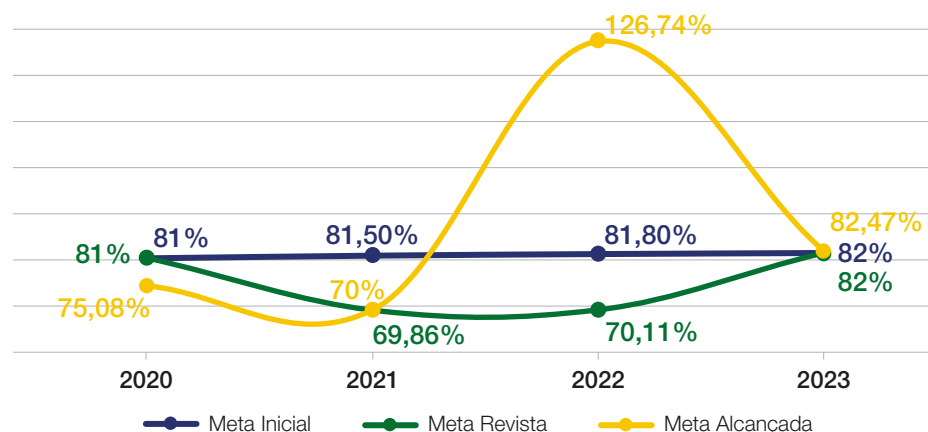
Caracterização do Programa

Objetivo	Meta
Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais, em benefício da sociedade.	Atingir 82% de execução das ações de cooperação com o desenvolvimento nacional ao final de 2023.
Indicador	
Índice de Realização das Ações de Cooperação com o Desenvolvimento Nacional Apurado pela média aritmética da execução física das ações orçamentárias que financiam o Projeto Atleta de Alto Rendimento; o Programa Forças no Esporte (PROFESP); o Projeto Soldado Cidadão; o Projeto Rondon; o Ensino Profissional Marítimo; o Programa Calha Norte e o Sistema de Proteção da Amazônia (SIPAM).	

Principais Resultados do Programa

O Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional cumpriu o objetivo de “realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade”, estabelecido no PPA 2020 – 2023, tendo em vista que o índice de realização das ações de cooperação atingiu 82,47%, em face da meta prevista para o final do quadriênio de 82%, conforme demonstrado no gráfico a seguir:

Evolução do Índice de Realização das Ações de Cooperação 2020 – 2023



Fonte: SIOP.

As metas planejadas para o Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional foram reduzidas nos anos 2021 e 2022, no processo de revisão regular do PPA, especialmente, pela impossibilidade de realização das atividades educacionais do Projeto Rondon em 2021 e 2022 e pelo prejuízo à formação de portuários, em 2022, ambos em decorrência da Pandemia do COVID 19.

Evolução dos Resultados Intermediários do Programa

Na tabela a seguir detalhamos as metas previstas e realizadas, por exercício, a fim de evidenciar a contribuição de cada resultado intermediário no cumprimento do objetivo do Programa Cooperação com o Desenvolvimento Nacional.

Título do Resultado Intermediário	Unidade de Medida	Regionalização	Linha de Base 2019	Metas(*)		
				Ano	Prevista	Realizada
0145 – Qualificação dos jovens incorporados às Forças Armadas (Soldado Cidadão).	Unidade Número de jovens capacitados	Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sul e Sudeste	9.052	2020	3.300	4.468
				2021	4.300	5.928
				2022	4.300	6.235
				2023	5.500	5.454
0146 – Inclusão social de crianças e adolescentes atendidos pelo Projeto Forças no Esporte (PROFESP).	Unidade Número de pessoas beneficiadas	Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio De Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.	28.000	2020	30.000	30.036
				2021	40.000	30.428
				2022	40.000	19.499
				2023	30.000	20.184
0147 – Universitários capacitados do Projeto Rondon.	Unidade Número de rondonistas capacitados	Amapá, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rondônia e Mato Grosso do Sul	756	2020	1.008	0
				2021	0	0
				2022	484	474
				2023	1.008	1.000
0119 – Formação de aquaviários e portuários pelo Ensino Profissional Marítimo.	Unidade Número de aquaviários e portuários formados	Nos Estados de Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Sergipe, Bahia, Goiás, Ceará, Rio Grande do Norte, Alagoas, Pernambuco, Amapá, Maranhão, Pará, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Distrito Federal, Tocantins, Paraíba, São Paulo, Paraná, Acre, Rondônia, Roraima e Amazonas	12.058	2020	6.500	3.636
				2021	23.919	17.180
				2022	33.046	19.817
				2023	33.440	15.516

Fonte: SIOP (Nota: No cômputo das metas dos resultados intermediários estão incluídos os resultados de todas as unidades executoras, independente da origem do re-curso).

Considerações Sobre as Metas Intermediárias do Programa 6011 em 2023

A despeito do alcance da meta estabelecida para o Programa Cooperação da Defesa com o Desenvolvimento Nacional em 2023 (82,47%), as metas estabelecidas para os resultados intermediários não foram atingidas, conforme discriminado a seguir:

- O Projeto Soldado Cidadão (PSC) alcançou 99,16% da meta estabelecida de número de jovens vinculados ao serviço militar beneficiados por capacitações contratadas no ano (com recursos orçamentários). O desempenho alcançado pelo **Projeto Soldado Cidadão** (PSC) deveu-se aos acordos firmados com entidades de capacitação, em especial do chamado Sistema “S”, que permitiram a contratação de cursos profissionalizantes a custos inferiores à média do mercado nacional. Além das **5.454** capacitações custeadas com recursos da União realizadas em 2023, foram realizadas mais **8.720** capacitações gratuitas, com base na otimização dos convênios e parcerias estabelecidas, totalizando **14.174** capacitações do PSC no referido ano, as quais qualificaram jovens brasileiros vinculados ao serviço militar, complementando sua formação cívica-cidadã e facilitando seu ingresso no mercado de trabalho, após a prestação do Serviço Militar.
- A retomada das atividades do **Programa Forças no Esporte e do Projeto João do Pulo (PROFESP/PJP)**, nas organizações militares de todo o país, ocorreu de forma gradual depois da Pandemia de Covid 19. Em 2023, o PROFESP/PJP recebeu apenas 3% dos recursos necessários para o alcance dos resultados programados, os quais foram destinados exclusivamente

à aquisição/fornecimento de alimentação. Apesar disso, o esforço dispendido pelas organizações militares envolvidas e pela coordenação do Programa, associado às parcerias locais/regionais firmadas, possibilitou a alocação dos profissionais para a realização das atividades, entre outros recursos, e permitiu que o PROFESP/PJP beneficiasse 20.184 pessoas, atingindo uma eficácia de atendimento de **67,28%** das crianças e adolescentes previstos para o exercício de 2023. Essas Iniciativas Estratégicas promoveram a valorização do indivíduo, a redução de riscos sociais, o fortalecimento da cidadania e da inclusão e da integração social de crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, incluindo pessoas com deficiência, por meio do acesso à prática de atividades educacionais, esportivas e físicas e de atividades, socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar, dentro de organizações militares. Especificamente em relação ao PROFESP, a insuficiência de recursos acarretou a interrupção das ações em alguns núcleos. O resultado atingido deveu-se, principalmente, aos arranjos de gestão realizadas pela coordenação e pelas organizações militares executoras do Programa.

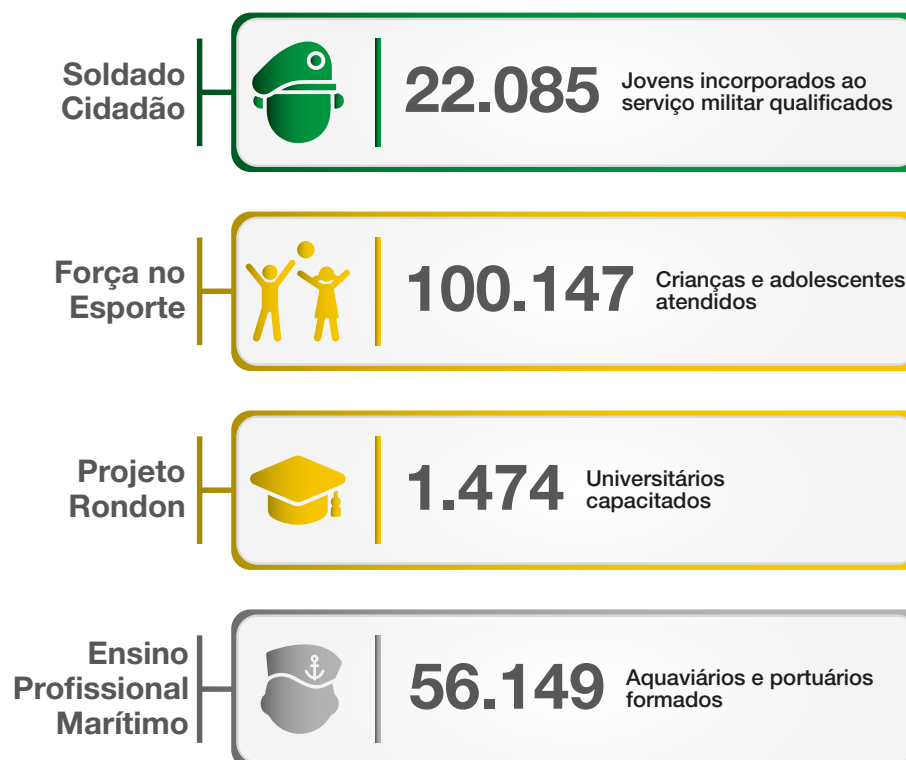
- **O Projeto Rondon** é uma ação interministerial, de cunho estratégico, coordenada pelo MD, destinada a contribuir com o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania nos estudantes e professores universitários, mediante o emprego de soluções sustentáveis para a inclusão social e a redução de desigualdades regionais, em parceria com os governos estaduais, municipais e instituições de ensino superior, públicas e privadas. Atua no fortalecimento da Soberania Nacional, tendo como escopo duas vertentes: a formação da consciência cidadã do jovem universitário e o desenvolvimento sustentável de comunidades menos

assistidas. As atividades do projeto foram retomadas em 2022, após paralisação em razão da pandemia de Covid-19, com a realização de duas operações. No ano de 2023 foram executadas quatro Operações do Projeto Rondon: “Portal do Sertão”, “Lobo-Guará”, “Sentinelas Avançadas” e “Guaicurus”, nos estados da Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rondônia e Mato Grosso do Sul, nas quais participaram **1.000 rondonistas** (professores e estudantes universitários), resultando no alcance de 99,21% da meta estabelecida. Nessas operações, foram desenvolvidos 2.924 projetos, alcançando 117.735 beneficiários diretos, que manifestaram 95,9% de aprovação do Projeto. Essa pequena diferença na meta alcançada ocorreu em razão da desistência de alguns candidatos inscritos.

- A formação de aquaviários e portuários pelo Ensino Profissional Marítimo (EPM) é fundamental para manter esses profissionais atualizados com as novas tecnologias e necessidades desse segmento. Em 2023 foram oferecidos cursos de formação e capacitação técnica no âmbito do EPM a 15.516 pessoas, resultando no alcance de 46,4% da meta estabelecida.
- O principal motivo para o não alcance dos resultados intermediários estabelecidos para os Projetos Soldado Cidadão, Forças no Esporte e Ensino Profissional Marítimo foi a insuficiência orçamentária, face aos calendários previstos para realização das formações profissionais e das ações de cidadania.

Balanco Final do Programa 6011 no PPA 2020 – 2023 — Síntese

O objetivo fixado no PPA 2020 – 2023 para o Programa Cooperação da Defesa com o Desenvolvimento Nacional de “Realizar ações de cooperação com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e as ações governamentais em benefício da sociedade” foi cumprido. Os resultados do Programa se refletem nas entregas à sociedade de serviços e benefícios, os quais agregaram qualidade de vida aos cidadãos, ao longo do ciclo do PPA. Os principais resultados foram:



Proteção e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia Legal

Principais resultados produzidos pelo Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam):

Monitoramento de Eventos Extremos

A plataforma SipamHidro gera boletins e alertas que auxiliam os órgãos públicos na preparação e na mitigação dos impactos de alagamentos e inundações nas cidades ribeirinhas da Amazônia. Os alertas meteorológicos são encaminhados para a Defesa Civil, para subsidiar o planejamento de ações preventivas em cada cidade. Paralelamente, são fornecidas informações meteorológicas para todos os municípios da Amazônia Legal.



Em 2023 foram cobertos cerca de 4.509 hectares, equivalentes a aproximadamente 45 quilômetros quadrados, correspondentes a 27 municípios, nas missões realizadas. Para concluir essas atividades, as equipes técnicas dos Centros Regionais de Belém, Manaus e Porto Velho percorreram aproximadamente 22.280 quilômetros.

Diante das mudanças climáticas que vem sendo discutidas a nível mundial, e da importância desse tema para a Amazônia, foram realizados eventos denominados, Pré-Cheia; Pré-Seca e Seminário de Hidrologia.

Os eventos Pré-Cheia e Pré-Seca fazem parte da proposta de difusão do conhecimento e compartilhamento das informações geradas pela área de hidrologia do Censipam. Assim como o fórum de discussão e aprimoramento de metodologias e resultados gerados, que conta com a participação de diversos órgãos e instituições convidados pelo Órgão. Esses eventos vêm sendo executados neste formato regional desde o final do ano de 2022, quando foi realizado o Pré-Cheia

O Seminário de Hidrologia é uma proposta antiga, porém só implementada em 2023. Sua primeira edição ocorreu em Porto Velho, com a participação de 23 instituições governamentais. O evento foi considerado um sucesso e sua reedição está programada para acontecer em 2025. O sucesso do evento chamou a atenção de diversos órgãos, incluindo a Associação Brasileira de Recursos Hídricos (ABRHidro), com a qual o Censipam está em tratativas para obter apoio na realização da próxima edição. No decorrer do seminário, ocorreu o lançamento da mais recente versão do “Sistema Integrado de Monitoramento e Alerta Hidrometeorológico (SipamHidro)”.

O encerramento do seminário foi marcado por dois minicursos: “Noções Básicas de Hidrologia e Uso/Aplicação da Plataforma SipamHidro” e “Introdução ao Uso de Sensoriamento Remoto para Obtenção de Altitudes Ortométricas dos Níveis dos Rios”.

Tempo e Clima

A área de Meteorologia do Censipam tem como premissa coletar, processar e disponibilizar informações meteorológicas regionalizadas, a fim de apoiar as atividades da instituição e órgãos parceiros, assim como contribuir para o intercâmbio de conhecimento e o desenvolvimentos de estudos meteorológicos e climáticos na região Amazônica.

	Tempo Descreve os eventos naturais de curto prazo como chuva, nevoeiro, vento, tempestades, climas tropicais, entre outros	
Análise e Previsão do Tempo	Apoio às Forças Armadas	
Previsões do tempo são feitas diariamente para municípios dos 9 estados da região amazônica, totalizando a emissão de 3.285 Boletins de Previsão do Tempo	São disponibilizados produtos personalizados para apoio das missões das Forças Armadas e de segurança pública. Noúltimo ano foram 10 missões, como por exemplo, Ágata IV, Ágata Fronteira Norte, CARIBEX e RIBEIREX	
	Clima Caracteriza a condição média do tempo para uma localização em um longo período de tempo, possibilitando verificar as variações e extremos no passado, presente e futuro e o impacto destas mudanças nos setores socioeconômicos.	
Análise e Previsão Climática	Pesquisa e Desenvolvimento	Comissões, Comitês e Mídia
O Boletim Climático da Amazônia sistematiza informações meteorológicas na Amazônia Legal e tem como premissa a aplicação no planejamento e operacionalização dos serviços públicos. Os sistemas meteorológicos e suas implicações são discutidos mensalmente, dando origem a 12 prognósticos climáticos sazonal no ano.	Frequentemente, os profissionais da Coordenação de Meteorologia são convidados para palestrar em eventos científicos (17) e a instituição incentiva a participação e publicação em eventos científicos (6) e revistas científicas (3). Além disso, há um incentivo para o desenvolvimento de novos produtos e conhecimentos, como por exemplo, a assimilação de dados de radar meteorológico na modelagem numérica do tempo, proporcionando previsões mais eficazes para eventos de tempo severo.	Representações no comitê Científico de Nowcasting, no Comitê Científico do Modelo Comunitário, no Fórum Paraense de mudanças e Adaptação Climática e na Comissão de Meteorologia e Defesa (COMETDEF). Além da participação recorrente nas mídias escrita, radiofônica e televisiva, com informações sobre o tempo e clima na região (mais de 100), além da emissão diária de previsão do tempo para os principais jornais da região Amazônica (16/semana e 832/ano).

Fonte: Censipam

Monitoramento do Desmatamento

O Amazônia SAR contempla um sistema de monitoramento do desmatamento na Amazônia, o SipamSAR, utilizando dados de radares de abertura sintética (do inglês Synthetic Aperture Radar – SAR) para detecção da alteração na cobertura vegetal de forma semiautomática, nas principais áreas de pressão antrópica da Amazônia Legal, que são monitoradas de outubro a abril, período de alta densidade de nuvens, preenchendo a lacuna de monitoramento do Sistema de Detecção de Desmatamentos em Tempo Real (DETER), do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As informações geradas pelo SipamSAR são disponibilizadas aos órgãos ambientais para planejamento de operações para proteção ambiental e desenvolvimento sustentável da Região Amazônica.



Site de Formosa: diâmetro de 11 metros, com capacidade de transmitir e receber dados de satélites ópticos e RADAR nas bandas X, Ka e S.



Site de Manaus: diâmetro de 7 metros, com capacidade de transmitir e receber dados de satélites ópticos e RADAR nas bandas X e S.

No âmbito do SipamSAR estão sendo desenvolvidos algoritmos de detecção de mudança para a geração de alertas de desmatamento em imagens SAR das constelações de satélites “COSMO-SKYMED” e “ICEYE”, bem como estão sendo capacitados os técnicos do Centro Gestor para utilizarem as imagens da constelação de satélites “Lessônia”, operada pela Força Aérea Brasileira (FAB).

Atualmente, o Censipam é o maior demandante de imagens SAR do MD, possuindo ampla expertise no processamento digital dessas imagens para extração de alvos de interesse, além de fornecer capacitação para os órgãos parceiros.

Com vistas a buscar maior sinergia e coordenação dos meios disponíveis, foram assinados dois Planos de Trabalho com o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) da FAB, o primeiro para utilização das antenas multissatelitais do Censipam, contribuindo para a operacionalização da constelação Lessônia, e o segundo para o uso das imagens de satélites adquiridas pelo COMAE.

O sistema de imageamento do Projeto Lessonia utiliza um Sensor Ativo de Detecção capaz de gerar imagens de altíssima resolução, que podem ser obtidas a qualquer hora do dia ou da noite, independentemente das condições meteorológicas, pois o sinal emitido atravessa as nuvens. Dessa forma, é possível o monitoramento continuado de áreas de interesse do Brasil.

Na busca por aprimorar o Sistema SipamSAR, o Censipam firmou uma parceria com a Universidade de Brasília (UnB), com vistas à melhoria dos algoritmos de detecção já existentes e o desenvolvimento de um software capaz de processar diversas fontes de dados SAR utilizando técnicas avançadas de inteligência artificial.

Merece destaque, também, a atuação do Grupo de Integração para a Proteção da Amazônia (GIPAM), constituído por representantes de diversos órgãos, com o objetivo de analisar diferentes bases de dados provenientes dos órgãos da esfera federal e estadual, imagens de satélites, informações sobre ilícitos ambientais e dados de campo, para produzir alertas prioritizados e qualificados sobre desmatamento e garimpo ilegal nas áreas de interesse operacional. No ano de 2023, o GIPAM contribuiu com as ações dos órgãos de proteção ambiental, das quais se destaca a Operação Guardiões do Bioma, coordenada pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), para combate ao desmatamento no âmbito estadual. Nesse mesmo ano, o GIPAM produziu 27 relatórios para instituições como o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e Secretarias Estaduais de Segurança Pública, indicando 210 alertas de desmatamento. Além desses relatórios, o GIPAM promoveu a capacitação de 49 servidores públicos entre policiais da Força Nacional de Segurança Pública, Policiais Militares dos estados da Amazônia Legal, agentes da Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI) e colaboradores do próprio Censipam, sobre a metodologia de análise de alertas de desmatamento na Amazônia Legal e ferramentas de navegação de campo.

Apoio à Operações

O Censipam fornece apoio de pessoal especializado em geointeligência, além de equipamentos e instalações nas fases de planejamento e execução de operações conjuntas, singulares e interagências, realizadas pelo MD, Forças Armadas (FA), Órgãos de Fiscalização Ambiental, de Segurança Pública e de Defesa Civil.

Em 2023, o Censipam prestou 147 apoios às operações de proteção ao meio ambiente conduzidas pelos órgãos de fiscalização e de segurança pública e pelas Forças Armadas, entre as quais a Operação Yanomami; desintrusões das terras indígenas do Alto Rio Guamá, Apyterewa e Trincheira-Bacajá no Estado do Pará; Operação Ágata IV; Operação Ágata Fronteira Norte e Guardiões do Bioma Estadual. Entre esses apoios constam a entrega de relatórios e mapas contextualizados e o emprego de pessoal especializado em geointeligência, além de equipamentos como drones e antenas satelitais para comunicação por internet e de instalações nas fases de planejamento e execução de operações conjuntas, singulares e interagências.

Para aperfeiçoar o desenvolvimento de suas atividades, o Censipam capacitou equipes e tornou operacional sua aeronave remotamente tripulada de voo além da linha de visada (BVLOS, da sigla em inglês), que permitirá prestar melhor apoio às equipes de fiscalização ambiental em campo, realizando levantamentos mais abrangentes, detalhados e de forma mais segura em áreas onde haja suspeita da ocorrência de crimes ambientais, o que dará um novo impulso ao combate a esse tipo de ilícito.

O Censipam tem apoiado a capacitação de diversos órgãos governamentais em ferramentas tecnológicas que contribuam com o melhor desempenho de suas atividades, como é o caso dos sistemas de processamento de imagens, que beneficiou 20 militares das Forças Armadas, além de 6 servidores de outros órgãos. De forma semelhante as capacitações para a pilotagem de drones alcançaram 42 militares e 164 servidores de diversas agências governamentais.

Cabe ressaltar, ainda, a atuação do Censipam no apoio à Defesa Civil de São Paulo e do Rio Grande Sul, por ocasião das fortes chuvas que atingiram aqueles estados. O Censipam realizou o mapeamento das regiões afetadas antes e depois do acidente, de forma a apresentar um comparativo para que as equipes da Defesa Civil pudessem melhor empregar judiciosamente os seus meios no socorro às vítimas.

Monitoramento de Ilícitos

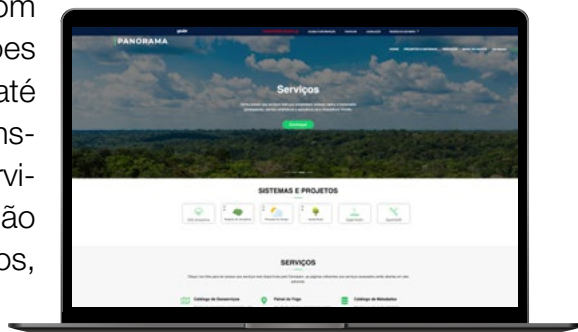
O Censipam, por meio de uma estrutura de inteligência, realiza o monitoramento dos seguintes ilícitos, em apoio aos órgãos pertinentes de fiscalização, de segurança e outros:

- **Garimpo Ilegal:** realizado por meio da análise diária de dados e mosaicos extraídos de imagens satelitais. Os dados são classificados e categorizados por área, data de aquisição, velocidade de crescimento, situação legal, coordenadas do garimpo e nome (processo conhecido como Localização de Garimpos – LOGAR). Além disso, busca-se a identificação de balsas e máquinas em atividades de garimpo nos rios da Amazônia.

- **Pistas de Pouso Irregulares:** um banco de dados de pistas ou feições de pistas identificadas em toda Amazônia legal, atualizado a partir de imagens satelitais. Essas identificações são classificadas como irregulares caso não sejam registradas ou homologadas junto aos órgãos competentes, em um processo conhecido como Localização de Pistas (LOPIS).
- **Movimento Aéreo Desconhecido:** com vistas ao acompanhamento do movimento aéreo desconhecido na Amazônia Legal, foi desenvolvido o Sistema de Gerenciamento de Pistas (GPis), voltado ao acompanhamento contínuo do tráfego aéreo local e ao armazenamento dos dados em um banco de dados específico. O GPis recebe as informações sobre as aeronaves detectadas, em tempo real, pelos radares de vigilância instalados na área de responsabilidade do Quarto Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA IV) da Força Aérea Brasileira. Recebe, ainda, informações das pistas detectadas pelas Aeronaves E99, de vigilância e R99, de sensoriamento remoto. Com essa integração, é possível monitorar voos de baixa altitude e assim buscar aeronaves que atuem em atividades supostamente ilícitas.
- **Cultivo de Ilícitos:** Está sendo planejado, em parceria com instituições federais, o desenvolvimento de um projeto que tem por objetivo o monitoramento de cultivos ilícitos na Amazônia Legal, através do uso de sensores hiperespectrais, para a formação de uma biblioteca de assinaturas. Será possível identificar as diversas fases de um cultivo, desde o plantio, passando pela maturação, até o seu ponto de colheita. Isso permitirá a automação e maior celeridade no reconhecimento de áreas com este tipo de atividade, facilitando o trabalho de análise dos órgãos de fiscalização e segurança pública.

Comunicação e Dados

O Censipam apoia órgãos, instituições parceiras, comunidades ribeirinhas, aldeias indígenas, pelotões de fronteira e órgãos da justiça, fornecendo terminais de comunicação via satélite em localidades isoladas na Amazônia. Além dos pontos de internet de uso geral, o sistema também realiza a comunicação de dados de estações meteorológicas de superfície e de radares meteorológicos. Desde o início da parceria com o Ministério das Comunicações (Mcom), ocorrida em 2020, até dezembro de 2023, foram instalados 365 terminais de Serviço de Atendimento ao Cidadão (GESAC), dos 400 previstos, sendo que em 2023, foram instalados 04 terminais.

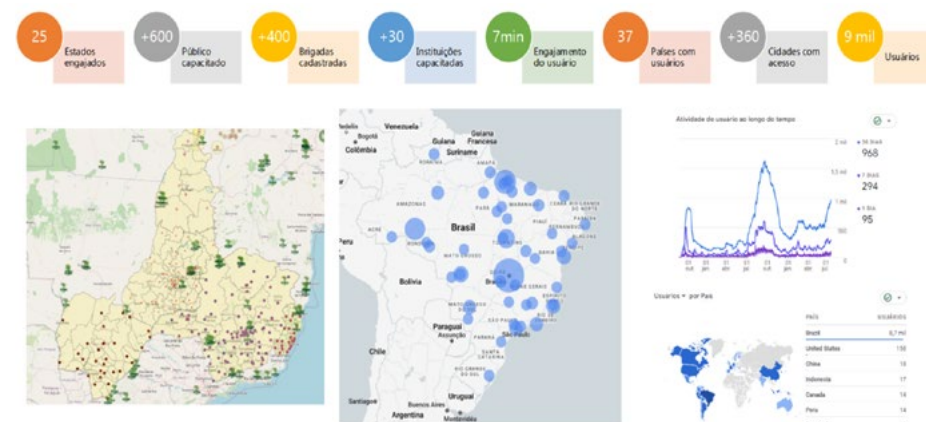


Outra iniciativa relevante é o Projeto Panorama, que tem o objetivo de estruturar e implantar uma infraestrutura de dados espaciais para a integração de dados, informações e produtos geoespaciais do Censipam e de órgãos parceiros. No âmbito do projeto são padronizados os procedimentos e fluxos de trabalho necessários para armazenar, catalogar, integrar e harmonizar dados geoespaciais produzidos, mantidos e geridos pelo Censipam. A face visível para a sociedade do projeto é a Plataforma Panorama, que é um portal para agregar conhecimento sobre a região amazônica, organizado, catalogado e hierarquizado em diferentes níveis de acesso. Na Plataforma são disponibilizadas informações e acessos aos principais sistemas e projetos do

Censipam, como: Previsão do Tempo; SipamSAR; SipamHidro; SOS Amazonia; Verde Brasil; Radares da Amazônia; entre outros. Este conjunto de dados pode, com a adesão do Censipam à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), ser disponibilizado à comunidade científica para fins de pesquisa em universidades e institutos científicos.

Painel do Fogo

O Painel do Fogo é uma plataforma on-line (*software*) que disponibiliza informações sobre incêndios e queimadas no País. O foco é subsidiar o trabalho do Corpo de Bombeiros, das Defesas Civas, dos órgãos ambientais e de instituições parceiras a realizar o acompanhamento e análises dos incêndios e a planejar sobre como combatê-los. A ferramenta aponta as condições mais recentes e integra dados, praticamente em tempo real, para rastreo das chamadas.



De forma resumida, o *software* gera os seguintes produtos:

- camada vetorial dos eventos de fogo;
- camada de frente de fogo 24h;
- camada de brigadas;
- coleção de imagens óticas atualizadas para qualificação dos incêndios e queimadas durante a ocorrência;
- gráfico com nível de severidade do fogo para priorização de acionamentos e gráficos e dados estatísticos sobre eventos do fogo em todo território nacional.

A página na internet possui indicadores que mostram a quantidade de eventos por estado e por bioma, além de possibilitar a comparação do total de eventos de fogo ativos em cada mês. O painel reúne, em um único sistema, dados que, antes, eram consultados em diferentes plataformas, o que facilita a análise de contexto das ocorrências. Também oferece análise de rastreamento e gravidade do fogo.

Em 2023, foi realizado o 3º Seminário Painel do Fogo. Durante o evento ocorreu o lançamento das atualizações e dos novos produtos disponíveis do versionamento 4.0, incluindo a expansão do sistema para outros países amazônicos.



Ainda em 2023, foram realizadas reuniões e capacitações com órgãos e entidades parceiras, fortalecendo os vínculos institucionais dos atores envolvidos no monitoramento e combate ao fogo. Dentre as reuniões e capacitações realizadas, destaca-se a integração do Censipam nas reuniões do Centro Integrado Multiagências de Coordenação Operacional Nacional (CIMAN), onde diariamente foram disponibilizados dados de eventos de fogo em áreas de interesse cujo objetivo principal foi o compartilhamento de informações sobre as operações em andamento, bem como a busca por soluções conjuntas para o combate aos incêndios florestais a partir de um comando unificado. As reuniões diárias contabilizadas resultaram em 63 participações efetivas do Censipam.

Aplicativo Censipam

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (Censipam) desenvolveu um aplicativo para apoiar os órgãos parceiros na condução de operações de combate aos crimes ambientais.

O aplicativo possibilita a captura automática da localização da foto, facilitando a identificação do local reportado. Caso a região não tenha sinal de celular, o envio do reporte deverá ser feito quando houver conexão à internet. Os registros compõem um banco de dados com o “feedback” das ações de campo e colaboram com o planejamento de Operações na Amazônia.

O aplicativo foi utilizado para apoio às operações Guardiões dos Biomas — 2023, Manchas de Óleo — 2023, Fauna Aquática AM — 2023 e outras operações de desintrusões.



Outros resultados relevantes no eixo do Programa 6011

Programa Calha Norte (PCN)

Desde sua criação, em 1985, tem suas ações desenvolvidas em duas vertentes de atuação. Na vertente militar sua missão é contribuir para a manutenção da Soberania Nacional e Integridade Territorial. Na vertente civil o Programa tem o propósito de apoiar as ações de governo na promoção do desenvolvimento regional, com a implementação de infraestrutura básica nos municípios localizados na área de atuação do Calha Norte, proporcionando assistência às populações, fixando o homem na região e contribuindo para a defesa nacional. O Programa como um todo é direcionado na realização de obras/projetos que representam desafios estratégicos, objetivando alcançar as fronteiras e os municípios mais carentes, localizados em áreas longínquas e isoladas, cujo resultado tem importante alcance social por sua especificidade.

O PCN executa transferência de recursos orçamentários, por meio de convênios firmados entre o MD e os entes estaduais e municipais beneficiados, buscando o atendimento de projetos de infraestrutura básica/complementar (escolas, creches, postos de saúde, centros de convivência, praças, ginásios de esporte, pavimentações de vias públicas, entre outros) e de aquisição de máquinas e equipamentos (bens permanentes). Atualmente existem 1814 convênios ativos, no valor total de R\$ 3.773.551.094,53.

Na atualidade, a área de atuação do PCN abrange 783 municípios, em dez Estados da Federação (Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins), correspondendo a 59,2% do território nacional, dos quais 170 estão situados ao longo dos 16.886 km de faixa de fronteira.

De forma consolidada, as principais realizações promovidas pelo PCN em 2023 constam da tabela abaixo:

ESTADO	REALIZAÇÕES		VALOR (R\$1,00)
Acre	Obras:	35	18.181.948,00
	Equipamentos:	62	42.581.874,67
Amapá	Obras:	47	60.548.666,00
	Equipamentos:	7	7.619.536,00
Amazonas	Obras:	39	29.700.643,00
	Equipamentos:	18	9.586.747,00
Mato Grosso	Obras:	30	22.164.239,50
	Equipamentos:	6	4.196.317,00
Pará	Obras:	0	0,00
	Equipamentos:	7	5.767.772,00
Rondônia	Obras:	90	48.072.568,27
	Equipamentos:	63	65.919.656,00
Roraima	Obras:	13	13.790.590,00
	Equipamentos:	0	0,00
Tocantins	Obras:	8	5.866.000,00
	Equipamentos:	76	41.093.762,00
TOTAL	Obras:	262	198.324.654,77
	Equipamentos:	239	176.765.664,67

Programa de Atletas de Alto Rendimento das Forças Armadas (PAAR)

Criado em 2008, por uma parceria entre o Ministério da Defesa e o Ministério do Esporte, tem por objetivo cooperar com o desenvolvimento do desporto nacional de alto rendimento do país e fortalecer a equipe desportiva militar brasileira. O PAAR propicia ao atleta brasileiro melhores condições de preparação e, portanto, melhores resultados e índices, individuais e coletivos, em competições de alto rendimento.

O PAAR consiste no alistamento militar de atletas de forma voluntária, por aviso de convocação pública, editada por cada Comissão de Desportos das Forças Singulares, e a escolha leva em conta o currículo desportivo dos atletas em competições nacionais e internacionais. Após ingressar no Programa, o atleta passa a ter os direitos e deveres do militar temporário das Forças Singulares, tais como: remuneração mensal, sistema de saúde das Forças Armadas, assistência médica e odontológica, incluindo nutricionistas e fisioterapeutas, além de disporem de todas as instalações esportivas militares, adequadas para treinamento esportivo.

Os atletas militares de carreira, participam, juntamente com os atletas do PAAR, nas competições internacionais, trocando experiências e obtendo benefícios técnicos. Com isso, o Programa também proporciona o desenvolvimento de recursos humanos das Forças Armadas nas áreas da educação física e de gestão esportiva, bem como contribui para o desenvolvimento e aplicação da ciência do esporte, por intermédio dos laboratórios de ciência do esporte das Forças Singulares.

Como preparação para os 8º Jogos Mundiais Militares de 2027, no ano de 2023, a delegação brasileira participou dos seguintes Campeonatos Mundiais Militares organizados pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM), alcançando resultados expressivos:

- Campeonato Mundial Militar de Triatlo (Mai/23 – França), conquistando 1 prata por equipe;
- Campeonato Mundial Militar de Judô (Jul/23 – República Dominicana), conquistando 2 ouros, 2 pratas e 10 bronzes;
- Campeonato Mundial de Pentatlo Militar (Ago/23 – Suécia), conquistando 1 ouro individual, 1 prata por equipe e 3 bronzes;
- Campeonato Mundial Militar de Tiro (Set/23 – Brasil), conquistando 2 bronzes;
- Campeonato Mundial Militar de Maratona Aquática (Set/23 – Espanha), conquistando 2 bronzes; e
- Campeonato Mundial Militar de Meia Maratona (Out/23 – Suíça), ficando em 7º no feminino e 9º no masculino.



3º Sargento Beatriz Ferreira no bicampeonato mundial de boxe, na Índia.

Além disso, foram realizadas também ações de gestão esportiva, no âmbito do desporto militar junto ao CISM, quando membros da delegação militar brasileira se fizeram presentes nos seguintes eventos:

- Reunião Continental do CISM/Américas (Fev/23 – República Dominicana);
- 1ª Reunião do Corpo de Diretores do CISM (Mar/23 – Suíça);
- 78ª Assembleia Geral e 2ª Reunião do Corpo de Diretores do CISM (Abr/23 – Rússia e Bélgica);
- 3ª Reunião do Corpo dos Diretores do CISM (Out/23 – Bélgica; e
- Simpósio Internacional do CISM (Nov/23 – Tunísia).

Operação Yanomami e Operação Ágata Fronteira Norte

O Presidente da República, por meio do Decreto nº 11.405, de 30 de janeiro de 2023, determinou medidas para enfrentamento a uma situação de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional, em decorrência de desassistência à população Yanomami e de garimpo ilegal, a serem adotadas por órgãos da administração federal, com a participação dos Ministérios da Defesa, Saúde, Justiça, Desenvolvimento Social e de Assistência Social e Combate à Fome, e dos Povos Indígenas.

Nesse contexto, foi realizada a Operação Yanomami, no período de 20 de janeiro a 06 de junho, sendo desenvolvidas ações coordenadas, empregando meios terrestres, aéreos e fluviais, para bloqueio de rios, apoio logístico às agências de segurança pública e órgãos do Estado, com transporte de agentes para atuação direta nas ações de saúde e segurança pública; evacuações aeromédicas de indígenas, para locais onde receberam assistência médica

adequada; transporte e distribuição de cestas de alimentos, como medida de enfrentamento à situação de emergência; e atendimentos no hospital de campanha montado em Boa Vista-RR, nas mais diversas especialidades de saúde, dentre as quais destacam-se: clínica médica, pediatria, patologia, ultrassonografia, medicina diagnóstica laboratorial, ortopedia, ginecologia, odontologia, cirurgia geral e cardiologia.



Sargento Lucas Nunes/Força Aérea Brasileira

Posteriormente, houve a alteração do decreto anterior, por meio da publicação do Decreto nº 11.575, de 21 de junho, em que coube às Forças Armadas, além do apoio logístico aos demais órgãos federais visando à assistência humanitária, intensificar as ações preventivas e repressivas contra delitos transfronteiriços e ambientais na Região Norte, promovendo ações de patrulhamento e revista de pessoas, veículos, embarcações e aeronaves, bem como realizar prisões em flagrante.

Nesse sentido, foi estabelecido o Comando Conjunto da Operação Ágata Fronteira Norte, a fim de atuar na área da Terra Indígena Yanomami, nos estados de Roraima e do Amazonas. Nesse contexto, a Operação Ágata Fronteira Norte estendeu suas ações até 15 de novembro. A Operação Yanomami e a Operação Ágata Fronteira Norte alcançaram os seguintes resultados:

	Duração	Horas de Voo	Consumo de Qav-1	Indígenas Transportados	Desintrusão	Transporte de Pessoal	Transporte de Carga	Evacuação Aeromédica	Atendimento Médico	Cestas de Alimentos Entregues
Yanomami (Dec. nº 11.405, de 2023)	123 dias	4633:26h	3.024.585 L	265	28	1.263	Cestas Lançadas: 494.729,9 Kg Material lançado: 626.931 Kg	188	2.121	22.009
Ágata Fronteira Norte (Dec. nº 11.575, de 2023)	163 dias	2725:02h	1.725.073 L	165	134	5.468	Cestas Lançadas: 136.318 Kg Material lançado: 139.818 Kg	17	908	14.636
Total	286 dias	7358:28h	4.749.658 L	430	162	6.731	Cestas Lançadas: 631.047,9 Kg Material lançado: 766.749 Kg	205	3.029	36.645

* Vale salientar a comparação dos dados da Operação Yanomami e a Operação Ágata Fronteira Norte, devido às suas características destacadas em seus decretos de ativação.

Operação Tiarg (Terra Indígena Alto Rio Guamá)

Realizada no período de 1º maio a 31 de julho 2023, com a finalidade de promover a proteção do povo da Terra Indígena Alto Rio Guamá (TIARG), com o apoio logístico aos Órgãos de Governo e Agências (PF, IBAMA, FNSP, SESAI), no combate ao garimpo ilegal e crimes ambientais na região.

Nas operações, foram empregados 5.782 (média 64 militares/dia) do Comando Militar do Norte (2º BIS e 24º BIS), viaturas, abastecimento de viaturas, apoio em comunicações, montagem e manutenção de alojamentos e confecção de alimentação.

Operação Tiatb (Ti Apyterewa-PA / Trincheira Bacajá-Pa)

Operação realizada no período de 29/09 a 22/12/2023, com o objetivo de promover a proteção do povo da Terra Indígena TI Apyterewa-PA / Trincheira Bacajá-PA, com o apoio logístico aos órgãos de Governo e Agências (OSP, SGPR, FNSP, CENSIPAM, PF, PRF, ABIN, SECOM, FUNAI, INCRA), no combate ao garimpo ilegal e crimes ambientais na região. Foram empregados na Operação: 2.802 militares (média de 169 militares/dia) do Comando Militar do Norte e 287 agentes (OSP/Ag), viaturas, abastecimento de viaturas, apoio em comunicações, montagem e manutenção de 3 bases logísticas (São Francisco, São Sebastião e São Félix do Xingu) e confecção de alimentação.

Ações de Apoio à Saúde

Operação Gota

Para garantir que as comunidades mais isoladas do Brasil tenham acesso à vacinação, o Ministério da Defesa, por meio das Forças Armadas, atua em apoio ao Ministério da Saúde nas operações Gota. Durante o ano, foram realizadas dez missões em quatro estados (Pará, Roraima, Amapá e Amazonas), que contaram com o apoio logístico da Defesa para o transporte de materiais e de funcionários de saúde. A iniciativa permitiu que o MS ofertasse doses dos mais de 20 tipos de imunobiológicos do calendário nacional de vacinação. Em 2023, cerca de 16 mil pessoas foram imunizadas e foram transportados 191 profissionais de saúde e, aproximadamente, 40 mil doses.

Transporte De Órgãos, Tecidos E Equipes (TOTEQ)

Trata-se de apoio ao Centro Nacional de Transplantes (CNT) no transporte de profissionais de saúde e de equipamentos necessários à captação de órgãos e tecidos e ao atendimento tempestivo dos receptores, quando não existe a possibilidade de apoio das linhas regulares da aviação comercial. A contribuição ao Ministério da Saúde evita perda de órgãos e tecidos em virtude da demora no deslocamento entre o ponto de coleta e o local de transplante, além de contribuir para o salvamento de vidas de pessoas em filas de transplantes.

Em 2023 foram transportados 259 órgãos para os transplantes realizados pelo SUS e gastos R\$ 16.046.650,36, em aproxi-

madamente 1.251 horas de voo. Esses números evidenciam a ampla escala e intensidade deste trabalho, que envolve a coordenação meticulosa de recursos humanos e materiais.

RESULTADOS DA OPERAÇÃO BRASIL – TOTEQ

Efetivo Empregado		Meios Empregados	
Tripulações das aeronaves; e Supervisores do Comando de Operações Aeroespaciais		C-95, C-97, C-98, C-99 e U-100	
Desafios		Entregas para Sociedade Resultados Tangíveis	
Contribuir no atendimento de saúde ao cidadão.		Transporte de Órgãos.	
Acionamentos		278	
Órgãos Transportados			
Baço	Coração	Fígado	Pâncreas / Tecidos Ósseos
2	82	115	1
Pulmão	Rins	Linfonodos	Córnea
15	38	2	4
Total			259

Fonte: Hércules 2, 2023

Operações “Asshop” (Assistência Hospitalar)

Em 2023 foram realizadas as seguintes operações de cunho Cívico-Social ACiSo):

- Realizada durante os meses de junho, setembro e dezembro de 2023, por meio do Navio Auxiliar “Pará” foram realizados atendimentos nas localidades de Santarém/PA, Alter do Chão/PA, Almerim/PA, Porto de Moz/PA, Portel/PA, Breves/PA, Curralinho/

PA, Oeiras do Pará/PA, Ponta de Pedras/PA e Distrito de Icoaraci/PA, alcançando um total mais de 15.056 pessoas, merecendo destaque os seguintes procedimentos realizados: 3.500 atendimentos médicos; 473 atendimentos odontológicos; 4.206 atendimentos de enfermagem; 2.503 exames realizados; 284 vacinações; 76 intervenções cirúrgicas; e distribuição de cerca de 43.600 medicamentos e 22.782 itens odontológicos.

- O Navio de Assistência Hospitalar “Tenente Maximiano”, com o total de 145 dias de mar, atendeu as populações ribeirinhas ao longo de toda calha do rio Paraguai e Cuiabá, alcançando 2.791 pessoas, com a realização de 3.427 procedimentos médicos e 4.570 procedimentos odontológicos.
- Foram realizadas 25 comissões de Assistência Hospitalar com a mobilização dos Navios de Assistência Hospitalar Doutor Montenegro, Osvaldo Cruz, Carlos Chagas e Soares de Meirelles, em vários períodos distintos. As comissões foram realizadas nos Polos Paraná do Ramos, Tapajós, Juruá “A”, “B” e “C”, Javari, Marajó, Xingu, Tocantins, Madeira, Trombetas, Nhamundá, Solimões, Purus, Negro, Branco, e no Alto Solimões, entre as cidades de São Paulo de Olivença e Benjamin Constant, entre outras regiões. Foram contabilizados aproximadamente 44.000 procedimentos médicos, mais de 220.000 procedimentos odontológicos e de enfermagem, e 9.700 procedimentos laboratoriais, totalizando mais de 281.000 atendimentos e procedimentos ao longo do ano.

Ações de Apoio à Defesa Civil (Ações de Apoio a Situações de Calamidade Pública e Outras)

O Brasil tem sido cenário de catástrofes naturais, que levam à escassez de água, inundações e deslizamentos de terra, entre outras consequências.

No decorrer de 2023, em apoio à Defesa Civil e ao Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, as seguintes ações foram realizadas pelas Forças Armadas, nos referidos estados da federação, sob coordenação do MD e de outros órgãos envolvidos.

Durante o ano de 2023, o Ministério da Defesa foi requisitado para apoiar logisticamente as ações de proteção e defesa civil em sete estados (Acre, Amapá, Amazonas, Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo), com o propósito de dar pronta-resposta aos impactos causados pelas catástrofes que ocorreram nas regiões. As fortes chuvas ocorridas no início do ano causaram aumento súbito no nível do Rio Acre, atingindo os municípios ribeirinhos. O litoral paulista, no entorno de São Sebastião, enfrentou grave dificuldade com fortes enchentes. No Paraná, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, milhares de famílias ficaram desabrigadas em decorrência da passagem de ciclones extratropicais e de fortes tempestades. No Amazonas, a estiagem severa e a seca dos rios afetaram o abastecimento de comunidades ribeirinhas e favoreceu a ocorrência de incêndios florestais em Unidades de Conservação do Amapá.

Na cidade de **São Sebastião**, no litoral norte de São Paulo, no período de 19 de fevereiro a 20 de março foram empregados 1.520 militares, 13 helicópteros (3 HM-1 Pantera, 1 HM-4 Jaguar, 1 HM-3 Cougar, 2 H-60 Black Hawk, 2 AH-11 B Wild Lynx, 2 UH-12 Esquilo,

1 UH-15 Super Cougar e 1 SH-16 Sea Hawk), 2 Navios, 15 viaturas especializadas, equipamentos de engenharia e 66 veículos de transporte. Por meio de equipes móveis de saúde e dos Hospitais de Campanha, incluindo o instalado no Navio-Aeródromo Multipropósito Atlântico, com mais de 200 leitos e 21 profissionais de saúde com especialidades de Ortopedia, Cirurgia Geral, Anestesia, Clínica Geral, Cirurgião Dentista, Farmacêutico e profissionais de Enfermagem e Saúde Bucal, foram realizados mais de 1.274 atendimentos médicos, odontológicos, psicológicos e religiosos, distribuídas 172 toneladas de donativos, além de desobstrução de vias urbanas, por meio da retirada de 1.800 toneladas de escombros por meio de equipamentos de engenharia. As aeronaves foram empregadas para reconhecimento, transporte de feridos, isolados, materiais e equipes técnicas, além de evacuação aeromédica, totalizando 100 horas de voo.

Divulgação / Marinha do Brasil



No mês de março, as fortes chuvas ocorridas no **estado do Acre** causaram aumento súbito no nível do Rio Acre, atingindo os municípios ribeirinhos da Bacia do Rio Acre, causando inundação de bairros

e deixando elevado número de famílias desabrigadas, desalojadas e isoladas. Foram mobilizados 151 militares, 6 viaturas de 5 toneladas, 1 viatura L200, 3 embarcações de casco rígido, nos municípios de Rio Branco, Assis Brasil, Brasília, Epitaciolândia e Xapuri.

Em junho, em **Macapá/AP**, médicos pediatras das Forças Armadas atuaram na implantação de leitos e no tratamento da Síndrome Respiratória Aguda Grave, no Hospital Universitário da Universidade Federal do Amapá. Na unidade hospitalar, foram montados, em caráter emergencial, 20 leitos de enfermagem infantil para enfrentar o avanço da síndrome. Em maio, o Navio de Apoio Oceânico “Iguatemi” da Marinha do Brasil já havia transportado 32.695 metros cúbicos de oxigênio gasoso, além de equipamentos hospitalares, como vaporizador atmosférico e misturador de ar medicinal, para atender à emergência em saúde pública no Amapá.

Para apoio às operações de socorro à população da **região Sul** (estados do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e Paraná), atingida por fortes chuvas e por ciclones extratropicais, no período de setembro a dezembro, foram empregados cerca de 1.370 militares em atividades de busca e resgate de vítimas em 207 municípios, por 100 dias, realizando evacuação aeromédica, desobstrução e limpeza de vias, montagem de barracas, apoio médico, transporte de materiais, triagem, entrega de roupas e alimentos doados e instalação de sistemas de comunicação via internet. Ao todo, foram utilizadas 222 viaturas, 9 aeronaves, 20 embarcações, 20 ambulâncias, 4 Sistemas de Aeronaves Remotamente Pilotada e 4 blindados anfíbios. Foram realizados 2.806 atendimentos médico-odontológicos, distribuídas 22 mil telhas, 9 mil m³ de donativos e materiais diversos transportados (o equivalente a 393 caminhões baú médios), foram retirados 22 mil m³ de entulhos (equivalente a 1.847 caminhões caçamba) e instaladas 17 cisternas.

Em outubro, devido à estiagem severa que afetou diversos **municípios da Amazônia**, foi necessário o emprego conjunto das Forças Armadas para atendimento às comunidades atingidas pelas secas. Uma aeronave KC-390 Millennium, da Força Aérea Brasileira transportou 42 toneladas de alimentos da Base Aérea de Manaus para Tabatinga/AM, de onde foram distribuídos para cinco municípios do estado: Amaturá, Atalaia do Norte, Benjamin Constant, São Paulo de Olivença e Tonantins. Para seis comunidades de Alvarães/AM, foram distribuídas 3,5 toneladas de alimentos.

No mês de novembro, o **estado do Amapá** foi atingido por incêndios florestais que ultrapassaram a capacidade dos órgãos regionais, na Unidade de Conservação do Parque Nacional do Cabo Orange, da Floresta Estadual e na Reserva Biológica do Lago Piratuba. Foram designados 2 helicópteros que utilizaram o método de lançamento de água *Bambi Bucket*, empregando aproximadamente 128 horas de voo para a realização de diversas ações, como: transporte de 70 brigadistas do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade e do Corpo de Bombeiros do Amapá, transporte de carga externa, gêneros alimentícios e materiais diversos de combate a incêndios, cooperando diretamente para o estado de normalidade nas citadas Unidades de Conservação.

Adestramentos para Ações de Apoio à Defesa Civil – 1º Exercício Binacional Integração

O 1º Exercício Binacional Integração proporcionou um incremento da interoperabilidade e da atuação conjunta no socorro às vítimas de desastres naturais ou tecnológicos. Agências nacionais e estrangeiras foram representadas por cerca de 120 participantes,

entre civis e militares. Sob coordenação do Ministério da Defesa, com a concorrência da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil, ocorreu na cidade de Porto Alegre/RS, no período de 27 de novembro a 1º de dezembro, na modalidade de Exercício de Mesa (eventos simulados), no contexto do apoio das Forças Armadas às ações de Proteção e Defesa Civil e de Ajuda Humanitária Internacional. Constitui-se em uma evolução do Exercício Conjunto de Apoio à Defesa Civil uma vez que permitiu a integração com representantes da Direção Militar de Assistência em Emergências, do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas argentinas e da Junta Interamericana de Defesa, com o propósito de estabelecer protocolos de apoio mútuo, em caso de ocorrência de desastres de grandes proporções.

Operação Acolhida

As ações desenvolvidas pela Operação Acolhida e seus cerca de 121 parceiros (agências da ONU, órgãos governamentais e não governamentais, entre outros organismos), em cooperação com os Governos Federal, Estadual e Municipal, visam prestar assistência emergencial, oportuna e necessária ao acolhimento, em Roraima, de refugiados e migrantes provenientes da Venezuela em situação de vulnerabilidade. Essa importante atividade é coordenada pelo Comitê Federal de Assistência Emergencial (CFAE), criado pela Medida provisória nº 820/2018 (convertida na Lei nº 13.684/2018) e regido pelo Decreto nº 10.917/2021.

Em cumprimento às resoluções do CFAE, o MD atuou no apoio logístico às ações, trabalhando nos eixos Ordenamento da Fronteira, Acolhimento e Interiorização. Por meio do esforço conjunto das Forças Armadas, foi estabelecida a Força Tarefa Logística Humanitária

(FTLogHum), que emprega 536 militares (416 do EB, 79 da MB e 41 da FAB), distribuídos em três bases localizadas em Boa Vista/ RR, Pacaraima/RR e Manaus/AM. Suas especialidades abrangem as áreas de recursos humanos, administração financeira e contábil, engenharia, saúde, assistência social e telecomunicações, entre outras.

A FTLogHum opera oito abrigos, equipamentos de telecomunicações, dois Núcleos de Saúde Assistencial, 53 viaturas, instalações temporárias para alojamento e áreas de trabalho para os militares, servidores e funcionários de órgãos participantes.

Em 2023, foram executadas atividades nas seguintes áreas: proteção social, saúde, educação, formação e qualificação profissional, fornecimento de alimentos, garantia dos direitos humanos, em especial de grupos sociais vulneráveis, oferta de infraestrutura e saneamento, segurança pública e fortalecimento do controle de fronteiras, logística e distribuição de insumos e distribuição dos migrantes no território nacional. Foram interiorizados 28.270 venezuelanos para 1.016 municípios brasileiros, abrigados mensalmente cerca de sete mil venezuelanos com o fornecimento de quatro refeições diárias. No período também foram realizados, mensalmente, mais de 20.000 atendimentos médicos.

Operação Logística do Exame Nacional do Ensino Médio

A Operação Logística do Exame Nacional do Ensino Médio de 2023 ocorreu por meio de parceria entre Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira e o Ministério da Defesa. No ano de 2023, houve o apoio, em 21 cidades, na realização do referido exame.

Operação Pipa

Essa operação consiste em uma cooperação técnica e financeira entre os Ministérios da Integração e do Desenvolvimento Regional e da Defesa para a realização de ações complementares de apoio às atividades de distribuição emergencial de água potável, prioritariamente às populações rurais atingidas por estia-gem e seca na região do semiárido nordestino.

Suboficial Maritim/Força Aérea Brasileira



Fiscalização de abastecimento de caminhão-pipa.

Nesse contexto, o Exército Brasileiro atua como Órgão de Execução para planejamento e operacionalização das ações de apoio à distribuição de água potável, que compreende as seguintes etapas:

- levantamento de informações e reconhecimentos dos municípios atendidos;
- contratação de carros-pipa para a distribuição de água às comunidades;

- realização de controle e fiscalização de municípios sob responsabilidade do Comando do Exército;
- elaboração de relatórios gerenciais de acompanhamento da execução física da Operação Carro-Pipa; e
- prestação de contas dos recursos financeiros utilizados para consecução dos objetivos de que trata o referido acordo de cooperação.

Em 2023, na Operação Pipa, foram empregadas 24 Organizações Militares e 570 militares, beneficiando 1,3 milhões de pessoas em 379 municípios atendidos por 3.042 pipeiros.

Contribuição com a Construção da Infraestrutura Nacional

A atuação do Exército Brasileiro em obras de cooperação possui amparo no art. 17 da Lei Complementar nº 97, de 09 de junho de 1999, alterado pela Lei Complementar nº 117, de 02 de setembro de 2004.

Nesse contexto, além do Exército contribuir com o desenvolvimento nacional com obras de infraestrutura, essas atividades permitem ainda o adestramento da tropa de engenharia para ser empregada em outras ações de cooperação e apoio, quando necessárias.

No ano de 2023, em parceria com órgãos federais, estaduais e municipais, o Exército Brasileiro empregou a força de trabalho do seu Sistema de Engenharia na execução de 19 obras de infraestrutura e trabalhos emergenciais, dentre as quais destacam-se:

- Programa de Contratação, Restauração e Manutenção (CREMA) da BR 226/RN, trecho de 71,4 km, compreendido entre Florânia

(Entr. RN-087) e Campo Grande (Entr. BR-110(A)/RN-233) – Lote 2, com o objetivo de aumentar a trafegabilidade e o escoamento da produção, além de proporcionar maior segurança aos usuários e melhor qualidade de vida para a população local.

- Lançamento, Operação e Manutenção de Ponte Logistic Support Bridge (LSB) no Km 126 da BR-407/PE, no município de Petrolina/PE, em atendimento à demanda emergencial do DNIT, para manter a trafegabilidade naquela rodovia federal, tendo em vista a interdição da ponte existente.
- Implantação e Pavimentação da BR-367/MG, em parceria com o DNIT, entre as cidades de Salto da Divisa/MG e Almenara/MG, com 61,6 km de extensão, importante via de escoamento de turistas e do eucalipto cultivado em Minas Gerais para suprir as fábricas de celulose instaladas no estado baiano.
- Programa de Contratação, Restauração e Manutenção (CREMA) da BR-135/MA, subtrecho (Entr BR-402/MA-110 (Bacabeira) - Entr BR-222 (B) (Miranda do Norte), entre os Km 51,40 e 125,72, totalizando 74,32 km de extensão, em parceria com o DNIT. Essa rodovia permite o escoamento da produção agrícola da região e é o único meio de acesso terrestre à capital do estado do Maranhão.
- Conclusão da Perfuração e Instalação de 12 Poços Artesianos no estado do Rio Grande do Norte em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), para mitigar os efeitos da seca na região.
- Perfuração e Instalação de 14 Poços Artesianos no Estado do Rio Grande do Norte (Operação Seridó II), em parceria com o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR) e com recursos de emenda parlamentar individual, como continuidade da Operação Seridó I.

- Implantação das Vias Laterais na Travessia do Rio Jaru na BR-364/RO, em uma extensão total de 2,0 km na área urbana do município de Jarú/RO, em parceria com o DNIT, fazendo a ligação entre a pista principal da rodovia, importante via para escoamento de cargas e passageiros, para a cidade propriamente dita. Em 2023, foi concluído o trecho mais extenso, restando apenas 400 m.
- Conclusão da obra de Implantação e Pavimentação da BR-432/RR, entre Vila Central/RR e Cantá/RR, segmento entre os Km 167,7 e Km 180,4, numa extensão de 12,7 km, em parceria com o DNIT, com redução de aproximadamente 50 km na distância entre Manaus/AM e Boa Vista/RR. Com essa rodovia, Roraima passa a contar com mais opções de tráfego para outros estados, além da BR-174.
- Readequação do Aeródromo de Santa Rosa do Purus/AC em pavimento de concreto armado, com a finalidade de ampliar e reconstruir a pista de pouso, melhorando as condições do local que não conta com acesso terrestre. Além de atender a população local, a pista proporcionará uma melhor logística de suprimentos para a região.
- Pavimentação da BR-156/AP – Eixo Sul, Segmento do Km 183,18 ao Km 244,28, numa extensão total de 61,06 km, em parceria com o DNIT, rodovia que liga o Amapá à Guiana Francesa, constituindo-se na principal ligação Norte-Sul do Estado. Em 2023, foi concluída a pavimentação de 5,2 km do seu trecho.
- Ampliação e Restauração do Aeroporto de Dourados/MS, em parceria com a Secretaria de Aviação Civil (SAC). Em 2023 foi concluída a pavimentação da Pista de Pouso e Decolagem (PPD) do aeroporto de Dourados.
- Lançamento, Operação e Manutenção de Ponte Logistic Support Bridge (LSB) sobre o Rio Braço do Norte, no Campo de

Provas Brigadeiro Velloso da Base Aérea da Serra do Cachimbo, em Novo Progresso/PA. A ponte LSB foi mobilizada e lançada em dezembro de 2023.

- Lançamento, Operação e Manutenção de Ponte Logistic Support Bridge (LSB) sobre o Rio Perequê, que liga os municípios de Porto Belo/SC e Itapema/SC devido à interdição da ponte de concreto existente.
- Melhoria da Capacidade da BR-116/RS, incluindo a duplicação, no subtrecho Guaíba/RS-Pelotas, entre os Km 300,54 ao Km 351,34, numa extensão total de 50,8 km, sendo essa BR a principal ligação entre a região Metropolitana de Porto Alegre/RS e a região sul do estado.
- Execução das obras do remanescente da Barragem de Arvorezinha em Bagé/RS. A Barragem de Arvorezinha garantirá a segurança hídrica da cidade, que tem convivido com o racionamento no fornecimento de água nos últimos anos durante os períodos de seca.
- Duplicação e Restauração da Rodovia Estadual GO-213, entre os municípios de Morrinhos/GO e Caldas Novas/GO, numa extensão total de 48,36 km, via que é um importante corredor turístico da Região Centro-Oeste e eixo de escoamento da produção industrial de Morrinhos para a Região Sul e Sudeste. No final de 2023 foi iniciada a mobilização dos equipamentos e viaturas, bem como a instalação do canteiro de obras e a execução de serviços preliminares.
- Conclusão dos Serviços do Plano Anual de Trabalho e Orçamento (PATO) da BR-381/MG entre os Km 263,3 e Km 343,7, municípios de Coronel Fabriciano/MG e João Monlevade/MG, numa extensão de 80,4 km, rodovia que possuía tráfego intenso e tra-

gado sinuoso, combinação responsável pelo elevado número de acidentes e vítimas fatais registrados pela Confederação Nacional do Transporte (CNT) em levantamento realizado em 2018.

- Implantação da Ferrovia de Integração Oeste-Leste (FIOL), Lote 06, Trecho Santa Maria da Vitória/BA, com extensão total de 18,34 Km. A FIOL ligará a Ferrovia Norte-Sul, na cidade de Figueirópolis/TO, ao porto de Ilhéus/BA, passando pelas cidades de Santa Maria da Vitória/BA e Correntina/BA.
- Por fim, em 2023, ocorreu a conclusão da Manutenção (conservação/recuperação) da Rodovia BR-222/PI; trechos: Piripiri - Batalha e Esperantina - São João do Arraial, subtrechos Entr. PI-117(A) - São João do Arraial (Km82,6 - Km 179,9) e acesso a Piripiri/PI - Entr. PI-117 (Km 5,5), numa extensão total de 102,8 km, com adequação e conservação das condições da trafegabilidade, garantindo a logística de suprimentos, escoamento da produção da região e a segurança e mobilidade da população local.

Catálogo de Indenizações dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CISSFA)

Foi elaborado o novo Catálogo de Indenizações dos Serviços de Saúde das Forças Armadas (CISSFA), aprovado pela Portaria GM-MD nº 1.195, de 23 de fevereiro de 2023, tendo em vista a necessidade de atualização dos procedimentos e respectivas precificações realizados pelas Organizações Militares de Saúde (OMS).

O objetivo do Catálogo é definir a Unidade de Serviços Médicos (USM) como padrão para o cálculo das indenizações provenientes da prestação da assistência em Saúde aos beneficiários das OMS; padronizar rotinas para o cálculo das indenizações provenientes da

prestação da assistência em Saúde aos beneficiários das OM/OMS; e adequar as OM/OMS de meios padronizados para o cálculo das indenizações provenientes da prestação da assistência em Saúde a seus beneficiários.

O Programa 6013 — Oceanos, Zona Costeira e Antártica

Caracterização do Programa

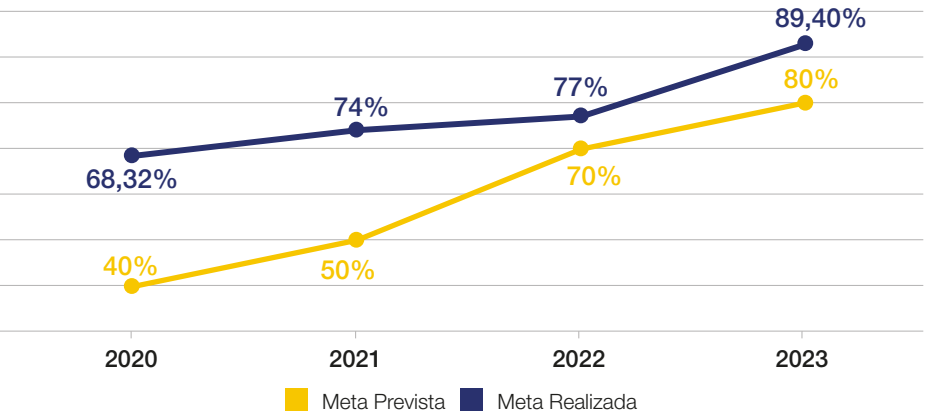
Objetivo	Meta	Indicador
Promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica.	Concluir 80% das ações previstas nos Planos Setoriais que compõem o Programa.	Índice de Realização das Ações Previstas nos Planos e Programas Setorial (IRPS) Apurado pela média aritmética do percentual de realização das ações do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI-Oceanos) e no Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC).

Resultados do Programa

O Programa 6013 é um Programa multissetorial, coordenado pelo Ministério da Defesa, por intermédio da Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM), do Comando da Marinha, e conta com a participação dos Ministérios do Meio Ambiente, da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, de Minas e Energia, das Relações Exteriores e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM).

Convém mencionar que os resultados do Programa serão apresentados neste relatório, de forma resumida e que informações mais detalhadas sobre as atividades realizadas pelos outros ministérios participantes do Programa deverão constar de seus respectivos relatórios de gestão. No exercício de 2023 o Programa superou a meta prevista, de 80%.

Evolução do Índice de realização das ações previstas



Fonte: SIOP.

O Índice de Realização das Ações previstas nos Planos e Programas Setoriais (IRPS) foi superado em 2023, apesar das dificuldades operacionais do Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC), informadas pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima.

No que se refere ao Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), merece destaque o lançamento do Sumário para Tomadores de Decisão, do Diagnóstico Brasileiro Marinho-Costeiro sobre Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos.

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), por sua vez, realizou a 2ª Etapa da Operação Antártica XLI (OPERANTAR XLI); o apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); o treinamento, capacitação e avaliação do Grupo-Base; o embarque de equipamentos e veículos para reparo no Brasil; o transporte de material empregado em acampamento de campo no continente para o Brasil; e três Voos de Apoio ao transporte de pessoal e material, a fim propiciar suporte logístico à EACF e às atividades de pesquisas na Antártica.

O Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), por sua vez, realizou a 2ª Etapa da Operação Antártica XLI (OPERANTAR XLI) e a 1ª Etapa da Operação Antártica XLII (OPERANTAR XLII); o apoio logístico à Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF); o treinamento, capacitação e avaliação do Grupo-Base; o embarque de equipamentos e veículos para reparo no Brasil e retorno para EACF; o transporte de material empregado em acampamento; e dez Voos de Apoio ao transporte de pessoal e material, a fim propiciar suporte logístico à EACF e às atividades de pesquisas na Antártica.

No âmbito do Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI-Oceanos), merece destaque o financiamento de projetos de

pesquisa, selecionados por meio de Chamadas Públicas, relacionadas aos Temas Prevenção e Mitigação de Incidentes com Tubarões e Invasões do Peixe Leão em Pernambuco.

No contexto do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC) foi celebrado o Termo de Cooperação entre Petrobras e Centro de Hidrografia da Marinha em apoio ao LEPLAC, para a execução do projeto “REMO Observacional”, que tem como principal objetivo a coleta de informações ambientais permitindo a consolidação do desenvolvimento nacional de uma boia para a coleta de dados oceanográficos e meteorológicos.

Evolução dos Resultados Intermediários do Programa 6013

No âmbito do programa Oceanos, Zona Costeira e Antártica, foram estabelecidos, para o Plano Plurianual 2023, dez resultados intermediários, relacionados aos Planos e Programas dos Ministérios participantes, conforme detalhado abaixo:

Título do Resultado Intermediário	Unidade de Medida	Regionalização	Linha de Base 2019	Metas(*)		
				Ano	Prevista	Realizada
0211 – Manter a presença brasileira e o apoio logístico às atividades (de pesquisa) desenvolvidas na Região Antártica	Percentual Taxa de presença de meios de apoio	Exterior	96%	2020	88%	88%
				2021	88%	100%
				2022	92%	100%
				2023	100%	100%
0212 – Ocupação permanente da Estação Científica do Arquipélago de São Pedro e São Paulo (AS-PSP)	Percentual Taxa anual de ocupação	Rio Grande do Norte	100%	2020	100%	98%
				2021	100%	100%
				2022	100%	100%
				2023	100%	100%
0214 – Ampliação do conhecimento científico sobre processos atmosféricos, climáticos, biológicos, criosféricos, geológicos, oceânicos e antárticos, que impactam os oceanos, clima e biodiversidade brasileiros	Unidade Número de projetos de pesquisa financiados	No Distrito Federal, Bahia, Minas Gerais, Pará, Pernambuco, Paraná, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe, Ceará, Maranhão e Exterior	69	2020	70	77
				2021	70	90
				2022	70	100
				2023	70	139
0215 – Conclusão e entrega de duas novas embarcações – Laboratórios de Ensino Flutuantes	Unidade Número de embarcações entregues	Regiões Nordeste, Norte, Sudeste e Sul	2	2020	4	4
				2021	Meta concluída em 2020	
				2022		
				2023		

PRINCIPAIS RESULTADOS

0216 – Publicação de novos títulos de material didático baseados na realidade nacional para distribuição entre os estudantes de graduação e pós-graduação da área de Ciências do Mar	Unidade Número de títulos publicados	Regiões Sul e Sudeste	3	2020	6	6
				2021	6	5
				2022	7	7
				2023	9	7
0217 – Atualização do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM/PNRM) (revisão compromissos)	Unidade Plano Setorial atualizado	Distrito Federal	0	2020	1	1
				2021	1	1
				2022	1	1
				2023	1	1
0218 – Manter os esforços técnicos e diplomáticos para homologar a ampliação da área da plataforma continental estendida do Brasil	Percentual Taxa de demandas atendidas	Nacional	0%	2020	100%	100%
				2021	100%	100%
				2022	100%	100%
				2023	100%	100%
0219 – Conclusão de estudos sobre a potencialidade de recursos minerais marinhos dos projetos (Fosforita, Granulados marinhos (GRANMAR) e Diamantes)	Unidade Número de estudos concluídos	Regiões Nordeste e Sul	0	2020	3	1
				2021	3	3
				2022	3	3
				2023	3	3
0220 – Docentes de Ensino Fundamental e Médio e outros multiplicadores capacitados em temas da Cultura Oceânica	Unidade Número de docentes capacitados	Unidade Número de docentes capacitados	0	2020	90	120
				2021	300	4.159
				2022	300	500
				2023	300	355

Fonte: SECIRM/Comando da Marinha. (*) Metas não cumulativas

Considerações sobre as Metas Intermediárias do Programa 6013 em 2023

Constata-se que desde o início de vigência do Plano, as metas alcançadas pelo Programa apresentaram resultados superiores aos referenciais estabelecidos anualmente, à exceção do ano de 2023, quando apenas o resultado intermediário que prevê a publicação de novos

títulos de material didático para distribuição aos estudantes de graduação e pós-graduação em Ciências do Mar, não atingiu a meta prevista, devido a dificuldades enfrentadas por alunos e professores voluntários que contribuem com o Programa.

Em resumo, os resultados intermediários apresentaram resultados significativos no período, tendo em vista que das dez metas propostas, sete foram cumpridas, uma ainda no exercício de 2020; duas superaram o planejado e apenas uma ficou abaixo do esperado.

Balanço Final do Programa 6013 no PPA 2020 – 2023 — Síntese

Ao longo do período de vigência do Plano Plurianual, cabe destacar, no âmbito do Plano Setorial para os Recursos do Mar (PSRM), a condução ininterrupta das atividades nas Estações Científicas nas Ilhas Oceânicas mantidas com taxa de ocupação de 100% em todos os anos; a manutenção e a instalação de equipamentos e sistemas de coleta e disponibilização de dados oceanográficos e meteorológicos, pertencentes ao Sistema Brasileiro de Observação dos Oceanos e Estudos do Clima (GOOS-Brasil); a realização de expedições científicas conduzidas; e a criação da carteira de projetos de pesquisa de minerais estratégicos com ocorrência na Plataforma Continental Jurídica Brasileira.

No que concerne ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), no período de 2020 a 2023 foram concluídas quatro Operações Antárticas (OPERANTAR). Termos de cooperação do PROANTAR com instituições para investimento em atividades de apoio a pesquisa, bem como emendas parlamentares recebidas, colaboraram para que as necessidades de execução da OPERANTAR fossem supri-

das ao longo de 2020 – 2023, a despeito das dificuldades ocasionadas pela Pandemia de COVID-19.

No que diz respeito ao Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação (PACTI-Oceanos), o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) financiou projetos de pesquisa selecionados por meio de Chamadas Públicas relacionadas a temas como arquipélago e Ilhas Oceânicas; enfrentamento de derramamento de óleo na Costa Brasileira; Combate à poluição no mar e ambientes marinhos causada pelo plástico e seus subprodutos; dentre outros.

Na área de Ciência Antártica e Polar, o Programa Ciência Antártica do MCTI, por meio de chamadas públicas, financiou projetos de Pesquisa e desenvolvimento no âmbito do Programa Antártico Brasileiro e suas conexões com o Ártico, além de financiar diretamente equipamentos para a ala de laboratórios da Estação Antártica Comandante Ferraz.

No âmbito do Plano de Levantamento da Plataforma Continental Brasileira (LEPLAC), tiveram prosseguimento, ao longo de 2020 a 2023, as análises da Margem Equatorial do Brasil junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, com perspectiva de término da análise até 2025.

Em 2022, foram retomadas as análises pela Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da Organização das Nações (ONU), paralisadas desde 2020, devido à pandemia do COVID-19, a fim de que todas as demandas geradas pela referida Comissão fossem plenamente atendidas.

Em suma, o Programa Oceano, Zona Costeira e Antártica apresentou resultados relevantes em todos os Planos Setoriais que o compõem, cumprindo, desta forma o objetivo de promover o conhecimento científico e tecnológico, a conservação da biodiversidade, o

uso sustentável dos recursos naturais, a gestão efetiva dos espaços costeiro e marinho e os interesses do país nos oceanos e Antártica, estabelecido para o Plano Plurianual 2020 – 2023.

| Pesquisa na Antártica

Relevância do Proantar – Ação da Presença Brasileira no Continente Austral

O Brasil é o sétimo país mais próximo do continente antártico e, por sua relativa proximidade, sofre a influência direta dos fenômenos naturais que lá ocorrem. Estes, por sua vez, podem afetar nosso clima e as condições meteoceanográficas e biológicas do Atlântico Sul, culminando por impactar nossa economia e a segurança da população. Tais aspectos, por si só, justificam a necessidade de aprofundar o conhecimento sobre a região antártica. Em aditamento, cabe destacar que o continente antártico é 1,6 vez maior do que o Brasil e possui elevado potencial de riquezas minerais ainda não exploradas, principalmente por força do compromisso assumido pelos países aderentes ao Tratado da Antártica de não uso da região para fins econômicos. Em termos geográficos, sua margem continental defronta duas importantes rotas de navegação para o comércio marítimo internacional – a do Cabo e a do estreito de Drake, além de ser banhada pelas águas dos três oceanos, Pacífico, Atlântico e Índico. Além disso, o continente detém as maiores reservas de água doce (70%) do Planeta.

Reconhecendo a relevância e a amplitude da influência antártica para o desenvolvimento nacional, o Brasil aderiu ao Tratado da Antártica em 1975. Negociado em plena Guerra Fria, por doze países, este acordo singular, que rege um continente inteiro e suas águas cir-

cundantes, denominadas de oceano Austral, sem população permanente, estabeleceu, em 1959, um quadro jurídico para a governança antártica e abriu um novo capítulo de cooperação multinacional naquela região. O tratado abrange a área ao Sul do paralelo 60°S e é notavelmente curto: contém apenas quatorze artigos e um protocolo ao tratado sobre a proteção ao meio ambiente (protocolo de Madri) com cinco anexos que estabelece a importância das pesquisas científicas e da preservação daquele continente para toda a humanidade, devendo prevalecer a liberdade científica, a cooperação e a pacificidade.

O tratado em questão conta atualmente com 55 países aderentes, sendo 29 deles membros consultivos do Sistema do Tratado Antártico (STA) e possuidores de estações de pesquisa no continente, incluído o Brasil, que atendem aos critérios de engajamento científico, necessários para garantir o direito à voz e voto nas decisões sobre o futuro do continente branco e suas águas circundantes.

Pesquisas Científicas na Antártica

A adesão brasileira ao Tratado da Antártica possibilitou à comunidade científica nacional a oportunidade de participar em atividades que, junto à pesquisa do espaço e do fundo oceânico, constituem as últimas grandes fronteiras da ciência internacional.

Ademais, a Política Nacional de Defesa incluiu a região antártica como área de interesse, dentro do conceito de “entorno estratégico”, incrementando, assim, o apoio necessário à participação brasileira nos processos de decisão sobre o destino da região antártica, além de defender a exploração daquele continente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade.

Nos dias atuais, a ciência antártica torna-se cada vez mais importante, especialmente ao tentar responder as principais questões relacionadas às mudanças climáticas. Os processos atmosféricos, biológicos, criosféricos, ambientais e oceânicos, que ocorrem naquela região, afetam diretamente o território brasileiro. O monitoramento das condições ambientais de regiões remotas como essa é essencial para o entendimento de variações climáticas e suas relações com o clima global. O avanço de massas de ar e de correntes marinhas interfere no regime das chuvas, inclusive no Brasil. Por isso, compreender a Antártica e o Oceano Austral nos ensina sobre o passado e nos ajuda a prever nosso clima e meio ambiente futuros, tanto em escala doméstica quanto global. As pesquisas são uma parte importante do trabalho realizado. A atuação envolve, entre outras ações, o estudo de microrganismos que vivem em ambiente extremo e tem potencial de produzir substâncias que contribuem para a cura de doenças graves, como o câncer. São realizados estudos com aves da região; e coletas de algas, fungos e gelo; além do lançamento de balões meteorológicos.

Somado a isso, a Antártica tem possibilitado o desenvolvimento de pesticidas e herbicidas menos tóxicos, a formulação de medicamentos veterinários mais eficientes, a criação de plantas geneticamente modificadas mais resistentes ao frio e à escassez de água e nutrientes, o estudo das alterações no comportamento humano em ambientes extremos, o desenvolvimento tecnológico e diversos outros conhecimentos com aplicação efetiva em ramos tão distintos como na indústria, na medicina e no agronegócio. Os estudos de oceanografia permitem compreender a dinâmica da corrente circumpolar antártica, que se encarrega de nutrir o oceano, por meio das quatro correntes frias que dela derivam e costeiam a América do Sul, a África e a Austrália, propiciando a vida no mar.

A coleta e a aquisição de dados, além do processamento de amostras, acontecem na Estação Antártica Comandante Ferraz, nos refúgios localizados na Península Antártica, em vários acampamentos montados em áreas de difícil acesso e em navios utilizados no projeto.

Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF)

A Estação Antártica Comandante Ferraz dispõe de amplas instalações que aliam tecnologia e sustentabilidade, com dezessete laboratórios equipados no estado da arte, sistemas automatizados que garantem maior segurança, conforto e melhores condições de trabalho. A realização das Operações Antárticas (OPERANTAR) anuais, utilizando os navios e helicópteros da Marinha do Brasil, e aeronaves da Força Aérea Brasileira, asseguram o apoio logístico necessário à presença permanente do Brasil na Antártica, que será comentada adiante nas Principais Operações e Ações Realizadas.



Divulgação / Marinha do Brasil

Instalações da Estação Antártica Comandante Ferraz.

O Brasil mantém a estação antártica para apoio às pesquisas desde 1982. A Nova Estação, reinaugurada em 2020, proporciona as condições adequadas de habitabilidade e segurança, com capacidade para 64 pessoas, permitindo a sua utilização ao longo do ano e o desenvolvimento das pesquisas antárticas. As edificações ocupam uma área de 4.500 m², possuindo, além dos alojamentos (32 unidades) e dos laboratórios (14 no interior da Estação e mais 3 na área externa), um setor de saúde, uma biblioteca e uma sala de estar. A MB mantém 17 marinheiros e fuzileiros navais permanentemente na EACF responsáveis pela manutenção e apoio às pesquisas.

Principais Resultados Em 2023

- Condução da 2ª Fase da OPERANTAR XLI, durante o primeiro semestre, na qual foram realizadas atividades logísticas de abastecimento da EACF com gêneros, materiais e óleos combustíveis, por intermédio dos navios antárticos e três voos, permitindo assim a prontificação da Estação para o início do período de inverno;
- Durante o período de inverno na EACF, foram realizados quatro voos de apoio logístico, pelos quais foram fornecidos medicamentos, gêneros, sobressalentes, e itens pessoais ao Grupo-Base, bem como realizadas as manutenções preventivas e corretivas nos diversos equipamentos da Estação, fazendo uso dos sobressalentes e consumíveis recebidos durante o verão, finalizando a OPERANTAR XLI; e
- Condução da 1ª Fase da OPERANTAR XLII, a partir de outubro de 2023, com o abastecimento de combustível, equipamentos, gêneros, sobressalentes e consumíveis à EACF, por meio dos navios antárticos e a realização de três voos de Apoio Logístico à

EACF, pelos quais foi feito o traslado de pessoal e material para a Antártica. A OPERANTAR XLII contempla 23 projetos de pesquisa científica, contratados pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) e pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), com atividades de campo realizadas a bordo dos navios antárticos, em acampamentos na região da Península Antártica e também na EACF.

Outros Resultados Relevantes

São resultados relevantes, mas não estão diretamente relacionados aos eixos dos programas do PPA 2020-2023.

Hospital das Forças Armadas (HFA)

Conforme o [Decreto 8.422, de 2015](#), compete ao HFA:

- I. prestar assistência médico-hospitalar, sob a forma ambulatorial ou hospitalar:
 - a) aos militares da ativa, da reserva e reformados, aos servidores da administração central do MD e aos servidores e empregados públicos do próprio HFA e da ESG e a seus dependentes e pensionistas;
 - b) aos usuários dos Fundos de Saúde das Forças Armadas; e
 - c) a outras instituições autorizadas por convênios, contratos ou outros instrumentos legais;
- II. cooperar com as autoridades civis e militares no que disser respeito à saúde pública;
- III. realizar atividades de pesquisa médica;
- IV. executar programas de ensino médico e de enfermagem, e programa de intercâmbio científico com associações médicas e entidades afins, no Brasil ou no exterior; e

- V. realizar atos de gestão orçamentária e financeira das dotações sob sua responsabilidade.
- VI. firmar convênios, contratos e outros instrumentos legais para o integral cumprimento de suas competências

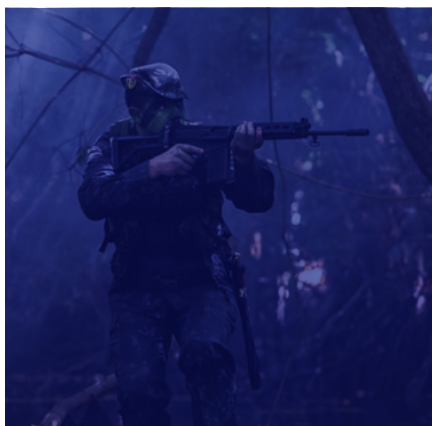
Principais resultados de 2023

- Atendimentos realizados: 304.526 (trezentos e quatro mil, quinhentos e vinte e seis);
- Cirurgias realizadas: 3.076, sendo: 1.203 de pequeno porte; 1.523 de médio porte; e 350 de grande porte;
- Capacitação de 1065 pessoas do HFA, sendo 267 servidores civis, 694 militares e 104 médicos residentes. Além desses, acrescenta-se 210 militares integrantes de outras organizações militares e 558 integrantes da comunidade; e
- Capacitação de 8 médicos militares, por meio do Programa de Instrução em Serviço (PIS/HFA).



3 Nossos Recursos

DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE
DEFESA
FESADE
SADEFE



Introdução

Este Capítulo apresenta uma visão geral dos recursos disponíveis e utilizados no exercício, passando pelos seguintes tópicos:

a) Gestão Orçamentária e Financeira

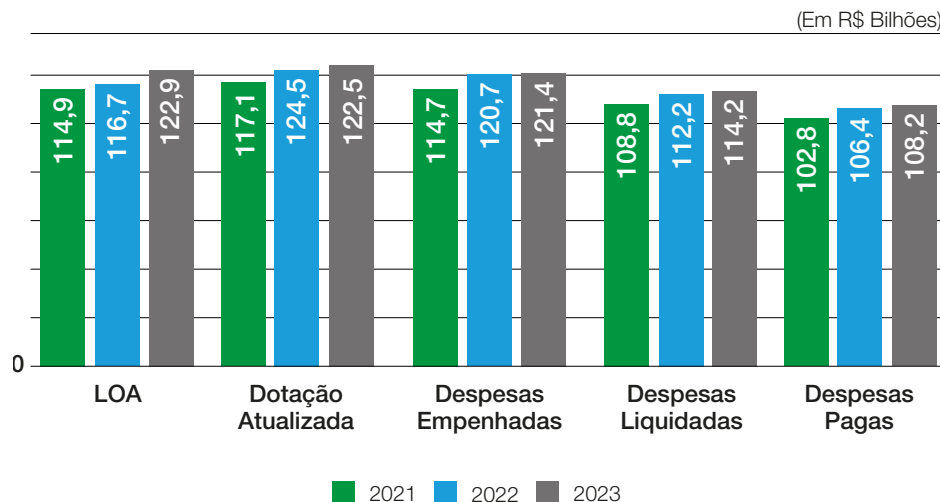
- Execução Orçamentária do Triênio 2021 – 2023
- Comparativo entre Despesas Obrigatórias e Discricionárias
- Comparativo entre GND – Despesas Discricionárias
- Execução das Despesas agrupadas por tipo de Despesa
- Execução das Despesas agrupadas por Função de Governo
- Formação do Orçamento do MD, incluindo os Comandos, em 2023
- Comparativo das despesas pagas por finalidade (GND e Natureza da Despesa)
- Despesas Pagas em 2023 por Finalidade – Discricionárias RP 2
- Desempenho Orçamentário 2023 – Despesas discricionárias – RP 2
- Execução dos créditos Extraordinários no Triênio 2021-2023
- Execução Financeira e Restos a Pagar – Visão Geral
- Principais Realizações em 2023

- b) Gestão de bens imóveis
- c) Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas
 - Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas
 - Evidenciação da situação e do desempenho patrimonial no exercício
 - Declaração do Contador
 - Abreviações e siglas
- d) Pessoal — Visão Geral
 - Visão geral do quadro de pessoal
 - Pessoal das Forças Armadas
 - Força de trabalho do MD, com todos os órgãos que o integram, exceto as Forças Armadas
 - Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA)

Gestão Orçamentária e Financeira

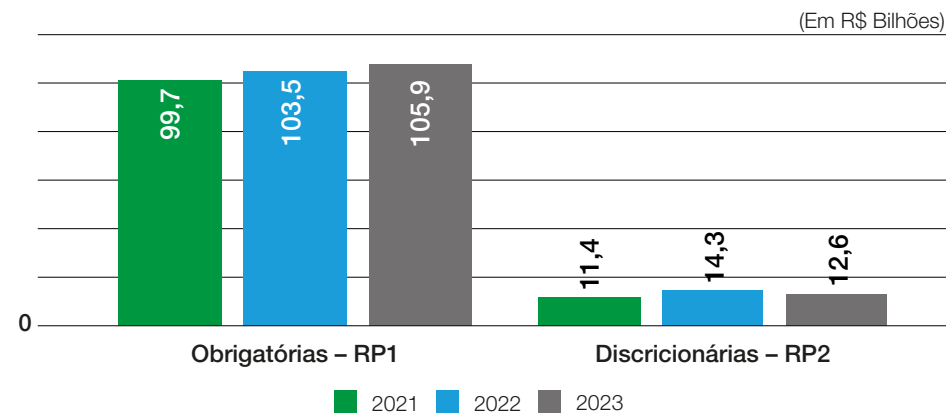
Execução orçamentária do triênio 2021 – 2023

Este primeiro gráfico aborda uma visão geral da execução orçamentária do Ministério da Defesa (MD) no triênio 2021 – 2023 e engloba todas as unidades do Órgão Superior 52.000 – Ministério da Defesa, incluindo os Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica.



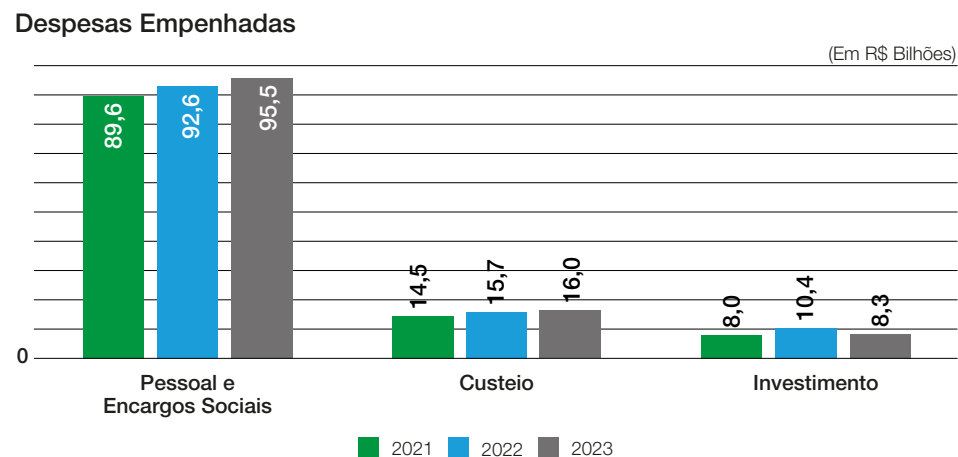
Comparativo entre despesas obrigatórias e discricionárias

No gráfico a seguir, verifica-se o crescimento das despesas obrigatórias em 6,2%, no período entre 2021 e 2023, onde se enquadram as despesas com pessoal e benefícios. Essa variação é resultado da Lei nº 13.954/2019, que reestruturou a carreira dos militares. Com relação às despesas discricionárias, houve redução no ano de 2023 comparado ao exercício anterior, no valor de 12%.



Comparativo entre grupos de natureza de despesa (GND) — Despesas discricionárias

Em função do cenário fiscal restritivo do País nos últimos anos, o orçamento destinado aos investimentos em projetos estratégicos do MD sofreu uma estagnação. Apesar do acréscimo percebido em 2022 com relação ao exercício anterior, em 2023 o nível de investimento retornou ao patamar do ano de 2021. Já os recursos para o custeio das Forças, em que pese um incremento observado no último triênio, estão no patamar mínimo para manutenção das cerca de 1.300 Organizações Militares no país.



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento — SIOP — 17/Jan/2024 — Apenas despesas classificadas com GND 1, 3, 4 e 5.

| Execução das despesas agrupadas por tipo de despesa

TIPO DE DESPESA	2021			2022			2023			Variação Empenho	
	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS (b)	DESPESAS PAGAS (c)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EMPENHADAS (e)	DESPESAS PAGAS (f)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (g)	DESPESAS EMPENHADAS (h)	DESPESAS PAGAS (i)	2021/2020 (j) = (e/b)	2022/2021 (k) = (h/e)
OBRIGATORIAS (RP 1)	99.830,4	99.698,6	92.120,9	103.869,6	103.536,0	95.468,3	106.276,5	105.940,2	97.981,5	4%	2%
Pessoal e Encargos Sociais	89.528,2	89.369,7	84.018,2	92.973,1	92.623,7	87.157,9	95.526,7	95.212,7	89.562,4	4%	3%
Custeio	9.388,8	9.392,0	7.484,3	9.960,5	9.964,0	7.878,7	9.829,2	9.811,1	8.070,4	6%	-2%
Investimento	913,4	936,9	618,4	936,0	948,3	431,7	920,6	916,4	348,7	1%	-3%
DISCRICIONÁRIAS (RP 2)	11.126,9	11.391,4	7.700,6	13.980,5	14.304,2	8.685,1	12.729,7	12.647,9	8.066,7	26%	-12%
Custeio	5.075,9	5.118,6	3.039,9	5.646,0	5.677,9	3.489,8	6.223,3	6.171,4	3.777,0	11%	9%
Investimento	6.051,0	6.272,8	4.660,7	8.334,5	8.626,3	5.195,3	6.506,4	6.476,5	4.289,7	38%	-25%
EMENDAS (RP 6, 7, 8 e 9)	644,4	644,4	78,6	592,0	580,4	57,9	723,0	722,6	116,2	-10%	25%
Custeio	25,1	25,1	5,8	34,2	32,1	13,3	43,9	43,9	20,3	28%	37%
Investimento	619,3	619,3	72,8	557,8	548,3	44,6	679,1	678,7	95,9	-11%	24%
FINANCEIRAS (RP 0)	5.456,6	2.993,4	2.876,9	4.082,0	2.316,5	2.184,2	4.802,3	2.051,0	1.988,8	-23%	-11%
Pessoal e Encargos Sociais	307,9	277,0	277,0	261,2	257,5	257,5	263,4	254,8	254,8	-7%	-1%

Custeio							20,7	20,7	20,1	0%	0%
Investimento	254,5	219,4	105,7	299,5	242,4	130,5	247,0	199,0	142,5	10%	-18%
Dívida	3.576,3	2.497,0	2.494,2	3.209,2	1.816,6	1.796,2	3.095,0	1.576,5	1.571,4	-27%	-13%
Reserva de Contin- gência	1.317,9	0,0	0,0	312,1	0,0		1.176,2	0,0	0,0	0%	0%
TOTAL MD	117.058,3	114.727,8	102.777,0	122.524,1	120.737,1	106.395,5	124.531,5	121.361,7	108.153,2	5%	1%

Base — Taerencial — 13/01/2023.

A tabela demonstra o comportamento do orçamento do Ministério da Defesa nos três últimos exercícios, detalhado pelo tipo de despesa, uma classificação baseada no identificador de Resultado Primário e no Grupo Natureza de Despesa. De forma geral, o orçamento executado vem apresentando uma pequena variação positiva. A variação observada nas despesas obrigatórias, como já abordada, decorre da reestruturação da carreira dos militares. Nas despesas discricionárias, verifica-se em 2023, em relação ao exercício anterior, um acréscimo de 9% nas despesas de custeio e uma redução de 25% nas despesas de investimento. Por fim, a variação positiva registrada na comparação 2023/2022 das emendas parlamentares, se deve basicamente ao crescimento dessas dotações no momento da apreciação da PLOA no Congresso Nacional e de créditos adicionais recebidos no decorrer do próprio exercício.

| Execução das despesas agrupadas por função de governo

FUNÇÃO GOVERNO	2021				
	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DEFESA NACIONAL	81.019,3	84.449,8	84.561,0	78.593,6	74.746,8
PREVIDÊNCIA SOCIAL	25.734,2	27.087,8	27.060,8	27.060,8	24.958,8
ENCARGOS ESPECIAIS	4.175,6	4.202,8	3.105,7	3.102,9	3.070,4
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	5.198,6	1.317,9	0,0	0,0	0,0
TOTAL MD	116.127,7	117.058,3	114.727,5	108.757,3	102.776,0

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP.

R\$ milhões

FUNÇÃO GOVERNO	2022				
	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DEFESA NACIONAL	85.767,1	90.118,3	90.141,6	81.671,0	78.015,4
PREVIDÊNCIA SOCIAL	27.485,1	28.254,9	28.157,3	28.157,3	25.996,4
ENCARGOS ESPECIAIS	3.813,6	3.838,8	2.438,2	2.417,6	2.383,8
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	262,0	312,1	0,0	0,0	0,0
TOTAL MD	117.327,8	122.524,1	120.737,1	112.245,9	106.395,6

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP.

R\$ milhões

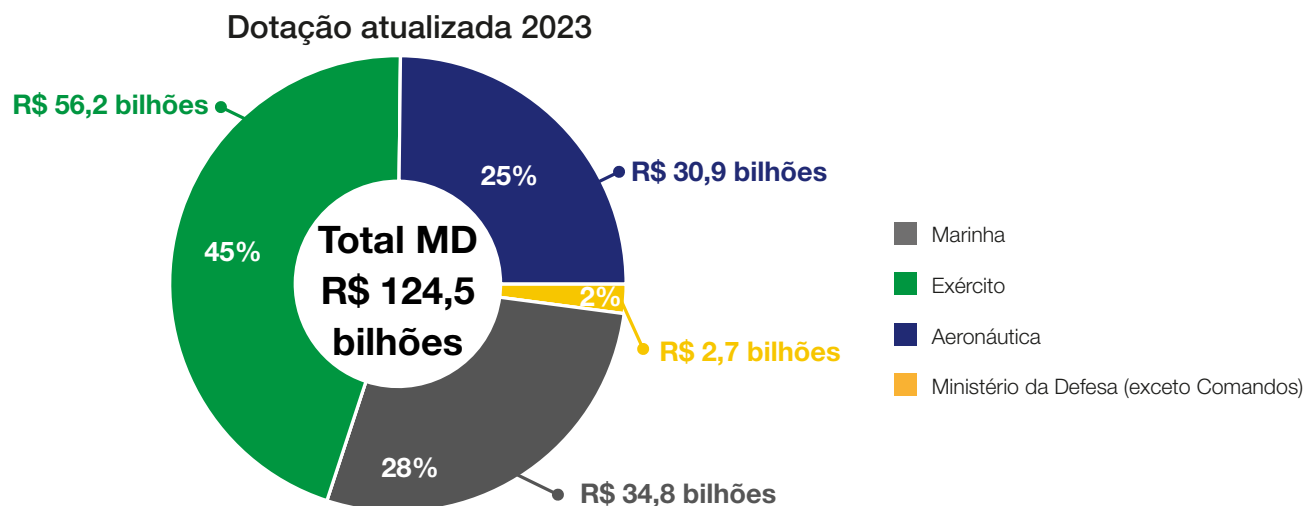
FUNÇÃO GOVERNO	2023				
	PLOA	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS
DEFESA NACIONAL	87.920,6	90.335,9	89.926,0	82.791,1	78.988,6
PREVIDÊNCIA SOCIAL	28.416,5	29.264,8	29.211,8	29.211,8	26.980,6
ENCARGOS ESPECIAIS	3.719,5	3.754,8	2.223,9	2.217,1	2.183,9
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	1.215,9	1.176,2	0,0	0,0	0,0
TOTAL MD	121.272,5	124.531,7	121.361,7	114.220,0	108.153,1

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento – SIOP.

No detalhamento da execução orçamentária por função, são evidenciadas as áreas de atuação do setor público em que os recursos das Unidades do MD foram alocados e executados. Destaque para a Defesa Nacional, competência institucional do MD, na qual a maioria do gasto constantemente fica concentrada. Observa-se uma estagnação das despesas da função “Defesa Nacional” no biênio 2022 – 2023, apesar do efeito da Lei nº 13.954/2019 que reestruturou a carreira militar, pois demandas por créditos suplementares para atender a recomposição de recursos, necessários para a continuidade dos projetos estratégicos e a manutenção das atividades das Forças Armadas não foram atendidas.

| Formação do orçamento por Comando e MD, em 2023

O gráfico ao lado apresenta a participação de cada Comando e do restante do MD — exceto Comandos (com todas as unidades orçamentárias que o integram) no orçamento final autorizado para o Órgão 52.000 — Ministério da Defesa. A concentração verificada no Exército Brasileiro se deve ao fato dessa Força ser a maior em termos de contingente e com presença muito abrangente, distribuída em grande parte do território nacional.



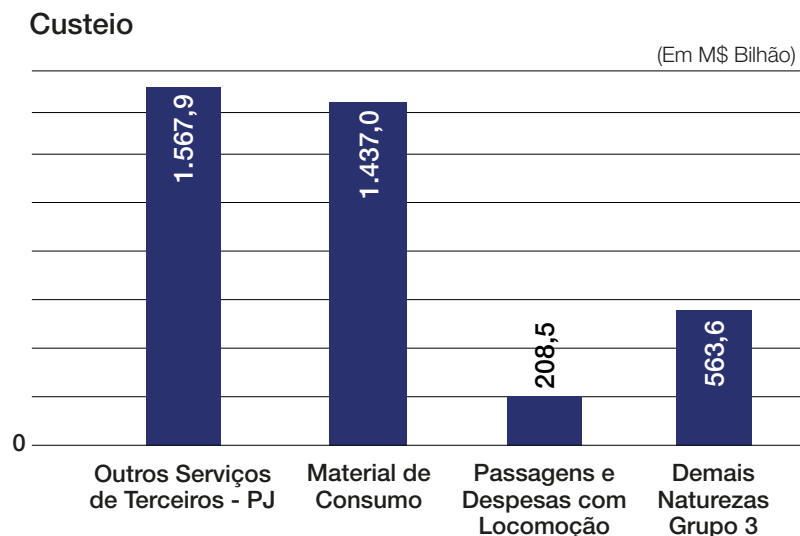
| Comparativo das despesas pagas por finalidade (GND e Natureza da Despesa)

R\$ milhões

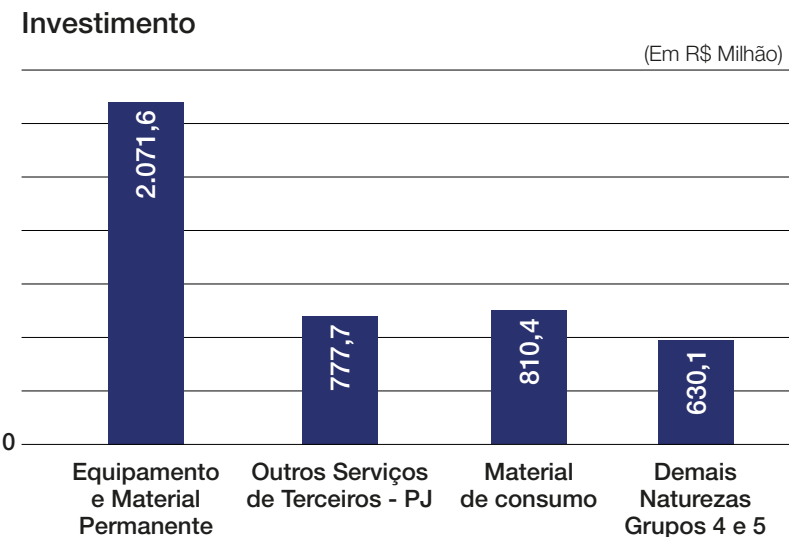
GND/NATUREZA DE DESPESA*	2021	2022	2023
Pessoal e Encargos Sociais	84.295,20	87.415,40	89.817,10
Vencimentos e Vantagens Fixas (Militares e Cíveis)	30.149,60	30.763,20	31.172,50
Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	28.245,50	29.570,20	30.932,90
Obrigações Patronais	392,40	389,60	404,30
Pensões	25.507,70	26.692,40	27.307,40
Custeio	10.530,10	11.381,80	11.887,80
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	3.949,20	4.317,10	4.226,10
Material de Consumo	2.685,80	3.067,90	3.448,70
Passagens e Despesas com Locomoção	127,00	226,50	275,50
Demais Naturezas GND 3	3.768,10	3.770,30	3.937,50
Capital	5.457,60	5.802,10	4.876,80
Equipamentos e Material Permanente	2.694,70	3.439,60	2.319,40
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	1.253,60	1.185,20	846,40
Material de Consumo	901,40	421,10	824,10
Demais Naturezas GND 4 e 5	607,90	756,20	886,90
TOTAL MD	100.282,90	104.599,30	106.581,70

Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP

Despesas pagas em 2023 por finalidade — Discricionárias RP 2

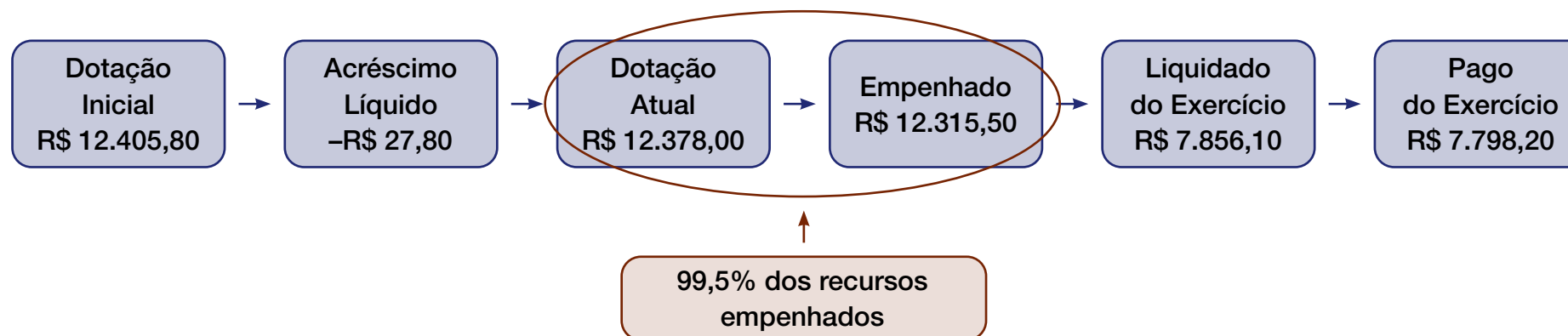


Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento — SIOP.



Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento — SIOP.

Desempenho Orçamentário 2023 — Despesas Discricionárias — RP 2



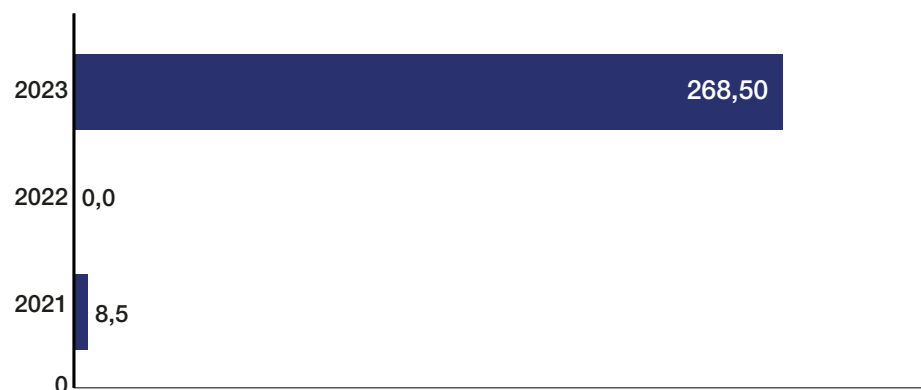
Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento — SIOP — 17/01/2024 — Exceto Créditos Extraordinários.

A dotação inicial estabelecida na LOA 2023 para o MD atender as despesas discricionárias foi em torno R\$ 12,4 bilhões. Esse patamar foi mantido até o final do exercício, apesar de cancelamentos de dotações, tendo em vista algumas suplementações de recursos incorporadas ao orçamento da Pasta. Com relação à execução desse orçamento, praticamente toda dotação autorizada foi empenhada, com 99,5% dos recursos disponíveis utilizados.

Execução dos Créditos Extraordinários no Triênio 2021 – 2023

Despesas pagas

(Em R\$ Milhões)



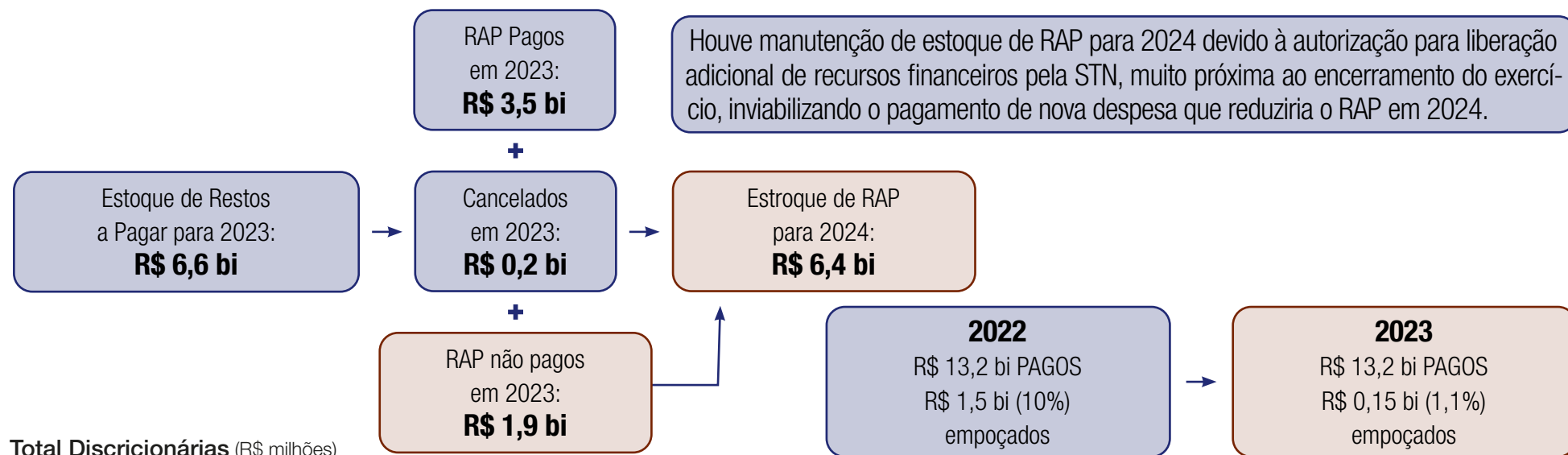
Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP – 17/01/2024

No exercício de 2021, o Ministério da Defesa recebeu crédito extraordinário para atender decisão do Supremo Tribunal Federal (STF). Na decisão foi determinado que o MD atuasse em apoio à Polícia Federal na execução do “Plano Operacional 7 TI’s – ADPF 709/2020”, cujo objetivo era o isolamento de invasores em 07 terras

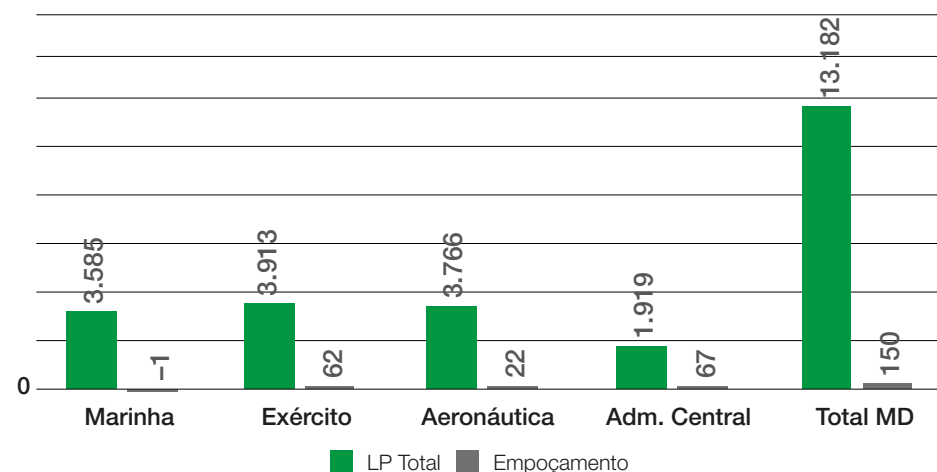
indígenas. No ano de 2022, o MD não recebeu créditos extraordinários. Já em 2023, foram publicados dois créditos extraordinários para custear a atuação das Forças Armadas no apoio em medidas emergenciais e interministeriais em comunidades indígenas, especialmente na Terra Indígena Yanomami, conforme as Medidas Provisórias nº 1.168 e nº 1.183, totalizando R\$ 275,7 milhões. Também foi publicado crédito extraordinário para viabilizar a atuação das Forças Armadas em apoio às demandas relacionadas à Defesa e Proteção Civil na região sul do país, decorrentes de desastres causados por severos eventos climáticos, conforme Medida Provisória nº 1.188, no valor de R\$ 26,4 milhões. Por último, foi autorizado crédito extraordinário para o Comando da Aeronáutica realizar a repatriação de brasileiros que se encontravam no exterior, na área de conflito armado no Oriente Médio, entre Israel e Hamas na Faixa de Gaza, conforme Medida Provisória nº 1.196, de 20/11/2023, no montante de R\$ 50,0 milhões.

Execução Financeira e Restos a Pagar (RAP) – Visão Geral

Resumo da execução financeira em 2023 de todas as unidades do MD — Despesas Discricionárias.



Total Discricionárias (R\$ milhões)



- Quase que a totalidade dos Limites de Pagamentos (LP) disponibilizados ao MD em 2023 para as Despesas Discricionárias foram utilizados (98,9%).
- O desempenho não foi ainda melhor por conta da autorização tardia para liberação de LP adicional ao MD (em data muito próxima ao final do exercício), sem tempo hábil para se fazer uso dos recursos financeiros, a fim de reduzir os estoques de RAP para 2024.

* Conforme o Decreto nº 11.415/2023, considera-se empoçamento de limites financeiros a diferença entre o valor do cronograma ou limite de pagamento autorizado e os pagamentos efetuados.

| Principais Realizações em 2023

Em especial, quanto ao orçamento, por meio de gestões e constantes tratativas junto à equipe econômica do governo federal, foi possível manter o patamar inicial do orçamento discricionário do MD no ano de 2023. Praticamente a totalidade das despesas discricionárias (99,5%) foram empenhadas em 2023. Parte desse êxito deve-se aos trabalhos da Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira (CTGOF-MD), envolvendo integrantes da Administração Central do MD e dos Comandos Militares. Criada pela Portaria GM-MD nº 3.077, de 23 de julho de 2021, essa comissão permanente tem por objetivo assessorar o Secretário-Geral do MD nos assuntos relacionados às áreas de orçamento, finanças e contabilidade do Ministério da Defesa, sobretudo no levantamento de necessidades orçamentárias e financeiras da administração central do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares.

Mais informações e dados sobre o histórico da execução orçamentária das unidades do Ministério da Defesa estão disponíveis na seção “Transparência e Prestação de Contas” no sítio do MD na internet, no endereço: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

Gestão de Bens Imóveis

Inicialmente cabe esclarecer que a gestão de bens imóveis é feita de forma individualizada por cada Força e pelo MD.

Em decorrência da auditoria financeira desenvolvida pelo Tribunal de Contas da União (TCU), no âmbito do processo TC 018.960/2022-7, foi exarado o Acórdão Nº 1760/2023 – TCU – Plenário contendo deliberações relacionadas a gestão dos bens imóveis sob a jurisdição dos Comandos Militares. Além disso, o Presidente do TCU comunicou ao Ministro de Estado da Defesa eventuais deficiências de controle interno identificadas no âmbito da Auditoria Financeira integrada com Conformidade nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa, relativas ao exercício de 2022.

Em resposta ao TCU, o Ministro da Defesa assumiu o compromisso de constituir Grupo de Trabalho com a finalidade de avaliar impactos e riscos decorrentes das conclusões da supracitada auditoria financeira e elaborar plano de ação para ser apresentado à Corte de Contas visando aperfeiçoar os processos referentes à gestão dos bens imóveis sob a responsabilidade das Forças Armadas, com reflexos nas demonstrações contábeis consolidadas do MD.

O relatório final desse Grupo de Trabalho foi enviado ao TCU, ressaltando os Plano de Ação de cada Força, contendo medidas de curto, médio e longo prazo, que começaram a ser implementados ainda em 2023 e permitirão uma melhor e profunda avaliação e inventariança do patrimônio imobiliário, resultando numa demonstração acurada do seu real valor monetário. A complexidade da tarefa se mede pela amplitude e diversidade dos bens imóveis geridos pelos Comandos Militares, envolvendo até mesmo edificações históricas e de difícil mensuração.

Principais fatos contábeis, contas ou grupo de contas

Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas

As Demonstrações Contábeis são elaboradas em consonância com os dispositivos da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964; do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967; do Decreto nº 93.872, de 23 de dezembro de 1986; da Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001; e da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Observam, também, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público — MCASP e o Manual Siafi, da Secretaria do Tesouro Nacional — STN. Tais Demonstrações foram emitidas em nível de consolidação de “Órgão Superior” e incluem os dados consolidados da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos Órgãos constantes da tabela.

O escopo deste Relatório de Gestão leva em conta as Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa, incluindo os Comandos Militares, extraídas do Sistema de Administração Financeira do Governo Federal — Siafi, e Notas Explicativas.

MD (52000)	52000 – Ministério da Defesa, exceto Comandos Militares
Comando da Marinha (52131)	31280 – Caixa de Construções de Casas para Pessoal da Marinha do Brasil 52132 – Fundo Naval 52133 – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Profissional Marítimo 52233 – Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.
Comando do Exército (52121)	52221 – Indústria de Material Bélico do Brasil 52222 – Fundação Osório 52904 – Fundo do Exército
Comando da Aeronáutica (52111)	52211 – Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica 52911 – Fundo Aeronáutico

As Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa e suas Notas Explicativas, bem como as Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa, Exceto Comandos Militares e suas Notas Explicativas encontram-se disponíveis na seção “Transparência e Prestação de Contas” do sítio do MD na Internet, no endereço: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

Evidenciação da situação e do desempenho patrimonial no exercício

Balanco Patrimonial

O Balanco Patrimonial Consolidado do MD evidencia os Ativos, os Passivos, o Patrimonio Líquido e sua evolucao em 2023 em relacao a 2022.

	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ativo (I)	410.839.521	402.743.374	2,01	100,00
Ativo Circulante	44.435.593	41.276.987	7,65	10,82
Ativo Não Circulante	366.403.928	361.466.388	1,37	89,18
Passivo Exigível (II)	886.091.669	902.809.312	-1,85	100
Passivo Circulante	67.758.659	61.831.744	9,59	7,65
Passivo Não Circulante	818.333.010	840.977.567	-2,69	92,35
Patrimônio Líquido	-475.252.148	-500.065.937	-4,96	-115,68
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	-475.252.148	-500.065.937	-4,96	-

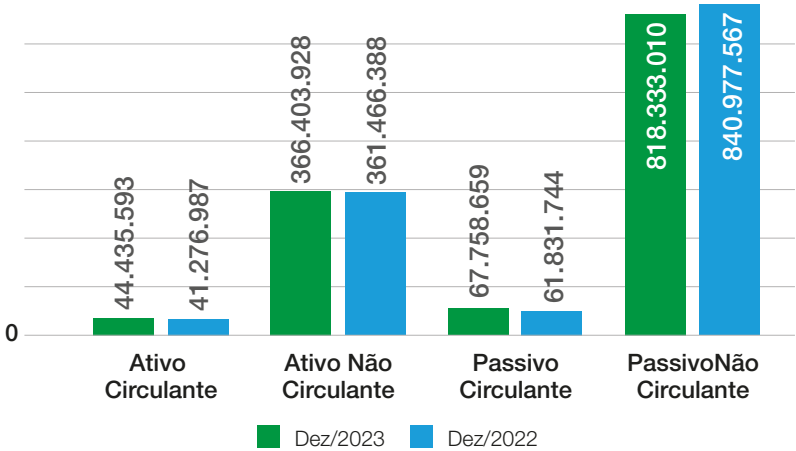
AH – Análise Horizontal (comparação entre os exercícios, 2023 e 2022) – ver glossário
AV – Análise Vertical (quanto o item representa em relação ao todo) – ver glossário

Fonte: Siafi, em 5/2/2024.

O Balanco Patrimonial é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial do órgão por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle).

Em síntese, consideram-se “Circulante” aqueles bens, direitos e obrigações realizáveis ou exigíveis até o término do exercício seguinte; o “Não Circulante”, em consequência, após esse período.

Balanco Patrimonial: Ativo e Passivo (Em R\$ Milhares)



Ativo

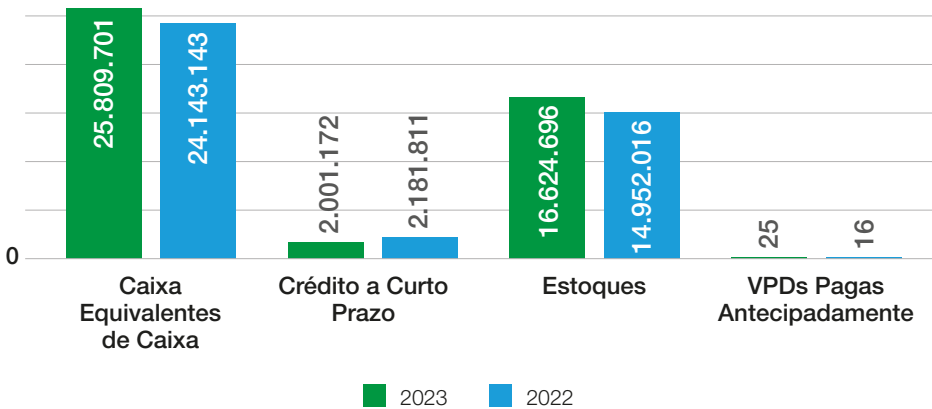
Ativo Circulante

O Ativo Circulante representa 10,82% do total do Ativo, ou seja, cerca de R\$ 44,44 bilhões assim distribuídos:

	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	25.809.701	24.143.143	6,90	58,08
Créditos a Curto Prazo	2.001.172	2.181.811	-8,28	4,50
Estoques	16.624.696	14.952.016	11,19	37,41
VPDs Pagas Antecipadamente	25	16	55,07	0,00
Total	44.435.593	41.276.987	7,65	100,00

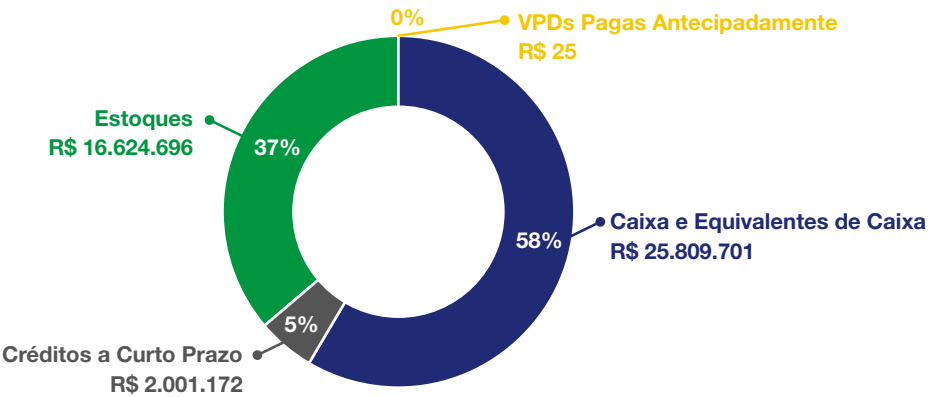
Fonte: Siafi, em 5/2/2024.

Ativo Circulante – Composição (Em R\$ milhares)



O gráfico abaixo apresenta a composição do Grupo em valores absolutos.

Ativo Circulante – Composição (em R\$ milhares)



Caixa e Equivalentes de Caixa

O subgrupo “Caixa e Equivalente de Caixa”, representado por valores em caixa e em bancos, apresentou aumento de 6,90%, quando comparado com os saldos apurados no exercício anterior, com a seguinte distribuição por Órgão:

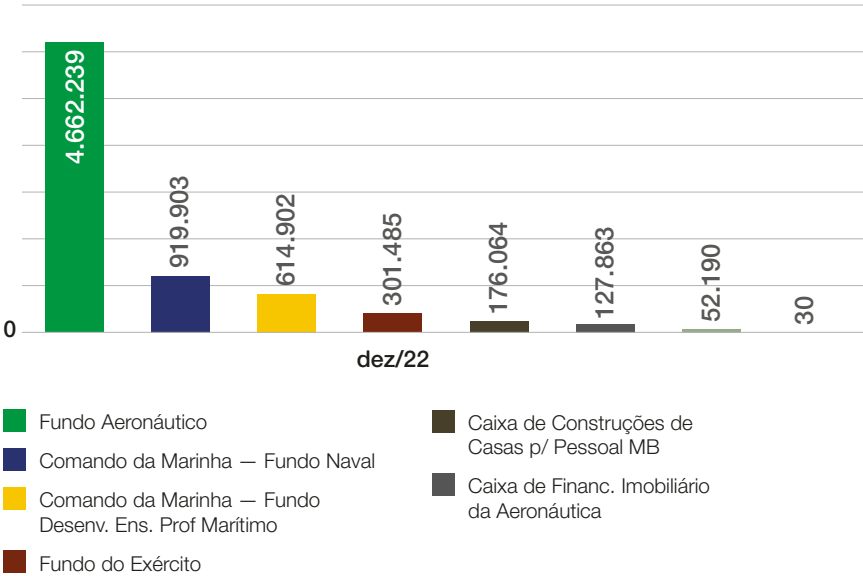
R\$ milhares

Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
MD	103.922	141.536	-26,58	0,40
Comando da Marinha	6.161.845	5.903.153	4,38	23,87
Comando do Exército	7.077.955	6.306.306	12,24	27,42
Comando da Aeronáutica	12.465.978	11.792.149	5,71	48,30
Total	25.809.701	24.143.143	6,90	100,00

Fonte: Siafi, em 17/1/2024.

A distribuição do item mais relevante pode ser assim demonstrada pelo gráfico abaixo:

Aplicações Financeiras - Conta Única (Em R\$ Milhares)



Estoque

Os Estoques representam os materiais de consumo em almoxarifado, as importações em andamento e os materiais em trânsito. A tabela a seguir apresenta a composição do subgrupo “Estoques” por Órgão:

R\$ milhares

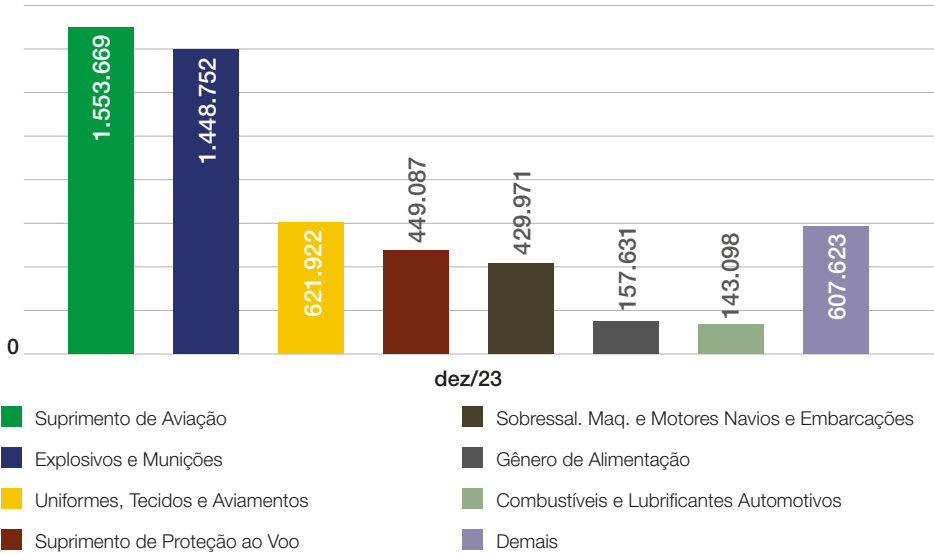
Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
MD	23.545	22.701	3,72	0,14
Comando da Marinha	2.500.894	2.435.533	2,68	15,04
Comando do Exército	3.347.417	2.956.385	13,23	20,14
Comando da Aeronáutica	10.752.840	9.537.398	12,74	64,68
Total	16.624.696	14.952.016	11,19	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item mais relevante de “Estoques” refere-se à “Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir”, que representa os valores relativos a aquisições e/ou a transferências de material de consumo para formação de estoque interno destinado à distribuição, correspondendo a 32,82% do total do Subgrupo.

A composição do item é demonstrada no gráfico abaixo.

Material de Consumo – Estoque Interno para Distribuir (Em R\$ Milhares)



Ativo Não Circulante

O Ativo Não Circulante representa 89,18% do total do Ativo, ou seja, cerca de R\$ 366,40 bilhões em valores absolutos.

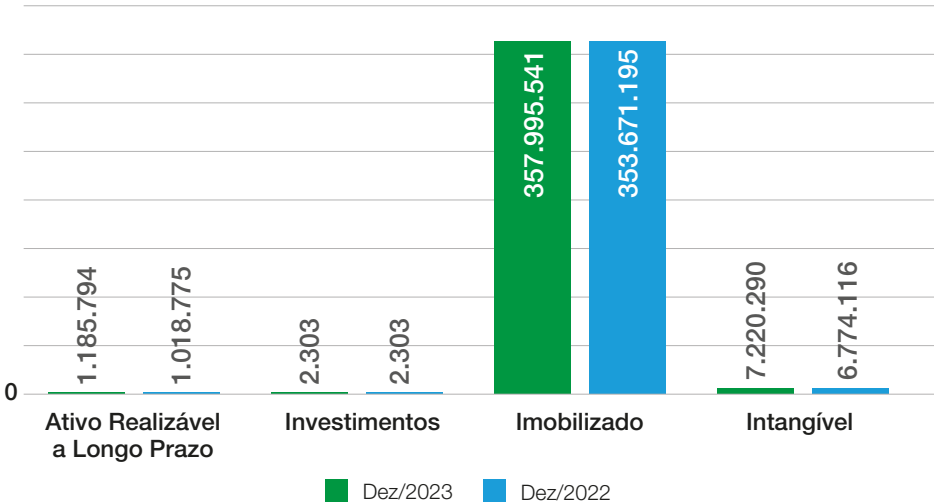
R\$ milhares

Composição	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	1.185.794	1.018.775	16,39	0,32
Investimentos	2.303	2.303	0,00	0,00
Imobilizado	357.995.541	353.671.195	1,22	97,71
Intangível	7.220.290	6.774.116	6,59	1,97
Ativo Não Circulante	366.403.928	361.466.388	1,37	100,00

Fonte: Siafi, em 05/02/2024.

O gráfico abaixo ilustra essas informações.

Ativo Não Circulante – Composição (Em R\$ Milhares)



Fonte: Siafi, em 05/02/2024.

Ativo Realizável a Longo Prazo

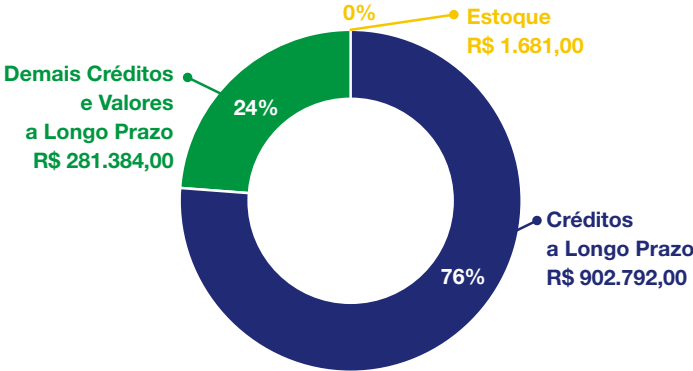
O “Ativo Realizável a Longo Prazo”, que compreende os bens, direitos e despesas (VPD) antecipadas realizáveis no longo prazo, está distribuído pelos Órgãos conforme a tabela a seguir.

R\$ milhares

Ativo Realizável a Longo Prazo por Órgão				
Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	194.221	173.360	12,03	16,38
Comando da Marinha	923.922	805.994	14,63	77,92
Comando do Exército	23.293	18.478	26,06	1,96
Comando da Aeronáutica	44.360	20.943	111,81	3,74
Total	1.185.794	1.018.775	16,39	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Ativo Realizável a Longo Prazo – Composição (em R\$ milhares)

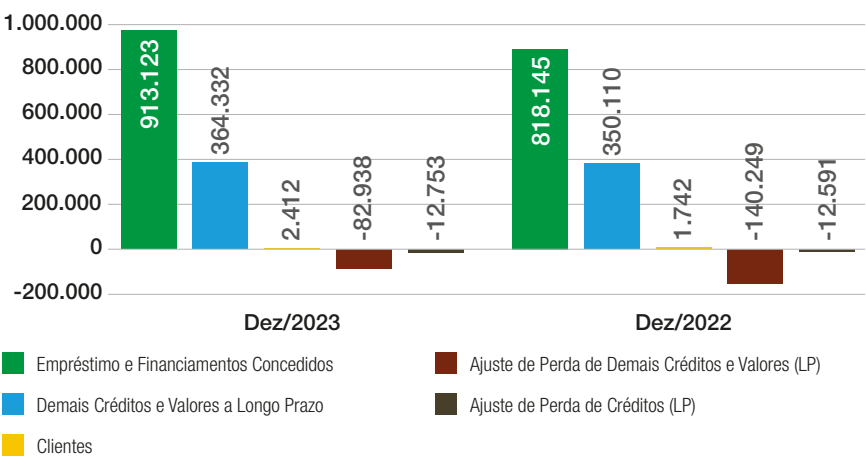


Fonte: Siafi, em 05/02/2024

O grupo “Ativo Realizável a Longo Prazo” apresenta 99,86% de seu saldo no subgrupo “Créditos a Longo Prazo”, o que corresponde a R\$ 1,18 bilhão em valores absolutos

Quanto à composição dos “Créditos a Longo Prazo”, o título “Demais Créditos e Valores a Longo Prazo” registrou saldo de R\$ 364,33 milhões, ou 30,77% do total do Subgrupo.

Créditos a Longo Prazo – Composição (Em R\$ Milhares)



Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item “Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” apresentou o saldo mais expressivo do subgrupo “Demais Créditos a Longo Prazo”, no montante de R\$ 288,43 milhões. Esse subgrupo representa direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especiais julgadas pelo TCU, a partir de Acórdãos com imposição de débito ao responsável.

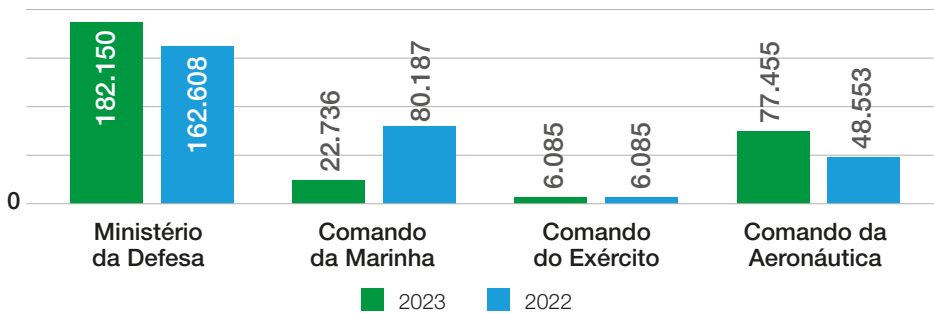
A tabela abaixo apresenta a alocação do item por Órgão.

R\$ milhares

Créditos Por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU				
Órgão	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Ministério da Defesa	182.150	162.608	12,02	63,15
Comando da Marinha	22.736	80.187	-71,65	7,88
Comando do Exército	6.085	6.085	0,00	2,11
Comando da Aeronáutica	77.455	48.553	59,53	26,85
Total	288.427	297.434	-3,03	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Créditos por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU (Em R\$ Milhares)

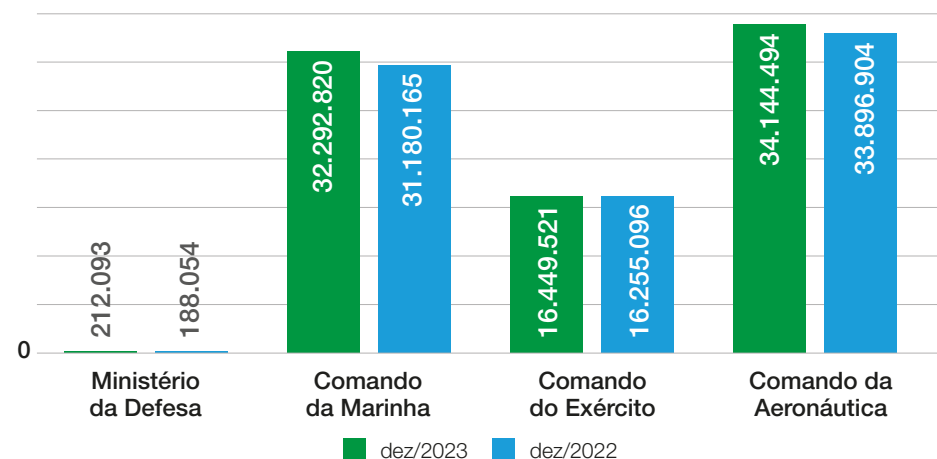


Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Imobilizado

O Ativo Imobilizado abrange os direitos que tenham por objeto bens corpóreos mantidos para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços, ou para fins administrativos, sendo classificados em bens móveis e imóveis.

Ativo Imobilizado — Bens Móveis por Órgão (Em R\$ Milhares)

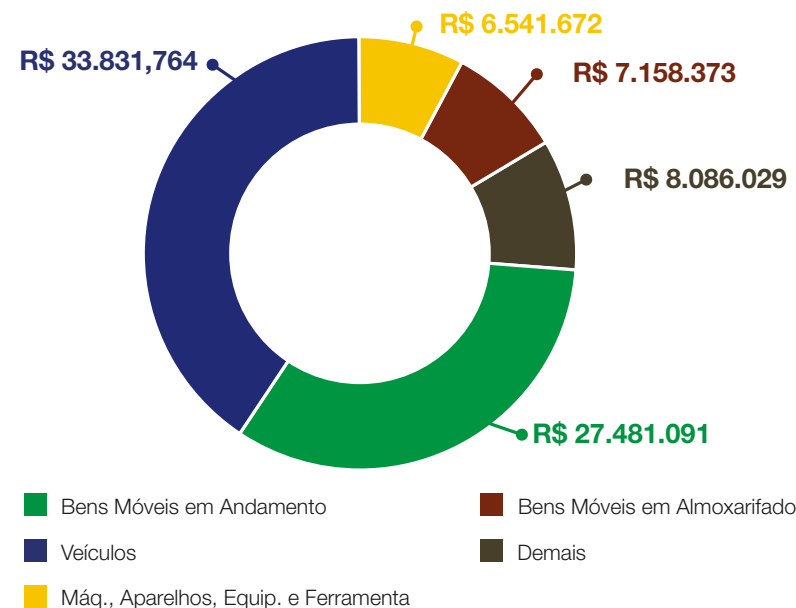


Fonte: Siafi, em 18/1/2024 (em Valores Contábeis Líquidos).

Ao final do exercício de 2023, o item “Bens Móveis” totalizava o valor líquido de R\$ 83,10 bilhões.

Os Comandos da Aeronáutica e da Marinha têm os maiores valores registrados, correspondendo a 41,09% e 38,86% do total, respectivamente.

Bens Móveis — Composição (Em R\$ milhares)

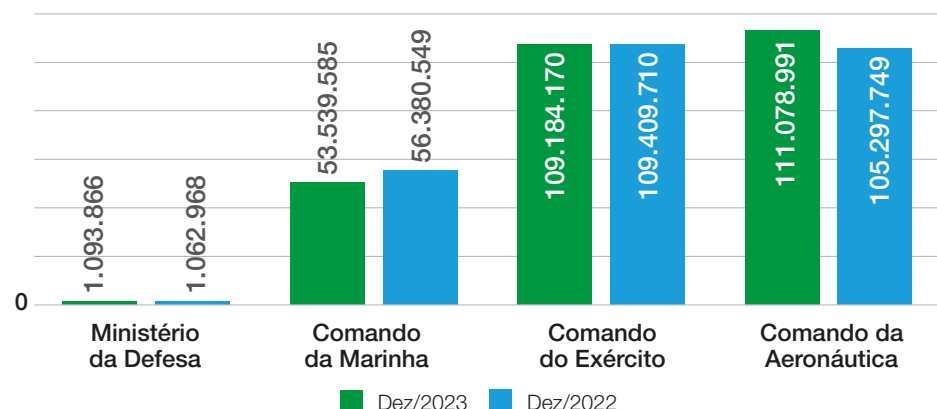


No item “Bens Móveis em Andamento”, são classificados todos os gastos com bens móveis em elaboração e as importações em andamento, bem como os adiantamentos para inversões em bens móveis.

Do total desse item, o Comando da Aeronáutica detém 48,70% dos valores, representados principalmente pelo Projeto FX-2. No Comando da Marinha, estão registrados 47,40% dos valores, relativos, principalmente, às aquisições de máquinas e motores de navios e submarinos do Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB).

Em 31/12/2023, o item “Bens Imóveis” totalizava R\$ 274,90 bilhões, distribuídos conforme detalhado no gráfico a seguir:

Ativo Imobilizado — Bens Imóveis por Órgão (Em R\$ Milhares)



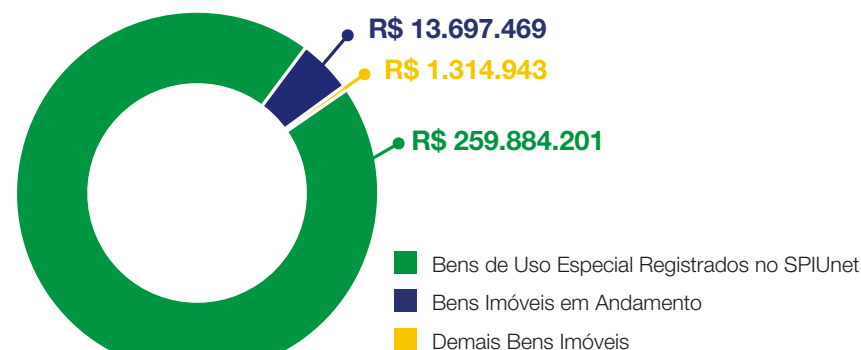
Fonte: Siafi, em 18/1/2024 (em Valor Contábil Líquido).

O Comando da Aeronáutica é o órgão que apresenta maior valor registrado no item de “Bens Imóveis” (40,41%) seguido do Comando do Exército (39,72%).

Os “Bens de Uso Especial”, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração pública, representam 94,70% do total do item. Esses bens são segregados conforme sua forma de registro.

Os maiores valores são os dos “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, ferramenta de apoio à administração dos imóveis de uso especial da União. Esses bens representam 94,54% do total dos bens imóveis.

Bens Imóveis — Composição (Em R\$ milhares)

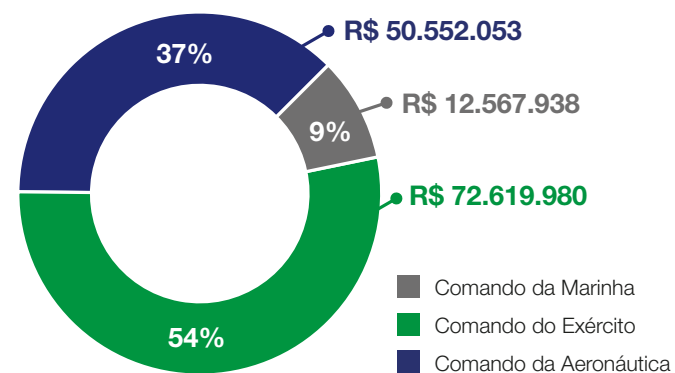


Fonte: Siafi, em 18/1/2024 (em Valor Contábil Líquido).

No grupo que compõem os “Bens de Uso Especial Registrados no SPIUnet”, o saldo mais relevante, ou R\$ 135,74 bilhões, é relativo ao item “Aquartelamentos”, que registra os quartéis, bases e fortes militares, e representou, no período, o equivalente a 52,14% do total do item.

Fonte: Siafi, em 18/1/2024 (em Valor Contábil Líquido).

Aquartelamento (Em R\$ milhares)



Fonte: Siafi, em 18/1/2024 (em Valor Contábil Líquido).

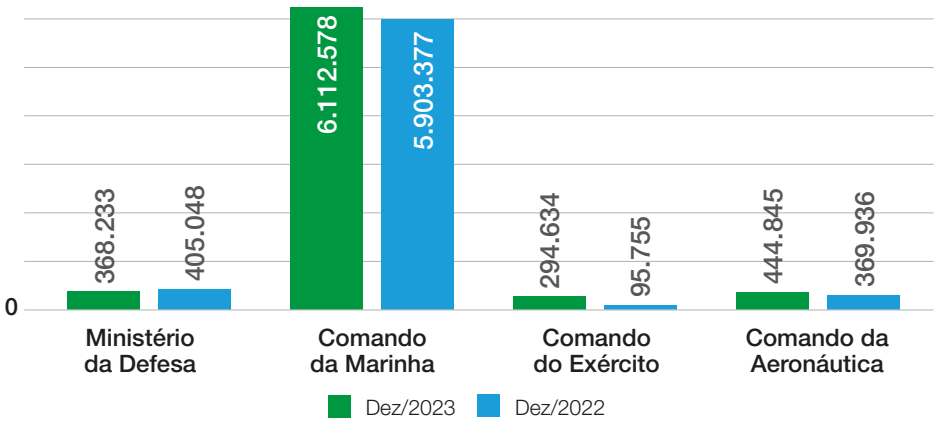
Intangível

Trata-se de um ativo não monetário, sem substância física, identificável, controlado pela entidade e gerador de benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços, tais como *softwares* e marcas e patentes.

Ao final de 2023, o Ativo Intangível totalizava R\$ 7,22 bilhões. O maior saldo está registrado no Comando da Marinha (84,66%).

O Comando do Exército apresentou a maior variação (207,70%) em re-lação ao trimestre anterior, que se refere à reclassificação de Bens em Elaboração, relativos ao Projeto Astros 2020.

Intangível por Órgão (Em R\$ Milhares)



Fonte: Siafi, em 18/1/2024 (em Valor Contábil Líquido).

O item “Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão TCU” apresentou o saldo mais expressivo do subgrupo “Demais Créditos a Longo Prazo”, no montante de R\$ 288,43 milhões. Esse subgrupo

representa direitos provenientes de danos ao patrimônio apurados em Tomadas de Contas Especiais julgadas pelo TCU, a partir de Acórdãos com imposição de débito ao responsável. A tabela abaixo apresenta a alocação do item por Órgão.

R\$ milhares

Intangível – Composição				
	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida	6.237.584	5.849.187	6,64	86,39
Software com Vida Útil Indefinida	559.424	456.332	22,59	7,75
Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Definida	552.688	551.136	0,28	7,65
Software com Vida Útil Definida	140.174	139.921	0,18	1,94
Direito de Uso de Imóvel – Prazo Determinado	130	-	-	0,00
Subtotal	288.427	297.434	-3,03	100,00
Amortização Acumulada – Marcas, Direitos e Patentes com Vida Útil Definida	-199.847	-163.287	22,39	-2,77
Amortização Acumulada – Software com Vida Útil Definida	-69.863	-59.174	18,06	-0,97
Redução ao Valor Recuperável – Software	0	-	-	0,00
Valor Contábil Líquido	7.220.290	6.774.116	6,59	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

No Intangível, destaca-se o título “Marcas, Direitos, Patentes – Vida Útil Indefinida”, que representa cerca de 86,39% do total do Grupo, ou seja, aproximadamente R\$ 6,24 bilhões, montante quase integralmente registrado no Comando da Marinha (96,91%) e concernente a marcas, patentes e transferência de tecnologia do PRO-SUB, referente à construção de novos submarinos convencionais e propulsão nuclear.

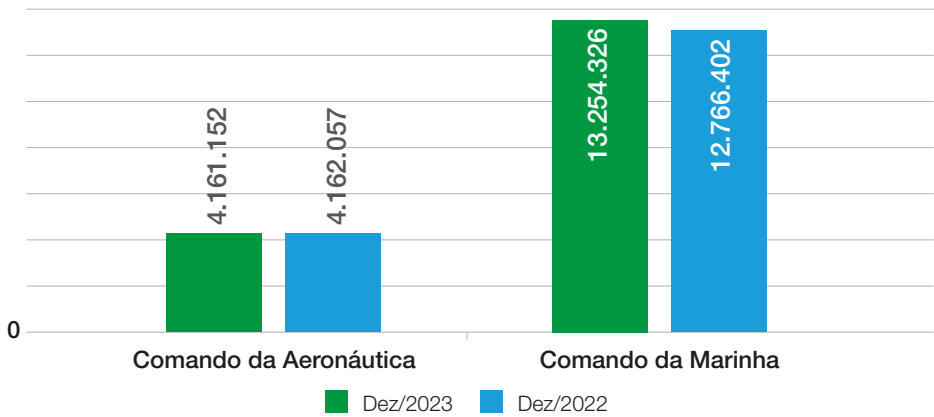
Passivo

Passivo — Empréstimos e Financiamentos — Curto e Longo Prazo

Compreende as obrigações financeiras externas e internas da entidade a título de empréstimos, bem como as aquisições efetuadas diretamente com o fornecedor.

Ao final do quarto trimestre de 2023, o subgrupo “Empréstimos e Financiamentos” totalizava R\$ 17,42 bilhões, ou seja, 1,96% do Passivo Exigível.

Empréstimos e Financiamentos – Curto e Longo Prazo por Órgão
(Em R\$ Milhares)



Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

Quanto à exigibilidade, o montante de R\$ 14,76 bilhões, ou 84,74% do total, encontrava-se no longo prazo em 31/12/2023.

R\$ milhares

Empréstimos e Financiamentos					
Exigibilidade	Composição	Dez/2023	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Curto Prazo	Financiamentos – Externo	2.645.700	3.066.000	-13,71	15,19
	Financiamentos – Interno	11.651	20.462	-43,06	0,07
Longo Prazo	Financiamentos – Externo	14.686.556	13.771.947	6,64	84,33
	Financiamentos – Interno	71.571	70.049	2,17	0,41
Total		17.415.478	16.928.459	2,88	100,00

Fonte: Siafi, em 18/1/2024.

O item com os valores mais expressivos é o de “Financiamentos de Longo Prazo – Externo” que apresentava saldo de R\$ 14,69 bilhões, representado, principalmente, pelo financiamento do Projeto H-XBR (aquisição de quarenta e sete helicópteros de médio porte e suporte logístico) e do Projeto F-X2 (aquisição de vinte e oito aeronaves de caça multiemprego monoposto e oito aeronaves de caça multiemprego biposto), no montante de R\$ 12,81 bilhões no Comando da Aeronáutica.

Passivo – Provisões do Sistema de Proteção dos Militares das Forças Armadas

As provisões são passivos de prazo ou de valor incertos. Seu reconhecimento ocorre quando a possibilidade de saída de recursos no futuro é provável e é possível a estimação confiável de seu valor. São atualizadas até a data das demonstrações contábeis pelo montante provável de perda, observadas suas naturezas e os relatórios técnicos emitidos pelas áreas responsáveis.

Nas Demonstrações Contábeis, as provisões estão segregadas em curto e longo prazos. Sua composição em 31/12/2023 e em 31/12/2022 pode ser observada na tabela abaixo.

R\$ milhares

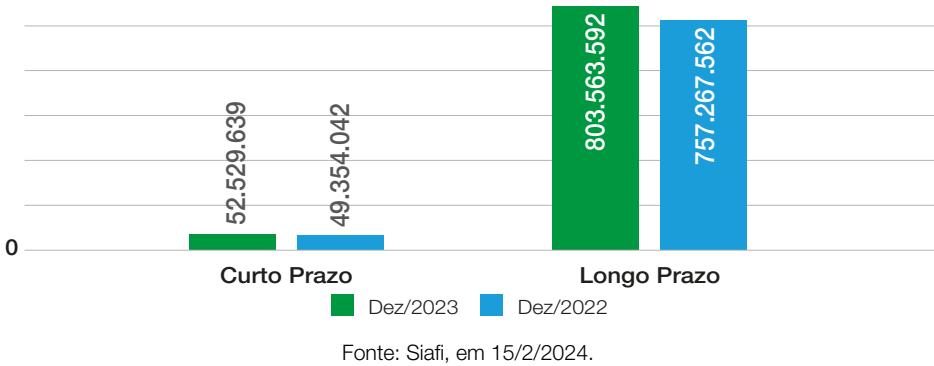
Provisões – Curto e Longo Prazos – Composição						
	Dez/2023	Dez/2022 (Republicado)	Evento Subsequente	Dez/2022	AH (%)	AV (%)
Provisões a Curto Prazo	52.529.639	49.354.042	2.578.167	46.775.875	6,43	6,14
Provisão de Benefícios c/Militares Inativos	31.686.168	30.885.656	-349.203	31.234.858	2,59	3,70
Provisão de Pensões Militares	19.343.409	16.900.299	2.919.100	13.981.199	14,46	2,26
Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	1.034.326	1.109.781	0	1.109.781	-6,80	0,12
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	465.736	458.307	8.270	450.037	1,62	0,05
Provisões a Longo Prazo	803.563.592	757.267.562	-69.856.812	827.124.374	6,11	93,86
Provisão de Benefícios c/Militares Inativos	463.004.144	421.775.263	-72.887.393	494.662.656	9,78	54,08
Provisão de Pensões Militares	327.649.664	322.324.697	2.622.878	319.701.820	1,65	38,27
Provisão de Pensões Especiais/Forças Armadas	7.867.546	8.175.467	291.218	7.884.249	-3,77	0,92
Provisão de Anistiados das Forças Armadas	5.042.238	4.992.135	116.485	4.875.650	1,00	0,59
Total	856.093.230	806.621.604	-67.278.645	873.900.250	6,13	100,00

Fonte: Siafi, em 15/2/2024.

Considerando os dados fornecidos pelos Comandos Singulares, por intermédio e coordenação do Ministério da Defesa, com apoio técnico da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), a remensuração das estimativas do passivo atuarial para o atual exercício das pensões de militares, dos benefícios de militares inativos, das pensões especiais de militares e dos anistiados das Forças Armadas utilizou a metodologia prevista na Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (NBC TSP 15

– Benefícios a Empregados), em conformidade com as recomendações dos Acórdãos nº 1.000/2023, nº 1.464/2022 e nº 684/2022, todas do Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), o que resultou no reconhecimento de passivos atuariais no montante de R\$ 856,09 bilhões.

Provisões – Exigibilidade (Em R\$ Milhares)



Ainda relativo a Provisões, cabe mencionar que, conforme disposto na NBC TSP 25 – Evento Subsequente, um evento que ocorre entre a data das demonstrações contábeis e a data na qual é autorizada a emissão dessas demonstrações, seja favorável ou desfavorável, é chamado evento subsequente.

Em decorrência de achados apresentados nos relatórios preliminares de auditoria financeira realizada pelo TCU ao avaliarem as Demonstrações Contábeis do Ministério da Defesa do exercício de 2022, foram identificadas fragilidades nos cálculos atuariais das provisões do SPSMFA em período posterior ao encerramento daquele exercício.

Assim, em fevereiro de 2023, foram registrados os ajustes contábeis, relativos ao exercício de 2022, cujos valores estão acima evidenciados e decorrem da falta da proporcionalização pro rata de ser-

viços preconizados no item 70 da NBC TSP 15. Quanto aos passivos atuariais de pensões; pensões especiais militares e anistiados políticos militares, a referida reavaliação decorreu da necessidade de aperfeiçoamento do algoritmo matemático-atuarial responsável pelo cálculo.

Nas Demonstrações Contábeis encerradas em 31/12/2022, foram apurados nos cálculos atuariais o montante de R\$ 806,62 bilhões, que representa um acréscimo de R\$ 51,04 bilhões, ou 6,33% de crescimento.

PROVISÕES	CARACTERÍSTICAS
Benefícios de Militares Inativos	Resultam da avaliação atuarial das estimativas matemáticas dos desembolsos com benefícios futuros destinados aos militares em atividade, bem como daqueles que se encontram na inatividade, em consonância com a regulamentação do SPSMFA.
Pensões Militares	Sua regra de elegibilidade é materializada pelo evento de morte do militar, combinada com a existência de beneficiário do militar habilitado ao recebimento do referido direito. Tem natureza compensatória e faz parte do SPSMFA.
Pensões Especiais de Militares	São originadas por políticas de Estado que têm por objetivo compensar cidadãos que prestaram eventuais e relevantes serviços à defesa dos interesses nacionais. São benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA
Reparações a Anistiados Militares	São indenizações que buscam compensar cidadãos que sofreram prejuízos causados por ações e políticas de Estado. São benefícios vinculados às Forças Armadas que não fazem parte do SPSMFA.

Dentre os temas eleitos pelo Ministério da Defesa como de fundamental importância para o processo de transparência das Demonstrações Contábeis, destaca-se a elaboração do Capítulo 4.4 – Sistema

de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA), publicado na 10ª Edição do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP, e que trata do SPSMFA, notadamente, no que se refere às suas especificidades, caracterização conceitual, legal e respectivas consequências contábeis, com vistas a evitar equívocos nas interpretações do tema.

Mais informações sobre as provisões atuariais das Forças Armadas, bem como outros assuntos constantes deste capítulo do presente relatório, podem ser encontradas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa, disponíveis na íntegra em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/aceso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-de-recursos/gestao-orcamentaria-e-financeira/demonstracoes-contabeis-do-ministerio-da-defesa>.

Declaração do Contador

Denominação completa (Órgão Superior): MD		Código do Órgão: 52000	
A presente declaração refere-se às Demonstrações Contábeis Consolidadas do Ministério da Defesa e suas Notas Explicativas em 31 de dezembro de 2023. Esta declaração reflete a conformidade contábil das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2023 e é pautada na Macrofunção 02.01.35 – Conformidade Contábil presente no Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi). De acordo com as análises realizadas no balancete contábil, nas demonstrações contábeis e nos auditores contábeis do SIAFI, DECLARO que as informações constantes das Demonstrações Contábeis: Balanço Patrimonial, Demonstração das Variações Patrimoniais, Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro, Demonstração dos Fluxos de Caixa e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, regidos pela Lei nº 4.320/1964, pelas Normas Brasileiras Técnicas de Contabilidade do Setor Público e pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, relativos ao exercício de 2023, dos órgãos subordinados 52000 – Ministério da Defesa, 52131 – Comando da Marinha, 52121 – Comando do Exército e 52111 – Comando da Aeronáutica, refletem, em seus aspectos mais relevantes, a situação orçamentária, financeira e patrimonial. Relação de órgãos subordinados que apresentaram Declaração Plena: • 52000 – Ministério da Defesa • 52131 – Comando da Marinha • 52121 – Comando do Exército • 52111 – Comando da Aeronáutica Cumprir registrar que, as informações que tratam dos elementos atuariais inseridas na Nota Explicativa 11 – “Provisões do Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA)”, são de responsabilidade técnica da Secretaria de Pessoal, Saúde, Desporto e Projetos Sociais – (SEPESD), da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa, com apoio técnico da Diretoria de Finanças da Marinha (DFM) e do Centro de Análises de Sistemas Navais (CASNAV), relativos à remensuração das estimativas do passivo atuarial das pensões de militares, dos benefícios de militares inativos, das pensões especiais de militares e dos anistiados das Forças Armadas. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta Declaração.			
Local	Brasília/DF	Data	31/01/2023
Contador Responsável	Antônio Luiz Almeida	CRC nº	011766/0-8

Pessoal – Visão Geral

A força de trabalho do MD é composta por militares das três Forças Armadas e por servidores públicos, regidos por Leis específicas e normas complementares.

Os integrantes das Forças Armadas têm suas obrigações, deveres, direitos e prerrogativas delineados pelo Estatuto dos Militares (Lei nº 6.880/1980, alterada pela Lei nº 13.954/2019) e outras normas complementares. Por peculiaridade, os militares das Forças Armadas são homens e mulheres dedicados inteiramente ao serviço da Pátria, defendendo-a, se for preciso, com o sacrifício da própria vida.

Além da peculiaridade supracitada, a carreira militar possui outras características: inexistência de limitação de número de horas de trabalho diária; não incidência de hora-extra, de adicional noturno e de adicional de periculosidade; proibição de sindicalização e de greve; exigência de dedicação exclusiva, e de disponibilidade permanente e de boa condição física; e, por necessidade da respectiva Força, alocação em qualquer região do país, a qualquer época do ano.

Em decorrência da sua destinação constitucional e em apoio às determinações estratégicas do Estado, as Forças Armadas asseguram a defesa da pátria, a soberania, a preservação da integridade territorial, do patrimônio e dos interesses nacionais.

As Forças Armadas também contam com a atuação de servidores civis concursados de diversas áreas, como administração, saúde, magistério, ciência e tecnologia, entre outras. Além disso,

utilizam força de trabalho civil contratada por tempo determinado para atividades específicas, como engenharia e construção.

O papel desempenhado pelos servidores públicos é fundamental para a eficácia e o adequado funcionamento das instituições governamentais. Sua dedicação e conhecimento contribuem de maneira direta para o desenvolvimento e implementação de políticas públicas. As diretrizes que regem a atuação dos servidores públicos são estabelecidas pela Lei nº 8.112/1990 e legislações correlatas. Convém destacar que, enquanto outros Ministérios possuem carreiras próprias para o desenvolvimento e gestão de suas atividades, o Ministério da Defesa enfrenta a falta dessa força de trabalho dedicada aos temas de defesa.

O Ministério da Defesa está em tratativas com órgãos afins ao tema para viabilizar a criação e estruturação de carreira de pessoal civil capaz de atuar e se especializar em assuntos da área de defesa nacional, de forma a possibilitar a constituição de quadro de pessoal próprio. Essa carreira específica contribuirá para uma abordagem mais integrada e eficaz na execução, formulação e implementação de políticas de defesa, robustecendo a gestão e inovação às demandas do cenário internacional em constante evolução.

Essa força de trabalho do MD, composta por militares e civis, contribui diretamente para que as Forças Armadas possam defender a pátria e realizar ações subsidiárias em apoio ao desenvolvimento nacional e à Defesa Civil.

Despesas com pessoal ativo, inativos e pensionistas, em 2023

A tabela demonstra a execução em 2023 das despesas classificadas com GND 1, agrupadas por Comando e Ação Orçamentária. O Exército Brasileiro apresenta o maior valor executado para esse grupo de despesa, haja vista possuir o maior contingente de militares dentre as Forças Singulares.

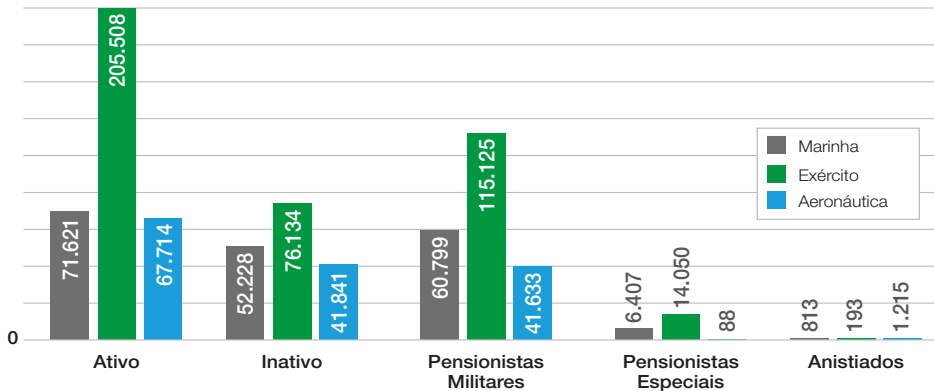
R\$ milhões

Ação Orçamentária	MD exceto Comandos	Marinha	Exército	Aeronáutica	Total
0181 – Aposentadorias e Pensões Cíveis da União	52,7	988,0	1.145,2	1.111,1	3.297,0
20TP – Ativos Cíveis da União	170,1	705,9	534,7	444,5	1.855,2
2867 – Ativos Militares das Forças Armadas	-	8.379,8	15.574,2	6.970,6	30.924,6
214H – Inativos Militares das Forças Armadas	-	8.099,7	13.898,9	7.220,6	29.219,2
0179 – Pensões Militares das Forças Armadas	-	5.864,3	13.229,3	4.590,0	23.683,6
Demais Ações de Pessoal – GND 1	19,2	254,7	144,5	419,1	837,5
Total	242,0	24.292,4	44.526,8	20.755,9	89.817,1

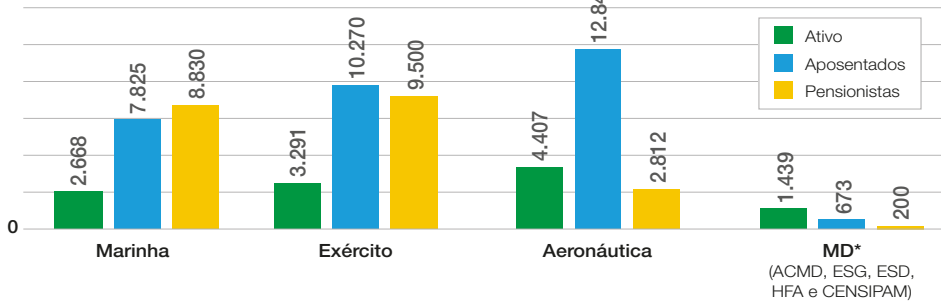
Fonte: Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento — SIOP – 17/01/2024.

Visão geral do quadro de pessoal

Efetivo Militar por Situação



Efetivo Civil por Situação



Participação Feminina

No Brasil, a Marinha foi a pioneira na participação das mulheres nas fileiras das Forças Armadas, viabilizada com a criação do seu Corpo Auxiliar Feminino da Reserva, por intermédio da Lei nº 6.807, de 7 de julho de 1980.

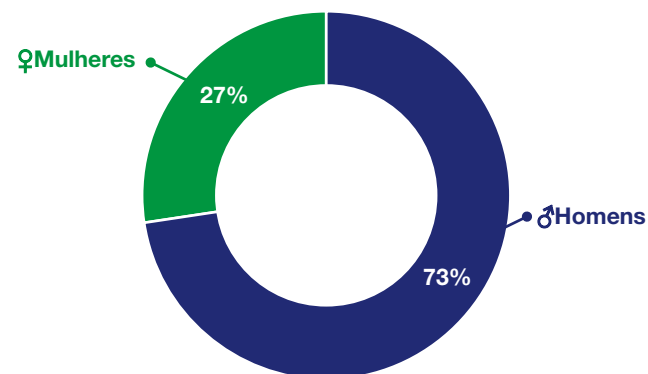
No Exército, as mulheres ocupam diversos cargos em organizações militares de todo o país e no exterior, a maior parte em quartéis-generais, organizações militares de saúde, escolas e também em unidades de combate e apoio ao combate. Elas trabalham nas mesmas condições dos militares do sexo masculino, concorrem às promoções em condições de igualdade e são submetidas à mesma instrução militar básica.

As primeiras mulheres foram incorporadas ao efetivo da Força Aérea Brasileira em 1982, estando presentes no comando das aeronaves, nas pistas, nos hangares, nas escolas de formação, nos hospitais, nas torres de controle de tráfego aéreo, nas unidades administrativas, nas coberturas jornalísticas e no esporte, entre outras atividades.

Participação Feminina – Oficiais

Oficiais são os militares aptos ao comando, direção e chefia nas Forças Armadas. O percentual de 28% de oficiais do sexo feminino denota a relevante participação das mulheres no desempenho das funções de gestão e liderança nas Forças Armadas brasileiras.

Efetivo por Sexo



Fonte: MD Dez 2023

Pessoal das Forças Armadas

Universo e Subgrupos

Com o objetivo de proporcionar à sociedade um entendimento das particularidades e números relacionados ao grupo de cidadãos vinculados às Forças Armadas, apresentam-se a seguir alguns contextos que envolvem esse universo.

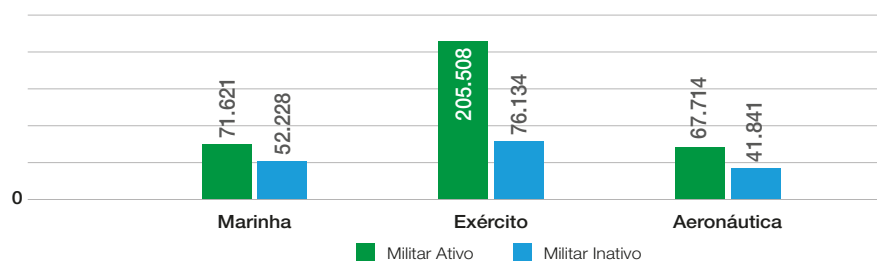
- Efetivo por círculos de situação de vínculo com a Força**

É relevante assinalar que, para além da ligação direta com os militares da ativa, inativos e seus pensionistas, as Forças Armadas também administram o pagamento a beneficiários de pensões especiais e anistias. Estas últimas derivam de legislações específicas relacionadas a diferentes contextos históricos, sociais e políticos, não contempladas no Estatuto dos Militares.

- Efetivo de Pessoal vinculado à Força de Trabalho (Família Militar)**

Os números apresentados englobam os militares em serviço no Ministério da Defesa, bem como nos demais órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e em outras esferas governamentais.

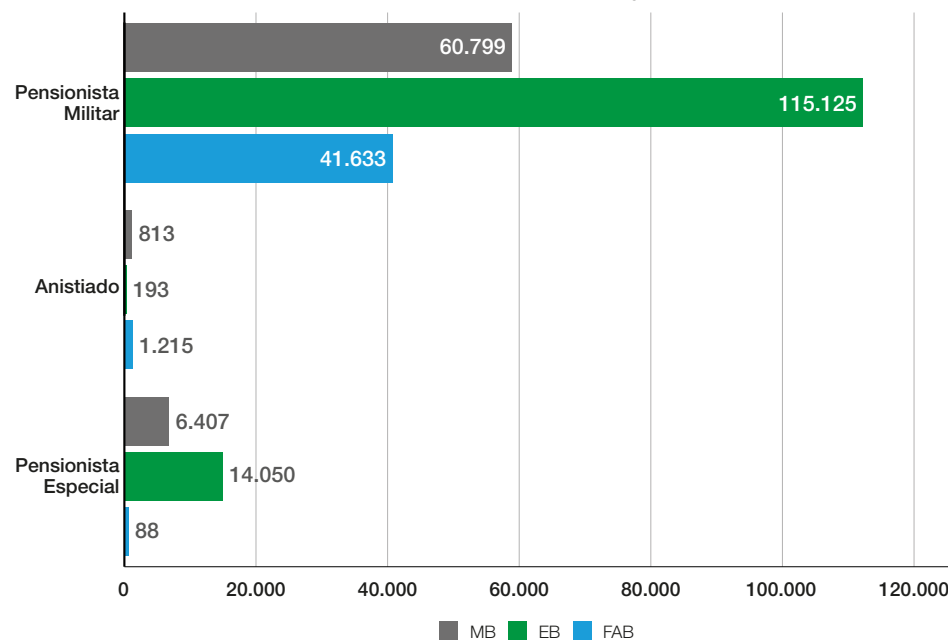
Efetivo por Tipo de Vínculo a Força



Fonte: MD – Dez/2023

- Efetivo de cidadãos vinculados ao sistema de pagamento das Forças**

Cidadãos vinculados ao Sistema de Pagamento das Forças



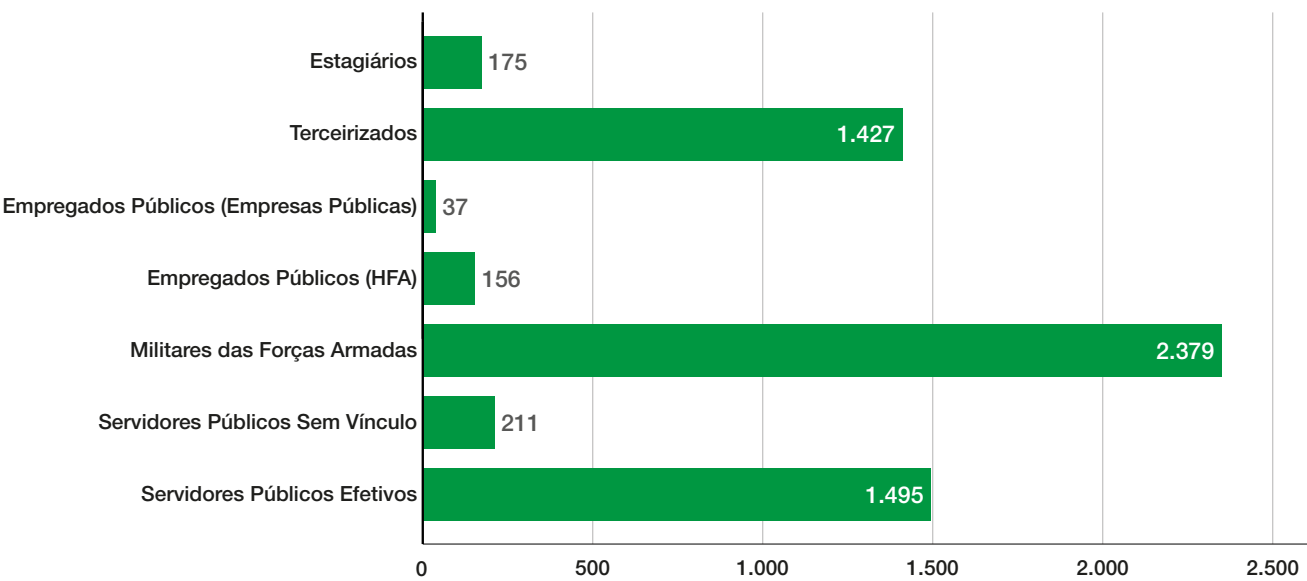
Fonte: MD – Dez/2023.

| Força de Trabalho do MD, com todos os Órgãos que o integram, exceto As Forças Armadas

Composição da Força de Trabalho

A força de trabalho do Ministério da Defesa (exceto Forças Armadas) é constituída pelas pessoas dos seguintes órgãos: administração central do MD (ACMD), que inclui o Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia (CENSIPAM); Escola Superior de Guerra (ESG); Escola Superior de Defesa (ESD); e Hospital das Forças Armadas (HFA). Essa força de trabalho é composta por: servidores públicos do próprio Quadro de Pessoal; sem vínculo; requisitados ou cedidos da Administração Pública Federal direta, de autarquias, de empresas públicas, de Estados e Municípios) e empregados públicos; e militares designados para serviço no Ministério, somando um total de 4.278 agentes públicos. O Ministério conta, ainda, com a colaboração de 1.427 terceirizados e 175 estagiários (de níveis superior e intermediário). No caso dos militares, a disponibilização do efetivo é realizada por solicitação às Forças Armadas, com base nas necessidades e considerando as Tabelas de Lotação do Comando da Marinha e do Comando da Aeronáutica e o Quadro de Cargos Previstos do Comando do Exército.

Composição de Força de Trabalho do MD (exceto Forças Armadas)



Fonte: MD – Dez/2023

Para mais informações sobre a força de trabalho do MD, exceto Forças, consultar a seção “Transparência e Prestação de Contas” do sítio do MD na Internet, no endereço <https://www.gov.br/defesa/pt-br/acesso-a-informacao/transparencia-e-prestacao-de-contas>.

Sistema de Proteção Social do Militares das Forças Armadas (SPSMFA)

A Proteção Social dos Militares das Forças Armadas é constituída por um conjunto integrado de instrumentos legais e ações permanentes e interativas, que abrangem a remuneração, a saúde e a assistência social, que visam a assegurar o amparo social aos militares das FA e seus dependentes, haja vista as peculiaridades da carreira militar, de modo a compensar as limitações que lhes são impostas e o não usufruto de direitos e garantias comuns aos demais cidadãos brasileiros, com o objetivo de possibilitar o pleno exercício da carreira militar.

As principais peculiaridades da profissão militar são o risco de vida, a sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia, a dedicação exclusiva e a disponibilidade permanente, a mobilidade geográfica, o vigor físico, a proibição de participar de atividades políticas, a proibição de sindicalização e greve, além de restrições a direitos e garantias fundamentais.

Cabe esclarecer que o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas (SPSMFA) **não possui caráter previdenciário, sendo enquadrado como um programa estatal de natureza atuarial.**

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas vem trabalhando para aperfeiçoar a governança do SPSMFA. Merecem destaque as

seguintes ações executadas em 2023, no âmbito da implementação das decisões dos Acórdãos TCU-Plenário do Tribunal de Contas da União (TCU), de números 684/2022, 1.248/2022 e 1.000/2023:

- No que se refere ao Acórdão 684/2022, o Ministério da Defesa, juntamente com os Comandos Militares, segue aperfeiçoando os processos para cálculo, reconhecimento, mensuração e evidência, no Balanço Geral da União (BGU), em conformidade com as normas contábeis e melhores práticas internacionais, dos passivos atuariais de curto e longo prazo atinentes às despesas futuras com militares veteranos, pensões de militares da Lei nº 3.765/1960, pensões especiais e anistiados militares. Tanto que, com vistas a fomentar a regulamentação dos procedimentos contábeis, bem como os conceitos que subsidiam os registros dos passivos atuariais decorrentes do SPSMFA, o Ministério da Defesa e os Comandos Militares, propuseram à Secretaria do Tesouro Nacional – STN, ainda em agosto de 2022, a incorporação de um capítulo próprio no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público – MCASP e que atendesse as peculiaridades do sistema. Em consequência, em dezembro de 2023, foi publicada a 10ª edição do MCASP, que conta com o capítulo 4.4 – Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas – SPSMFA, sendo atendidas, assim, as demandas do Ministério da Defesa.
- Em relação à recomendação do item 9.3 do Acórdão 1.248/2022, no segundo semestre de 2023, o Ministério da Defesa constituiu Grupo de Trabalho (GT) com representação das Forças Singulares, destinado a propor a regulamentação da compensação financeira entre o SPSMFA e os regimes previdenciários, no que se refere à contagem recíproca dos tempos de serviço militar e

de contribuição, nos termos do art. 201, § 9º-A, da Constituição Federal. Ao final dos trabalhos, foram endereçados à Casa Civil da Presidência da República e ao Tribunal de Contas da União o Relatório Final do GT, detalhando as conclusões dos estudos desenvolvidos e propositura de ato normativo.

- Em decorrência da Auditoria Financeira realizada no exercício financeiro de 2022, notadamente na avaliação promovida nos impactos contábeis decorrentes dos registros das provisões do SPSMFA, foi publicado pela Corte de Contas o Acórdão nº 1000-TCU-Plenário, de 2023. Como consequência do seu item 9.1, foram desencadeados ao longo do Exercício Financeiro de 2023, no âmbito das Unidades Setoriais Contábeis do Ministério da Defesa e dos Comandos Militares, estudos com vistas a elaborar uma proposta de roteiro contábil que atendesse a determinação. Assim, foram promovidas gestões junto à STN, que culminaram na criação e/ou ajustes em situações específicas do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal para escrituração adequada das provisões do SPSMFA.



4 Glossário

DEFESA
FESA
SADEFE
DEFESA
FESA
SADEFE
DEFESA
FESA
SADEFE
DEFESA
FESA
SADEFE



Sigla	Significado
ABIMDE	Associação Brasileira das Indústrias de Materiais de Defesa e Segurança
AESPI	Assessoria Especial de Integridade
AGE-SG	Assessoria Especial de Gestão Estratégica da Secretaria-Geral
AGE-EMCFA	Assessoria Especial de Gestão Estratégica do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
AH	Análise Horizontal. "A finalidade principal da análise horizontal é apontar o crescimento de itens dos Balanços e das Demonstrações de Resultados (bem como outros demonstrativos) através de períodos, a fim de caracterizar tendências" (SOUZA, Rodrigo Paiva. Análise Horizontal e Vertical. São Paulo – Faculdade FIPECAFI. 2023)
ASPLAN	Assessoria Especial de Planejamento
AV	Análise Vertical: "A análise vertical demonstra quanto uma conta representa dentro do conjunto de contas a qual faz parte." (SOUZA, Rodrigo Paiva. Análise Horizontal e Vertical. São Paulo – Faculdade FIPECAFI. 2023)
BGU	Balanço Geral da União
BID	Fortalecimento da Base Industrial de Defesa
CASNAV	Centro de Análise de Sistemas Navais
CCE	Cargos Comissionados Executivos
CCPR	Casa Civil da Presidência da República
CEMCFA	Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
CENSIPAM	Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia
CG-MD	Comitê de Governança do Ministério da Defesa
CGD-MD	Comitê de Governança Digital da administração central do Ministério da Defesa
CGU	Controladoria Geral da União
CHEC	Chefia de Educação e Cultura

Sigla	Significado
CIG	Comitê Interministerial de Governança
CIRM	Comissão Interministerial para os Recursos do Mar
CISSET	Secretaria de Controle Interno
CISM	Conselho Internacional do Esporte Militar
CMID	Conselho Militar de Defesa
CONDEFESA-CNI	Conselho Temático da Indústria de Defesa e Segurança – Confederação Nacional da Indústria
CONJUR	Consultoria Jurídica
CONSIPAM	Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia
CONSUG	Conselho Superior de Governança
CTGOF-MD	Comissão Técnica de Governança Orçamentária e Financeira do Ministério da Defesa.
CTU	Conta Única
CSIN-MD	Comitê de Segurança da Informação da administração central do Ministério da Defesa
DETC	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
DFM	Diretoria de Finanças da Marinha
DPCN	Departamento do Programa Calha Norte
EB	Exército Brasileiro
EGD	Estratégia de Governo Digital
EMCFA	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
END	Estratégia Nacional de Defesa
EPM	Ensino Profissional Marítimo
ESD	Escola Superior de Defesa

Sigla	Significado
ESG	Escola Superior de Guerra
FAB	Força Aérea Brasileira
FCE	Funções Comissionadas Executivas
GAA	Guia Aéreo Avançado
GND	Grupos de natureza de Despesa
GSI-PR	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
HFA	Hospital das Forças Armadas
IOPF	Índice de Operacionalidade das Forças Armadas
LP	Limites de Pagamento
MB	Marinha do Brasil
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MCTI	Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
MD	Ministério da Defesa
ME	Ministério da Economia
MPS	Ministério da Previdência Social
MRE	Ministério das Relações Exteriores
MTP	Ministério do Trabalho e Previdência
NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
OGU	Orçamento Geral da União
PAAR	Programa Atletas de Alto Rendimento
PCN	Programa Calha Norte
PESE	Programa Estratégico de Sistemas Espaciais
PGPE	Plano Geral de Cargos do Poder Executivo

Sigla	Significado
PJP	Programa João do Pulo
PND	Política Nacional de Defesa
PNSI	Política Nacional de Segurança da Informação
PROSUB	Programa de Desenvolvimento de Submarinos
PROFESP	Programas Forças do Esporte
PSD	Política Setorial de Defesa
RBJID	Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa
SCPN	Submarino convencionalmente armado com Propulsão Nuclear
SEORI	Secretaria de Orçamento e Organização Institucional
SEPEDS	Secretaria de Pessoal, Ensino, Saúde, Desporto e Projetos Sociais
SEPROD	Secretaria de Produtos de Defesa
SG	Secretaria-Geral
SIACFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIC	Serviço de Informações ao Cidadão
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia
SMDC	Sistema Militar de Defesa Cibernética
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário de Uso Especial da União
SPREV	Secretaria de Previdência
SPSMFA	Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCU	Tribunal de Contas da União
UPC	Unidades Prestadoras de Contas
VPD	Variação Patrimonial Diminutiva



MINISTÉRIO DA
DEFESA

